



**FACULDADE DE ARQUITECTURA**  
UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

**UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA – FACULDADE DE ARQUITECTURA**

**INTERVIR NA CIDADE MONUMENTAL. O ENCONTRO COM O TEJO**

**Ana Patrícia Amador de Oliveira**

(Licenciada)

Projecto para obtenção do Grau de Mestre em Arquitectura  
com especialização em Gestão Urbanística

**Orientador Científico:** Professor Doutor Carlos Dias Coelho

**Júris:**

Professor Doutor João Pedro Teixeira Abreu Costa, Presidente de Júri

Professor Doutor Carlos Dias Coelho, Orientador

Professora Doutora Maria Manuela da Fonte, Vogal

Lisboa, FAUTL, Maio, 2012

**UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA – FACULDADE DE ARQUITECTURA**

**Título da Dissertação:** Intervir na Cidade Monumental. O encontro com o Tejo

**Mestranda:** Ana Patrícia Amador de Oliveira

**Orientador Científico:** Professor Doutor Carlos Dias Coelho

**Mestrado:** Projecto para obtenção do Grau de Mestre em Arquitectura com especialização em Gestão Urbanística

**RESUMO**

O presente trabalho desenvolve-se com base no tema da cidade de **Lisboa** e a sua **Área Monumental**, procurando ser uma base teórica para o projecto urbano e arquitectónico proposto para uma área de grande valor patrimonial – a Área Monumental de Ajuda-Belém.

A temática das áreas monumentais tem sido uma questão muito debatida nos últimos anos, objecto de variadíssimas reflexões de diferentes correntes, em que todas reconhecem o elevado potencial destas áreas. Elas têm a capacidade de atribuir valor aos espaços urbanos, acrescentando com isso valor económico e social à cidade onde se inserem.

O projecto para a área monumental de Ajuda-Belém agora apresentado vem propor uma valorização da área monumental e uma reaproximação desta ao rio Tejo, elemento valorizador deste pedaço de cidade e do qual a cidade se tem vindo a afastar sucessivamente, ao longo dos anos. Propõe-se um fortalecimento desta relação, sobretudo na zona da faixa ribeirinha, caracterizada pelo seu elevado valor patrimonial e cultural, permitindo assim superar barreiras físicas e de utilização que existem na actualidade e que impedem uma total fruição deste espaço natural de grande qualidade cénica.

**PALAVRAS-CHAVE**

Rio Tejo; Lisboa; Ajuda-Belém; Monumentalidade; Frente Ribeirinha.

**Ana Patrícia Amador de Oliveira**

Mestrado Integrado em Arquitectura com especialização em Gestão Urbanística. Maio  
2012

**UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA – FACULDADE DE ARQUITECTURA**

**Dissertation Title:** To intervene on the Monumental City. Meeting the Tagus river

**ABSTRACT**

This work is developed based on the theme of the city of Lisbon and its Monumental Area, trying to be a theoretical basis for the urban and architectural design proposed for an area of great heritage value - the monumental area of Ajuda-Belém.

The monumental areas thematic has been as issue recently much debated, under a variety of different reflections of different chains, in which all recognize the great potential of these areas. They have the ability to assign value to urban areas, thereby adding economical and social value to the city where they belong.

The project for the monumental area of Ajuda-Belém now presented proposes a rapprochement and appreciation of the monumental zone to the Tagus river, valorous element of this piece of city from which it has been successively separated over the years. It is proposed a strengthening of this relationship, especially in the waterfront area, characterized by its high value and cultural heritage, allowing the overcoming of physical and of utilization barriers that exists nowadays and that do not allow a full enjoyment of this natural area of great scenic quality.

**KEY-WORDS**

Tagus river; Lisbon; Ajuda-Belém; Monumentality; Riverfronts.

## AGRADECIMENTOS

Várias foram as pessoas que contribuíram, de alguma forma, para este trabalho que agora finda. A todas elas aqui ficam os meus agradecimentos.

Ao meu Orientador Arquitecto Professor Doutor Carlos Francisco Lucas Dias Coelho, pela orientação, ensinamentos transmitidos e por toda a compreensão demonstrada durante este longo caminho.

Ao Mestre Arquitecto e Professor Sérgio Barreiros Proença, por toda a disponibilidade demonstrada, pela ajuda concedida durante o trabalho e pelos ensinamentos transmitidos ao longo do meu percurso académico.

Ao Engenheiro Jorge Ribeiro, pelo apoio e orientação dados ao longo do meu percurso académico.

A todos os professores que, ao longo de todo o meu percurso escolar e académico se tornaram numa fonte de inspiração e que me incentivaram a lutar sempre pelos meus objectivos, em especial à Arquitecta e Professora Clarinda Almeida, “responsável” pelo meu interesse e paixão pela arquitectura.

Aos meus pais, sempre presentes em todos os momentos deste longo percurso, por todo o amor, carinho, compreensão, apoio, por todos os valores que me transmitiram e que fazem de mim a pessoa que sou hoje, por tudo o que fizeram e fazem por mim, obrigada. Sem vocês nada seria possível.

À minha família, por todo o carinho.

Aos meus amigos, Andreia Penha (primeira amizade de faculdade), Tânia Santos, Luísa Gonçalves, Tiago Guerreiro pela ajuda, pelas opiniões dadas mas acima de tudo por esta grande amizade, cimentada pelo tempo. À Helena Rino Moraes, Carla Pires, Vanessa Costa, Catarina Serrano, Tânia Queiroz, Hugo Cotrim, Cláudia Moura, Marisa Ramalho, pelas experiências partilhadas ao longo deste tempo, pela amizade, ajuda, força em todos os momentos. À Célia Silveira, Susana Mouronho da Silva, Sónia Mouronho, Tiago Guardado da Silva, amigos de sempre. Sem a vossa presença teria sido bem mais difícil e tristonha esta longa jornada.

Ao Fernando de Almeida Ramalho, pela presença e apoio, por todo o carinho, o meu obrigado.

A todos aqueles que não chegaram a ver a conclusão desta etapa da minha vida. Este trabalho é para vós: avô António, tio Joaquim, tia Natália, tio Manuel João.

**Ana Patrícia Amador de Oliveira**

Mestrado Integrado em Arquitectura com especialização em Gestão Urbanística. Maio 2012

**ÍNDICE**

1. INTRODUÇÃO.....	1
2. ESTADO DOS CONHECIMENTOS .....	4
2.1. SOBRE A QUESTÃO DA MONUMENTALIDADE.....	4
2.1.1. ÁREAS MONUMENTAIS .....	9
2.2. CIDADES DE ÁGUA.....	15
2.2.1. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA RELAÇÃO CIDADE - RIO.....	16
2.3. LISBOA, AS COLINAS E O TEJO.....	19
2.3.1. LISBOA, CIDADE FLUVIAL.....	19
2.3.2. O BINÓMIO CIDADE – RIO .....	21
2.3.3. O SISTEMA DE COLINAS .....	23
2.3.4. AJUDA E BELÉM NO CONTEXTO DA LISBOA FLUVIAL: O BAIRRO E A ÁREA MONUMENTAL DA CIDADE .....	24
2.4. IDEIAS E ESTRATÉGIAS PARA A ÁREA MONUMENTAL DE AJUDA – BELÉM (DE 1992 A 2024).....	30
2.4.1. PLANO ESTRATÉGICO DE LISBOA 1992 .....	31
2.4.2. VISÃO ESTRATÉGICA – LISBOA 2012.....	33
2.4.3. CARTA ESTRATÉGICA DE LISBOA 2010/2024 – UM COMPROMISSO PARA O FUTURO DA CIDADE .....	35
3. A ÁREA MONUMENTAL DE AJUDA – BELÉM: O CASO DE ESTUDO .....	36
3.1. AJUDA/BELÉM E A CIDADE DE LISBOA.....	39
4. O NOVO MODELO DE ORDENAMENTO PARA A ÁREA MONUMENTAL DE AJUDA – BELÉM .	41
4.1. PLANO DE ESTRUTURA PARA A ÁREA MONUMENTAL.....	41
4.1.1. PRINCÍPIOS DE INTERVENÇÃO .....	41
4.1.2. ESTRUTURA FUNCIONAL DA PROPOSTA .....	44
4.2. DETALHES DA PROPOSTA.....	47
4.2.1. PLANO DE DETALHE DA PRAÇA AFONSO DE ALBUQUERQUE .....	47
4.2.2. PLANO DE DETALHE DA ANTIGA PRAÇA DO IMPÉRIO (NOVA PRAÇA DE HONRA) .....	48

5. PROJECTO INTEGRADO DE ESPAÇO PÚBLICO E EDIFÍCIO DO NOVO MUSEU DOS COCHES	49
5.1. O ACTUAL MUSEU NACIONAL DOS COCHES.....	49
5.2. O NOVO MUSEU NACIONAL DOS COCHES – PROPOSTA.....	51
5.3. O CONCEITO EXPOSITIVO E ARQUITECTÓNICO DO NOVO MUSEU DOS COCHES.....	52
5.4. PROGRAMA E ORGANIZAÇÃO FUNCIONAL DO NOVO MUSEU DOS COCHES.....	53
6. CONCLUSÃO .....	55
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	56
ANEXOS .....	60

## ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 - BERLIM (POTSDAMER PLATZ) .....	11
FIGURA 2 - BILBAU.....	12
FIGURA 3 - BRASÍLIA .....	13
FIGURA 4 - PARIS .....	14
FIGURA 5 - FEZ.....	14
FIGURA 6 - BARCELONA .....	15

## 1. INTRODUÇÃO

O objecto deste trabalho final de mestrado é **a cidade de Lisboa e a sua Área Monumental**, concretamente uma área de grande valor patrimonial, constituída por um vasto território urbano, não consolidado, enquadrado entre a Torre de Belém, o edifício da Cordoaria Nacional, a zona ribeirinha e o Palácio da Ajuda. Uma área alargada e simbólica: Belém – Ajuda.

O tema escolhido enquadra-se na temática das áreas monumentais. As áreas monumentais não são mais do que partes, trechos de cidade nas quais se concentra um determinado conjunto de elementos com diversas características que conferem valor a esse ‘bocado’ de cidade. A importância destas áreas monumentais está exactamente no conjunto de monumentos e edifícios ou peças com valores de natureza simbólica, histórica, patrimonial, de identidade, plásticos e cénicos, entre outros, que são capazes de acrescentar valor social, económico e urbano às cidades onde se situam pelo conjunto de características que reúnem. Como refere o autor José Guilherme de Abreu no documento *A Problemática do monumento moderno* (p. 8), os monumentos são, na maioria das vezes, “a imagem emblemática de determinada cidade, constituindo a excelência estética da cidade como obra de arte”.

Tendo por base a temática das áreas monumentais, o presente trabalho pretende demonstrar o quão importantes e estratégicas estas áreas podem ser para uma cidade, numa perspectiva de atractividade e consequente desenvolvimento destes locais. Neste caso, este trabalho vai incidir sobre a denominada zona ocidental da cidade de Lisboa, um núcleo urbano de grande dimensão, com importante valor histórico e grande riqueza morfológica, onde se distingue uma área monumental de características peculiares, distinta da área central da cidade e com uma multiplicidade de problemas emergentes. Uma área marcada pela presença do rio Tejo, elemento de grande valor natural e paisagístico, que com o passar do tempo tem sido afastado da cidade e dos seus habitantes e relegado quase para segundo plano.

Objectivamente, e com base quer no tema, quer nas características do território de intervenção, este trabalho propõe equacionar a transformação urbana da zona ocidental da cidade de Lisboa, suportada pela ideia de afirmação do valor monumental deste conjunto, dada a necessidade de intervir na zona monumental da cidade como forma de encontrar uma solução que resolva os problemas inerentes e existentes neste tipo de áreas, garantindo a estas a possibilidade de potenciar as suas qualidades e os seus valores; a necessidade de intervir como forma de minorar o seu risco de monofuncionalidade, ou seja, minorar a sua dependência do turismo, evitando assim a sua estagnação; a necessidade de ter um núcleo monumental coeso (que actualmente se apresenta fragmentado), reforçando a sua centralidade e importância cultural na cidade de Lisboa.

O universo de estudo ultrapassa os limites físicos definidos para a intervenção e abarca toda a cidade, no contexto da sua formação e da importância que o rio Tejo teve nessa circunstância. Foi necessário estudar esse processo de formação e o porquê da sua localização, junto ao Tejo e a uma das colinas de Lisboa, para que se pudesse compreender a relação entre estes elementos que definem e compõem a base morfológica do local de intervenção – a colina da Ajuda e a frente ribeirinha ou praia de Belém.

“A importância histórica (e poética) de Lisboa radica-se no Tejo e é indispensável tomar em conta a via fluvial, que fornece um excepcional abrigo litoral de qualidade ímpar” (França, 2008:16).

A solução apresentada neste trabalho parte da abordagem de re-introdução do rio na linguagem da zona monumental de Lisboa e na sua vivência, como elemento monumental e central na proposta, retomando o rio a sua importância neste trecho de cidade, perdida com o passar dos anos.

A metodologia de trabalho desenvolve-se através de diferentes escalas de intervenção, de âmbito territorial e urbano e organiza-se em duas componentes: uma componente prática e uma componente teórica (complementar e justificativa da primeira).



A componente prática assenta em quatro fases: a primeira de **caracterização do tema**, a segunda de **caracterização do sítio**, a terceira de **modelo de ordenamento e soluções de detalhe** e por último a fase de **projecto integrado de edifício e espaço público**.

Na primeira fase, de **caracterização do tema**, é feita uma investigação e posterior interpretação crítica (e sistematização) de casos de áreas monumentais de outras cidades, com o objectivo de conhecer a organização, a morfologia, os elementos compositivos e os processos de intervenção a que foram sujeitos estes exemplos, enquadrados nos conceitos teóricos e culturais que as suportaram.

Na fase dois, de **caracterização do sítio**, é feita uma abordagem do território como unidade e da área de intervenção como parte de um todo. São determinadas as principais relações com o território envolvente, o seu contexto, as suas particularidades, as suas qualidades, os seus pontos fracos e potencialidades e conhecidos os aspectos que melhor definem este local.

Na fase seguinte, de **modelo de ordenamento e soluções de detalhe**, e com base num conceito de organização espacial e funcional de grande escala que provém do resultado das fases anteriores de análise e caracterização, é concebida uma proposta de ordenamento para a área monumental. O conceito e a subsequente proposta justificam a especificidade da zona e o seu papel no contexto da cidade de Lisboa.

As soluções de detalhe traduzem-se em dois enfoques da área monumental, detalhando a relação entre espaços e edifício(s).

A fase final, de **projecto integrado de edifício e espaço público**, destina-se à concretização de um projecto específico: o projecto do novo Museu dos Coches de Lisboa. É um processo integrado, no qual a concepção do objecto arquitectónico e do espaço público é partilhado, enfatizando a relação intrínseca entre cheio e vazio. Esta fase surge na sequência de todas as fases anteriores, tendo sido definido e localizado previamente na fase de modelo de ordenamento.

A componente teórica corresponde ao presente documento e tem o objectivo de enquadrar o tema e fundamentar as opções desenvolvidas. Está organizada em quatro capítulos.

O primeiro capítulo faz uma síntese sobre vários aspectos com influência directa neste trabalho: aborda o tema da monumentalidade, que dá o mote a todo o trabalho, o que é e os conceitos que lhe estão inerentes mas não só; fala ainda da cidade de Lisboa, da sua formação e do papel do rio e da colina neste aspecto; aqui se referem as diversas propostas elaboradas para esta zona da cidade; e por fim aborda um tema emergente que trata das frentes de água, fundamental para perceber em que contexto este tipo de intervenções de insere. No segundo capítulo faz-se uma análise e caracterização funcional da Área Monumental de Ajuda-Belém e da sua estrutura urbana.

O terceiro capítulo é dedicado à proposta, à explicação do Plano de Estrutura, dos princípios da intervenção, da estrutura funcional da proposta e dos dois enfoques projectuais.

Por fim, o quarto e último capítulo é inteiramente dedicado ao Projecto do novo Museu dos Coches de Lisboa.

## 2. ESTADO DOS CONHECIMENTOS

### 2.1. SOBRE A QUESTÃO DA MONUMENTALIDADE

O tema da “**monumentalidade**” tem sido objecto de diversas reflexões nos últimos anos. Muito se tem debatido sobre qual o papel das áreas de alto valor patrimonial no desenvolvimento da cidade europeia, abordado tanto do ponto de vista da evolução constatada e dos seus efeitos, como da desejada e das suas expectativas.

Não existe um conceito definido, concreto sobre o que é uma **área monumental**. Existem sim uma série de textos e de reflexões, produzidas por diversos autores ao longo dos tempos sobre este tema, que nos dão noções e conceitos que nos ajudam a definir o que é ou o que pode ser uma área monumental.

Os mais significativos textos/publicações sobre este tema são o de Françoise Choay, com a obra “*Alegoria do Património*” e o texto “*Nine Points on Monumentality*” dos autores J. L. Sert, F. Leger e S. Giedion e eles foram a base para esta reflexão sobre o que são as áreas monumentais. No entanto outros textos foram utilizados, como adiante neste texto se pode verificar.

Para que seja possível compreender este conceito é imprescindível abordar os seus “subtemas”, ou seja, é fundamental falar sobre a identidade cultural, monumento e património.

Podemos afirmar que as áreas monumentais são compostas por elementos ou conjuntos de elementos, com determinadas características e valores, que conferem importância aos espaços e cidades nos quais se inserem. Estes elementos são monumentos e/ou elementos patrimoniais. Como refere o autor José Guilherme Abreu no documento *A Problemática do Monumento Moderno* “... a temática monumental aparece historicamente associada, senão praticamente colada, ao conceito de *património*” (Abreu:1). Ora, o conceito de património remete para “zonas, edifícios e outros bens naturais ou materiais de determinado país que são protegidos e valorizados pela sua importância cultural” (in <http://infopedia.pt/pesquisa-global/patrimonio>).

De acordo com o mesmo site, monumento é definido como sendo algo que remete para uma construção ou obra escultórica destinada a perpetuar a memória de um facto ou personagem notável, um edifício majestoso, uma obra digna de passar à posteridade e que está associado à memória, à recordação (in <http://www.infopedia.pt/pesquisa-global/monumento>). José Guilherme Abreu no mesmo texto faz uma diferenciação entre os dois conceitos, património e monumento. “*Património* configura-se a partir da noção de pertença e de legado. Daí que, património é tudo aquilo que nos é individual ou colectivamente transmitido, e que nos responsabiliza a zelar pela sua retransmissão, enquanto o monumento é um caso particular e específico, senão mesmo notável, da produção cultural, que por isso se incluiu de pleno direito no rol dos bens patrimoniais a preservar, mas cuja razão de ser transcende os aspectos jurídicos ou formais da pertença” (Abreu:1-2). Está aqui implícita uma diferenciação entre estes dois conceitos iniciais. Poder-se-á afirmar que o monumento transcende o ‘simples’ objecto patrimonial?

Em 1943, os autores SERT, J. L.; LEGER, F.; GIEDION, S. com o texto “*Nine Points on Monumentality*”, focam o **monumento** e definem-no como sendo o elo de ligação entre passado e presente, como sendo uma marca humana na paisagem, expressão das maiores necessidades culturais do Homem. Mas afirmam também que os monumentos mais vitais são os que expressam o sentimento e o pensamento da sua força colectiva, isto é, a força do povo e que

estes apenas são possíveis em períodos nos quais uma consciência unificadora e uma cultura unificadora existem.

Os autores fazem referência à necessidade de integração dos monumentos nos novos centros urbanos, de modo a poderem formar uma verdadeira expressão da época. Estes devem constituir o ênfase mais poderoso nas cidades. Há ainda neste texto uma alusão a materiais e técnicas modernas que podem ser utilizadas nestes edifícios e espaços como forma de os valorizar – o valor cénico destes elementos e locais.

Em suma, esta reflexão vem advertir para o facto de a arquitectura monumental vir a ser, num futuro próximo, mais do que estritamente funcional, reavendo o seu valor lírico, à semelhança do que aconteceu com as outras artes plásticas.

No ano de 1949 foi a vez do arquitecto Walter Gropius tecer considerações sobre esta matéria através de um artigo de revista. Gropius vem afirmar que “o significado corrente do termo «monumento» é de uma construção comemorativa de grandes dimensões, que simbolize algo digno de ser lembrado – fé religiosa, um grande homem, um acontecimento importante ou realização social. Por mim, gostaria de sublinhar especialmente a grandeza espiritual inerente a um monumento: isto é, mais as forças que excitam a imaginação do que as dimensões. Mas para o homem médio o termo «monumento» evoca em primeiro lugar imagens de grandeza material”.

Acrescenta que “o antigo monumento era o símbolo duma concepção estética do mundo, hoje ultrapassada por outra de relatividade pelas energias em evolução. Creio, portanto, que o equivalente da expressão monumental se está desenvolvendo no sentido de criar uma nova estrutura física para uma forma mais elevada de vida cívica, estrutura caracterizada por *flexibilidade para crescimento e evolução contínuas*”.

Já Françoise Choay, em 1982, com “*Alegoria do Património*”, vai abordar o tema começando por fazer a distinção entre *património* e *património histórico*, dando ênfase à definição de património histórico enquanto expressão que designa um fundo destinado ao usufruto de uma comunidade e constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objectos que congregam a sua pertença ao passado. Refere que a dada altura da história, o domínio patrimonial

deixa de estar limitado aos edifícios individuais, passando a compreender também os conjuntos edificados e o tecido urbano.

Dentro das práticas patrimoniais surgem os temas de monumento e de monumento histórico. Monumento é aqui definido como o que interpela a memória, uma memória viva. Tem o objectivo de fazer recordar a outras gerações pessoas, acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças. Invoca um passado de um modo que pode contribuir directamente para manter e preservar a identidade de uma comunidade. Refere ainda que, a partir de uma dada altura, monumento vai denotar o poder, a grandeza e a beleza.

Para Choay a revolução francesa marca o ponto de ausência de património, que havia sido anteriormente cultivado até à exaustão e consequente degradação. É nesta época que se assiste ao rompimento com o passado, recuperado posteriormente com a revolução industrial, que instaura um modelo de estruturação de conceitos sobre o restauro dos monumentos, dando espaço ao nascimento do património, que deixa de ser visto como um conjunto de posses e passar a designar propriedades do estado. Nesta acção estão implícitos quatro valores que conceptualmente constroem o património nacional recém-criado. A saber o valor nacional, o mais importante de todos e fundamental, o que designa os bens pertencentes à nação representando a identidade cultural. O segundo é o valor cognitivo no qual os monumentos contribuem para a criação de uma pedagogia cívica na qual a memória do cidadão comum tem um papel muito importante. O terceiro valor é o valor económico dos monumentos históricos e está directamente relacionado com a actividade turística. O quarto e último valor é o artístico. Destaque da autora para o valor económico pois o conceito de património esteve e continua a estar fortemente afectado por uma conotação económica. A autora posiciona-se contra a massificação e ostentação utilizadas para “comercializar” os monumentos e bens patrimoniais, encarando-a mesmo como um impedimento à correcta contemplação introspectiva e silenciosa destes bens, afirmando ainda que o património deve ser preservado, integrando-se no circuito vivo da cidade.

O autor José Guilherme Abreu também aborda a questão dos monumentos. Segundo ele “poucas noções como a de *monumento* estão tão presentes e, paradoxalmente, são tão estranhas ao horizonte artístico e cultural do nosso tempo. Presente pela atenção e protecção que os poderes e as

instituições lhe consagram (...), o monumento, hoje, (...), é fundamentalmente um artefacto do passado, que se apresenta como contraponto da modernidade, para a dourar com o prestígio e a aura da história” (Abreu, p.1). O mesmo autor descreve a palavra monumento como um nome que “que provém do latim *monumentum*, como designação de «monumento comemorativo»: é um termo derivado do verbo *monere* que por sua vez exprime ‘*uma atenção solicitada, um pensamento virado para o passado, mas também uma advertência para o futuro, uma monição contra o esquecimento*’ (VALLET, Odon, *Les Mots du Monument*, in, *Cahiers de Médiologie*, nº 7, Gallimard, 1999:21), radicando a sua origem etimológica na ‘*raiz indo-europeia men, que designa todo o fenómeno de pensamento, e que se encontra em ‘mental’, ‘mentira’, ‘menção’, ‘demência’, ‘comentário’...*’ (VALLET, Odon, *Les Mots du Monument*, in, *Cahiers de Médiologie*, nº 7, Gallimard, 1999:21 in Abreu:1).

José Guilherme Abreu diz que ‘monumento’ é uma palavra com sentido duplo, encerrando um carácter sensorial (quando solicita atenção) e um carácter mental (enquanto acto de rememoração, advertência) e ambos estão associados (p.1). Prossegue referindo que, historicamente, a temática monumental surge associada ao conceito de património, na medida da expressão latina *patrimonium* que “designa uma legitimidade familiar que mantem a herança” (André Chastel, in Abreu:1).

Actualmente o conceito de património foi consideravelmente alargado “passando a compreender não só bens materiais concretos (obras de arte, edifícios), mas também bens imateriais (língua, mitos), ou mesmo aspectos da natureza (paisagens, fauna, flora), e mais recentemente o próprio património genético (genoma humano)” (Abreu:1). “*Património* configura-se a partir da noção de pertença e de legado. Daí que, património é tudo aquilo que nos é individual ou colectivamente transmitido, e que nos responsabiliza a zelar pela sua retransmissão, enquanto o monumento é um caso particular e específico, senão mesmo notável, da produção cultural, que por isso se incluiu de pleno direito no rol dos bens patrimoniais a preservar, mas cuja razão de ser transcende os aspectos jurídicos ou formais da pertença” (Abreu:1 e 2)

O autor refere ainda Aldo Rossi, citando-o quando diz que “*os monumentos, sinais da vontade colectiva expressos mediante os princípios da arquitectura, parecem colocar-se como elementos primários, quais pontos fixos da estrutura urbana*”.

“Perspectivada como estrutura espacial construída no tempo, a cidade assim passava a ser vista como um *continuum* de experiências, como um fenómeno cultural complexo, incompatível com as teses do corte radical com a tradição, defendidas pelos teóricos do movimento moderno” (Abreu:7).

Assim sendo, e tendo em conta a teoria de Rossi, “os monumentos são elementos permanentes porque o são, porque adquirem esse *status*, independentemente da função ou da intenção iniciais. São elementos presentes e necessários à estrutura urbana. Eles qualificam e sinalizam o espaço urbano. Eles aportam a memória e o rito à colectividade. **Eles são**, quase sempre, **a imagem emblemática de determinada cidade, constituindo a excelência estética da cidade como obra de arte**. Além do mais, eles **são a imagem da continuidade e da individualidade dos factos urbanos**, pois, se ‘os *factos urbanos são um mero problema de organização [funcional], não podem apresentar nem continuidade nem individualidade; os monumentos e a arquitectura não têm razão de ser «nada nos dizem»*’ “(Abreu:8). Esta abordagem de Aldo Rossi tem claros antecedentes no manifesto ‘Nine Points on Monumentality’ de 1943, assinado por Josep Luis Sert, Fernand Léger, Sigfried Giedion, já aqui mencionado.

José Guilherme Abreu conclui dizendo que “o monumento não depende apenas da investidura do ser e da instauração da arte. Ele depende em última instância, sempre, da outorga dos humanos. Sem essa outorga, sem essa ratificação, por mais excelente que a obra seja, essa obra é para ninguém, se ninguém lhe infundir, se ninguém lhe associar a sua carga emotiva ou a sua vivência intencional” (Abreu:11).

### 2.1.1. ÁREAS MONUMENTAIS

As áreas monumentais caracterizam-se pela sua capacidade de conferir diversos valores aos espaços urbanos. Estes valores podem ser culturais, afectivos de memória, artísticos, patrimoniais, pedagógicos, panorâmicos, motivadores e históricos (Choay, 1892) e permitem a criação de um imaginário afectivo nos utilizadores, caracterizando uma identidade cultural e simbolizando toda uma cidade e um país.

São espaços fundamentais da memória da cidade e marcantes, orientadores na paisagem urbana. Kevin Lynch fala sobre esses elementos marcantes da imagem urbana da cidade no livro *A Imagem da Cidade* (1960). O autor classifica em cinco tipos os referidos elementos: vias, limites, bairros, cruzamentos e elementos marcantes (Lynch, 1960:57). Interessa ressaltar estes últimos, que o autor descreve como pontos de referência, simbólicos, variáveis em tamanho, auxiliares na percepção da cidade. “São normalmente representados por um objecto físico, definido de um modo simples: edifício, sinal, loja ou montanha” (Lynch, 1960:59). Para Lynch, os elementos marcantes têm de ser trabalhados em conjunto “de modo a conseguir uma forma satisfatória” (Lynch, 1960:95). Os elementos marcantes “não só estruturam a região internamente como também intensificam a identidade do todo, enriquecendo e aprofundando o seu carácter” (Lynch, 1960:95).

Foi necessário estudar exemplos de áreas monumentais, analisando-as e comparando-as entre si para melhor compreender a área monumental de Ajuda/Belém. Estudaram-se várias cidades dos diferentes continentes e diferentes tipos de áreas monumentais. Como exemplos europeus foram estudadas as cidades de Atenas, Barcelona, Berlim, Bilbao, Bordéus, Bruges, Eur de Roma, Fez, Londres, Marselha, Paris, Pompeia, Salamanca, Santiago de Compostela, Toledo, Turim, Viena e os casos em Portugal do Forte de Sagres e a cidade de Santarém. Do continente americano estudaram-se as cidades de Brasília, Chicago, Salvador da Baía e Nova Iorque e do continente asiático, estudaram-se as cidades de Quioto e de Tóquio.

Analisando estes exemplos verifica-se que estas áreas são dotadas de qualidades que podem ser espaciais, arquitectónicas, plásticas e funcionais, dotadas de valores nacionais, identitários, patrimoniais, culturais, cénicos e geográficos e que têm funções culturais, políticas, económicas e simbólicas. No entanto isto não significa que estes atributos estejam presentes em todos os exemplos. Uma área monumental pode ser dotada de todas estas características ou só de algumas delas, o mesmo se verificando com a presença de monumentos históricos e de património nestes “espaços”. As áreas monumentais podem ser de formação histórica ou podem ser contemporâneas, criadas com o intuito prévio de serem áreas representativas de uma determinada identidade cultural, específica, na qual essas áreas se inserem ou, pelo



contrário, podem ter-se tornado em áreas monumentais, com o passar do tempo, pelas qualidades nelas presentes e que as tornam áreas representativas.

Dos exemplos mencionados e que foram estudados, foram escolhidos para maior aprofundamento os exemplos de Berlim, pelo simbolismo e memória nela implícitos, Bilbao, pelos seus valres arquitectónicos e geográficos, Brasília, pela função de poder que representa, Paris, pelos seus valores culturais e artísticos, Fez pelo valor cénico e Barcelona, pela escala.

### **Berlim**

Considerado um dos ex-líbris da cidade de Berlim, a praça Potsdamer Platz é um dos locais mais visitados desta cidade por parte dos turistas e um dos sítios mais acarinhados pelos habitantes da cidade. É um local único pela carga simbólica nele existente e é isso que o torna monumental: durante os anos 20, os anos dourados de Berlim, este espaço foi um dos centros mais urbanos de toda a Europa. Posteriormente foi a narrativa da destruição da cidade, no fim da II Guerra Mundial, a separação a partir de 1961 entre este e oeste e o grande vazio depois de 1989. A praça é fruto de uma identidade genérica, fruto da cidade genérica. Por um lado temos a grande carga simbólica e a nostalgia, por outro lado a arquitectura, que deu um novo *skyline* à cidade e um centro urbano de congestão, uma mini cidade.



Figura 1 - Berlim (Potsdamer Platz)

### **Bilbau**

O conjunto monumental de Bilbau é formado pelos edifícios significativos e sua localização geográfica, junto ao rio. Bilbau foi uma cidade com um importante centro comercial e industrial localizado junto ao rio. Em 1992 esta parte da cidade sofre uma transformação de revitalização urbana e ambiental, sendo daqui retirada a função industrial. Mais tarde são aqui construídos uma série de edifícios culturalmente significativos, como é o caso do Museu Guggenheim e do Palácio do Congresso e da Música, que vêm enaltecer esta zona da cidade e sobretudo o rio. A cidade liberta-se dos velhos parques industriais passando a ter uma relação de vivência com a água, através não só dos novos edifícios mas também da construção de pontes de ligação com a outra margem do rio - uma monumentalidade moderna cuja relação acontece em função do rio e não da cidade. Aqui se concentram as zonas de maior actividade e diversão, os espaços verdes e de salientar que a estrutura viária tem pouca continuidade para o interior da zona monumental. Os elementos implementados no espaço público têm de igual modo carácter monumental ao nível da sua grandiosidade temática e dos materiais.



Figura 2 - Bilbau

### **Brasília**

A cidade de Brasília é um dos mais marcantes paradigmas do urbanismo moderno. Nasceu do gesto primário de quem assinala um lugar ou dele toma posse: dois eixos cruzando-se em ângulo recto, ou seja, o sinal da cruz. Foi pensada para ser a nova capital brasileira devido a estratégias de descentralização, de ordenamento do território, de vontade de modernização. A cidade desenvolve-se com base num eixo retilíneo: o eixo monumental e

representativo que agrega os ministérios e os edifícios públicos, culminando com a praça dos três poderes. É um exemplo de monumentalidade pela escala do desenho urbano (o eixo monumental tem uma extensão de 5km e os edifícios são de grandes dimensões), pelo simbolismo de desenvolvimento, poder político nacional e de modernidade nele existente.

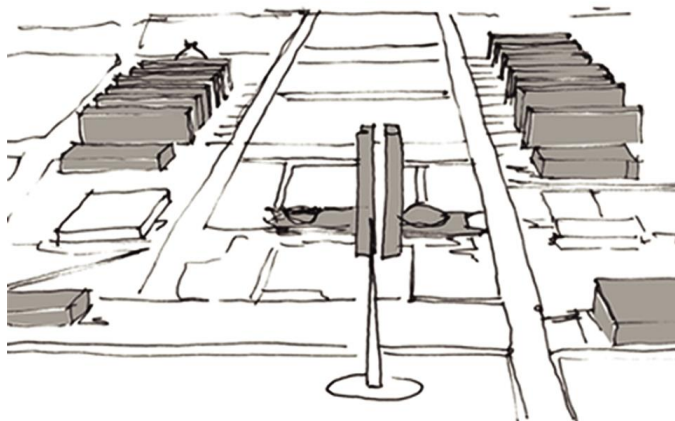


Figura 3 - Brasília

### Paris

A cidade de Paris surgiu na antiguidade da Île de la Cité, pela sua posição estratégica, onde foram construídas as primeiras fortificações e desenvolveu-se junto às margens do rio Sena. É uma cidade monumental pelo conjunto de monumentos que possui, que comemoram algo em concreto.

O conjunto monumental desenvolveu-se a partir do rio, nas suas margens, num eixo horizontal onde em 1900 se realizou a Exposição Universal. É-lhe conferida monumentalidade pela sua identidade, pela sua história, pelo poder, pela importância patrimonial, cultural e artística dos edifícios que compõem esta zona e pela sumptuosidade da mesma. Estes edifícios monumentais são relacionados pelos grandes eixos monumentais que compõem o conjunto, como é o caso dos Campos Elíseos, a avenida da Ópera Royal, Boulevard Haussmann, Rue du Rivoli e do seu prolongamento até à Bastilha.

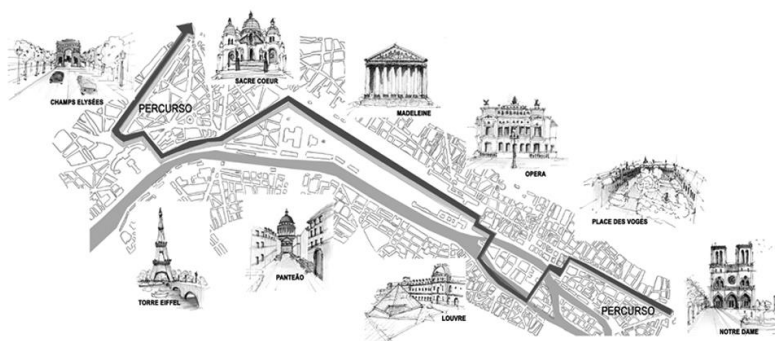


Figura 4 - Paris

### Fez

A monumentalidade em Fez está associada a conjuntos articulados entre si por um eixo que nos seus extremos têm os Portões Monumentais da Medina. Ao longo desse eixo estruturante estão distribuídos conjuntos de edifícios que pelas suas características arquitectónicas são dotados de monumentalidade: as Medersas e as Mesquitas. Nestes edifícios relevantes destacam-se os minaretes pelos seus telhados verdes que contrastam na paisagem urbana com a cor ocre do edificado envolvente. Estes elementos conferem valor ao conjunto pelo efeito cénico que provocam, sobretudo de noite, com a iluminação nocturna.



Figura 5 - Fez

### Barcelona

A cidade de Barcelona é mundialmente conhecida por nela se situarem edifícios de Gaudí, como é o caso da Igreja da sagrada Família, a casa Milá ou a casa Batlló. No entanto, o que confere monumentalidade a esta cidade é a sua

própria escala urbana, desde o traçado ao edificado. A malha urbana desenhada por Cerdá marca toda a cidade com o seu exagero, monumentalidade e rigidez. É o verdadeiro elemento identificador de Barcelona e foi realizada de maneira a que houvesse uma igualdade de classes, comodidade de trânsito e de pessoas. Todos os vértices dos blocos coincidem com os pontos cardeais de modo a que todos os lados do quarteirão possam ter luz directa do sol ao longo do dia. No entanto, o que lhe confere toda a monumentalidade e clareza relaciona-se com a dimensão implementada em todos os edifícios e ruas, sem excepção. A sua malha regular é rasgada diagonalmente por uma avenida que quebra toda a regularidade da malha, rasgando também a cidade.



Figura 6 - Barcelona

## 2.2. CIDADES DE ÁGUA

Água é vida. Grande parte do nosso corpo é água. Todos nós vimos da água. “...A água desempenha um papel fundamental na nossa psicologia. Nós necessitamos de acesso permanente à água, à nossa volta... Mas nas cidades, por todo o lado, a água está fora do nosso alcance. (...) A água tem um efeito terapêutico positivo” (Alexander, C.; Ishikawa, S.; Silverstein M. *A Pattern Language*. 1977:326 in *Cidades e Rios, Perspectivas para uma relação sustentável*, coordenação de Saraiva, Maria da Graça, 2010:201-202).

Tendencialmente olhamos o elemento água como um mero componente da paisagem. No entanto, este elemento natural é muito mais do que isso.

Quando está presente numa cidade, a água “quase que perde a sua naturalidade, a sua existência *per se*, para se tornar numa importante componente do território com valências diversificadas consoante a utilização que lhe é dispensada” (Ferreira, 1997:69). A água é o elemento fundamental, estruturador das cidades de água e as frentes ribeirinhas são o paradigma destas, enquanto cidades históricas, nas quais a frente ribeirinha assume o importante papel de articular terra e água (Ferreira, 1997:69).

A presença da água nas cidades é uma mais-valia. Ela proporciona a existência de espaços de lazer, funciona como espaço de descompressão, transmite sentimentos de relaxamento e de repouso e é também um elemento paisagisticamente muito rico, que imprime uma peculiar dinâmica à cidade. A frente de água de uma cidade é um espaço paradigmático da cidade de água. É cada vez mais um espaço que permite o refazer cidade (Ferreira, 2004 in Ochoa:10).

É com base neste paradigma e nesta importância assumida pela presença da água numa cidade que urge intervir na área de Belém/Ajuda no sentido de re-devolver este espaço ao rio, criando uma nova relação de proximidade e de comunhão entre terra e água, entre cidade e rio, reforçando e reafirmando uma realidade cada vez mais presente neste tipo de cidades.

### **2.2.1. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA RELAÇÃO CIDADE - RIO**

Tal como já foi referido anteriormente, existiu desde sempre uma forte relação entre estes dois elementos, cidade e rio. “As primeiras civilizações da era histórica, (...), aparecem nos vales férteis do Nilo, do Tigre, do Eufrates e do Indo” (Goitia, 1982:40). O facto de os aglomerados se localizarem junto dos rios permitia-lhes facilidade nas trocas comerciais dos produtos produzidos e adquiridos.

Na época industrial, as fábricas têxteis eram movidas a energia hidráulica e por isso estavam espalhadas ao longo das correntes fluviais, “nos locais em que era possível construir moinhos, para obter a energia necessária” (Goitia, 1982:145). O rio era ainda fundamental dado que este “sistema industrial dependia do

transporte, tanto para lhe trazer as matérias-primas, como para distribuir o produto acabado aos consumidores” (Goitia, 1982:146). Ainda não tinha sido inventada a máquina a vapor, logo o transporte era assegurado por via marítima ou fluvial. Os portos das cidades eram assim pontos muitíssimo importantes e as cidades que possuíam este tipo de infra-estrutura, pelas facilidades que proporcionavam ao comércio, “adquiriram um desenvolvimento até aí desconhecido acabando por serem centros de conjugação das principais vias, marítimas e terrestres” (Goitia, 1982:147). Spiro Kostof, no seu livro *The City Assembled* (1992) “aborda a morfologia urbana das cidades de água, o seu crescimento e a particularidade das suas frentes de água. A especificidade do sítio, a maneira como este encontra a água (no seu espaço público), caracteriza a cidade: a sua forma, mas também a sua identidade. Kostof observa que em várias cidades o crescimento se deu ao longo da frente de água, originando em muitos casos uma rua paralela à água, e algumas ruas perpendiculares à mesma – uma espécie de *Pente*, que se torna também um paradigma da cidade de água” (Ochoa:4). É o que se verifica na cidade de Lisboa.

Pode afirmar-se que, ao longo do tempo, cada cidade desenvolveu uma relação única com o seu rio, mais ou menos visível no seu espaço público (consoante a cidade), que contribuiu para a construção da identidade dos seus habitantes (Saraiva, 2010:200). Essa relação resultou num sistema cidade – rio, que relaciona estes dois elementos entre si e a população e que tem como interface dessa relação a frente ribeirinha. São espaços vitais, nos quais importa defender “os mecanismos de autoadaptação e de equilíbrio mútuo entre os rios e as suas cidades” (Saraiva, 2010:197). Nesta relação entre cidade e água importa perceber, “em cada cidade, o seu grau de interacção com a água: como uma ‘miragem’ ou como um espaço realmente usufruível, ao qual todos os cidadãos podem realmente aceder” (Ochoa:11).

No entanto, “se a água se constitui como elemento iniciático da formação da maior parte das cidades, é também verdade que, em determinados momentos históricos, com a diminuição do papel atribuído à água, foram as próprias cidades que dela se afastaram” (Ochoa:5). Esse afastamento resulta de uma ocupação específica da frente ribeirinha, ao nível das infra-estruturas portuárias, da qual resulta um afastamento territorial da faixa ribeirinha em

relação à cidade e à sua vivência, à sua população. Cria-se assim o efeito barreira nas cidades de água, muito presente na cidade de Lisboa, que no entanto não é o único. “Muitas vezes a barreira física, o obstáculo propriamente dito, começa muito antes da frente de água. As duplas barreiras rodo-ferroviárias (...) funcionam como impeditivos de um verdadeiro usufruto da água urbana, definindo assim um limite da cidade, no sentido da sua urbanidade, muito aquém da própria água” (Ochoa:10). Importa falar deste conceito de limite, que é na maioria das vezes associado à linha que divide a cidade da água. Kevin Lynch (1960:75) diz que “enquanto a continuidade e a visibilidade são cruciais, os limites não devem ser, necessariamente, impenetráveis. Muitos limites são mais uma costura de união do que propriamente uma barreira isoladora”. No entanto, o que se tem verificado em muitas cidades de água, e particularmente na cidade de Lisboa, é que este limite caracterizador da cidade se tornou, em grande parte, impenetrável, pela quantidade de barreiras que encontramos a caminho da frente ribeirinha e também pela quantidade de estruturas que ao longo dela se encontram instaladas. “O estuário do Tejo, na sua escala imponente, configura-se como o Grande Vazio, onde, pela sua própria natureza, estão ausentes as pessoas e a vida urbana, ou então ausentou-se, ele, da vida da cidade. E, ao mesmo tempo, caracteriza a cidade de Lisboa de uma forma única, a sua vacuidade a tornar significativo o cheio, numa relação singular de complementaridade (Sisti, 2007 in Ochoa:3).

Para Vítor Matias Ferreira, a cidade de Lisboa encerra em si uma dualidade marítima e fluvial (a par da sua dupla condição urbana e metropolitana), factor que vem contrariar a designação de frente ribeirinha como expressão que confina a cidade a uma dimensão exclusivamente fluvial. “Lisboa, enquanto cidade de água, só assume plenamente uma tal projecção naquele envolvimento marítimo, seja na sua frente atlântica seja na frente estuarina do Tejo, que lhe acentua, assim, aquela condição de ‘mar mediterrâneo’ “ (Ferreira 2004: 26 in Ochoa:3).

Lisboa é também uma cidade de porto, como já foi anteriormente referido. No entanto, para este projecto final de mestrado essa designação e característica não foi valorizada, dado que a Área Monumental da cidade não abrange a área portuária de Lisboa. Foi apenas tido em conta o facto de Lisboa



ser uma cidade fluvial, com uma faixa ribeirinha de considerável dimensão, que no presente está subaproveitada e subvalorizada e que, à semelhança de tantas outras cidades de água, vive um momento de mudança, de retorno à cidade e aos cidadãos.

## 2.3. LISBOA, AS COLINAS E O TEJO

### 2.3.1. LISBOA, CIDADE FLUVIAL

*“Para quem vem de longe e de longe se extasia  
Na contemplação da cidade sempre bela,  
Nas suas sete colinas em harmonia,  
No seu encanto e na sua doce magia,  
Na visão de sonho que em tudo se revela,  
Lisboa parece, à luz diáfana do dia,  
Um paraíso, «uma visão celestial»,  
A mais formosa e a mais deslumbrante tela,  
Que nos poentes de gritantes lumaréus,  
Fosse pintada pela própria mão de Deus,  
E por Deus emoldurada no azul igual  
Das águas e dos céus!”*  
("Primeira Visão" de António Baptista Borges)

*“Princesa do Oceano* a denominavam os antigos, quando ela, garrida e imponente, reflectia nas águas claras do seu grandioso porto as cúpulas e coruchéus de muitos e belos monumentos que, altivos e rendilhados, ressaltavam do álaçre e desprezioso casario alcandorado pelas sete colinas sobre que se erguia a magnífica cidade” (Ramalho, 1933:11).

Cidade capital de Portugal, Lisboa situa-se na foz do rio Tejo, na sua margem direita, à latitude 38º N e longitude 9º W. Detentora de um clima de tipo mediterrânico, caracterizado pela amenidade, e beneficiando ainda dos ventos vindos do Oceano Atlântico, a sua posição geográfica influenciou toda a sua história.

O facto de se situar no estuário de um grande rio navegável, o Tejo, particularmente junto à sua foz, permite-lhe dispor de um porto natural com condições únicas. Implantada na faixa costeira, Lisboa terá sido um ponto importantíssimo nas rotas fluviais e marítimas: “do Mediterrâneo para vários

destinos da fachada Atlântica da Europa e dos países do Norte para o Mediterrâneo” (Gaspar, Jorge in *O Livro de Lisboa*, coordenação de Moita, Irisalva, 1994:11). Esta facilidade de comunicação proporcionada pelo Tejo terá contribuído para o desenvolvimento do núcleo castrejo, um pequeno aglomerado que se fixou numa colina junto ao rio (a actual colina do Castelo) e que se ‘expandiu’ na direcção do rio, desenvolvendo equipamentos e infra-estruturas que qualificaram e valorizavam a cidade e as actividades que nela se praticavam (Gaspar, Jorge in *O Livro de Lisboa*, coordenação de Moita, Irisalva, 1994:14). Esta ocupação sobranceira ao rio, no topo da colina, tinha sobretudo que ver com preocupações de ordem defensiva; estando no ponto mais elevado era mais fácil controlar as movimentações ocorridas no espaço ocupado, feitas não só por terra mas também por via fluvial, podendo assim mais eficazmente defender as pessoas e as edificações mais importantes, situadas nesse cume. Essas edificações, por se situarem nesse ponto alto desfrutavam de uma privilegiada vista quer sobre o rio, quer sobre a envolvente mais próxima e mais distante.

Por Lisboa terão passado diversos povos, alguns dos quais aqui se fixaram, como terá sido o caso dos romanos, os mouros, entre outros, tal como documentam os diversos achados arqueológicos (Santana, 1994:905). Para isso, muito terão contribuído as características climáticas e geográficas atrás mencionadas.

A cidade, que vê o seu nome derivar da forma latina Olisipona, teve sempre um papel estratégico importante no contexto do país. A sua conquista terá sido um feito importante sobretudo pela sua localização geográfica: através da sua conquista seria muito mais fácil chegar-se ao sul de Portugal, território ainda por conquistar. Tal feito deve-se ao Rei D. Afonso Henriques, que tomou a cidade aos mouros em 1147 (Santana, 1994:307).

“ (...) patente a adaptação às virtualidades que o terreno oferecia, mas as características originais do sítio mantêm-se: cidade ribeirinha, alongando-se pela margem do Tejo, galgando vales de vida e ocupação intensificada (...), com ocupação menos densa nas encostas suaves” (Gaspar, Jorge in *O Livro de Lisboa*, coordenação de Moita, Irisalva, 1994:22).

### 2.3.2. O BINÓMIO CIDADE – RIO

*“O véu negro da noite cobre as águas  
Do Tejo adormecido, sonhador...  
Tudo em redor é manto escuro a envolver fráguas,  
Alegrias que começaram por ser dor.*

*Só das colinas, luzes indefinidas  
Marcam o leito do rio a descansar...  
E as gaivotas são no ar as únicas vidas  
Que vigiam o seu imenso dormir.*

*Há mistérios de epopeia cintilando  
No negro negrume do rio...  
E bateis de mínio e ouro, navegando  
Nos reflexos do luar fugidio.*

*O Tejo dorme, sonha em coisas belas,  
Baila-lhe a Glória em seu dormir profundo...  
E não há pintor nem pode haver telas  
Que nos dêem esta emoção por fundo!...*

*...É a hora de evocação das caravelas  
Que descobriram o Mundo!...”  
("Nocturno" de António Baptista Borges)*

“Sem o Tejo, Lisboa poderia ser um porto de pesca, eventualmente um porto oceânico voltado para fora, mas nunca o pólo de comando de um vasto território” (Jorge Gaspar, *O sítio, ocupação e organização do território*, 1994).

É indiscutível a forte relação estabelecida entre Lisboa e o Tejo, pois é nele que se enraíza a importância histórica desta cidade, como foi anteriormente mencionado. Esta interdependência pode ser explicada pela importância atribuída aos rios enquanto fonte de água doce, quer pela possibilidade de abastecimento de água para os povos que junto a ela se fixaram, como pelo possível sucesso para as actividades agrícolas, industriais e até comerciais desenvolvidas nestes locais (Silva, Jorge Batista e, Pinto, Pedro Janela in *Cidades e Rios. Perspectivas para uma relação sustentável*, coordenação de Saraiva, Maria da Graça, 2010:50).

Mas não é só na cidade de Lisboa que se verifica esta forte relação. Tal como afirmam os autores Jorge Batista e Silva e Pedro Janela Pinto (in *Cidades e Rios. Perspectivas para uma relação sustentável*, coordenação de Saraiva,

**Ana Patrícia Amador de Oliveira**

Mestrado Integrado em Arquitectura com especialização em Gestão Urbanística. Maio 2012

Maria da Graça, 2010:49), “os rios desempenharam, desde sempre, um papel primordial na emergência da sociedade humana, marcando presença em todas as etapas da evolução da humanidade e sendo um dos principais factores para a sua sedentarização. A cidade surgiu ‘Entre Rios’ (Mesopotâmia) e, através da história, as cidades foram sendo fundadas à beira de rios ou próximas destes, ocupando locais marcantes ao longo do percurso, tais como (...) colinas sobranceiras ao rio (...) ou localizações próximas da foz”. Lisboa revela ambas as ocupações: colinas próximas da foz de um grande rio.

Ainda hoje é perceptível a influência do rio na cidade, não só através da sua localização mas também pela sua estrutura urbana (e, em alguns casos, através da sua toponímia). No caso de Lisboa, essa influência está patente na estrutura da cidade e na extensão do plano de água frente a esta, que é de cerca de 140 km<sup>2</sup> (e a maioria das cidades apresenta planos de água com 2 a 25 hectares), de acordo com a leitura RiProCity, dos autores Jorge Batista e Silva e Pedro Janela Pinto (in *Cidades e Rios. Perspectivas para uma relação sustentável*, coordenação de Saraiva, Maria da Graça, 2010:68). Em termos de dimensão fluvial, o Tejo é, a nível nacional, o rio que banha o maior número de cidades (fluviais), fortemente concentradas em redor do seu estuário.

“Esta relação rio – cidade é assim um conceito urbanístico com forte influência de elementos hidro-morfológicos, caracterizado pela existência de particularidades exclusivas deste tipo de interface. A interacção entre rio e cidade é permanente, evolutiva e mutuamente dependente e é fortemente influenciada pelo contexto geográfico no qual se estabelece a relação”, segundo Jorge Batista e Silva e Pedro Janela Pinto (in *Cidades e Rios. Perspectivas para uma relação sustentável*, coordenação de Saraiva, Maria da Graça, 2010:56).

No seguimento do que foi anteriormente afirmado, Lisboa é, no que respeita ao acesso ao rio e na relação estabelecida com este, uma cidade de colina e uma cidade de porto, ainda segundo Jorge Batista e Silva e Pedro Janela Pinto (in *Cidades e Rios. Perspectivas para uma relação sustentável*, coordenação de Saraiva, Maria da Graça, 2010:59). No estudo desenvolvido por estes autores, Lisboa foi ainda “classificada” como sendo uma cidade de estuário, com uma relação entre cidade e rio de tipo ‘vale’ e ‘porto’, sendo a

posição do rio em relação à cidade classificada como tangencial (segundo a leitura RiProCity in *Cidades e Rios. Perspectivas para uma relação sustentável*, coordenação de Saraiva, Maria da Graça, 2010:75). No entanto, os mesmos autores ressaltam que “uma boa parte das cidades que entretanto ‘desceram’ ao vale, após séculos de expansão, evoluiu a partir de povoados de colina sobranceira ao rio” e referem Lisboa como exemplo disso mesmo (in *Cidades e Rios. Perspectivas para uma relação sustentável*, coordenação de Saraiva, Maria da Graça, 2010:62).

Parece-me mais correcta, se é que assim se pode dizer, a classificação de cidade de colina e cidade de porto, uma vez que foi a partir da colina que a cidade se desenvolveu, espalhando-se por vales e novas colinas. E, embora a colina assuma um papel muitíssimo importante, quer nesta abordagem, quer mesmo em termos históricos para a cidade de Lisboa, o porto da cidade é também um elemento incontornável desta. Ele se associa a inúmeras situações importantes para a cidade, desde a sua relação com esta e os cidadãos (por ter sido um dos ‘responsáveis’ pelos sucessivos aterros feitos na frente ribeirinha da cidade, que afastaram sucessivamente a população do contacto directo com o Tejo), até as actividades comerciais estabelecidas entre Lisboa e o restante mundo, vitais para a cidade.

### 2.3.3. O SISTEMA DE COLINAS

*“Os miradouros são as janelas das colinas  
Suspensas sobre o Tejo sorridente,  
Por onde se evolvem imagens peregrinas,  
Que vêm da visão surpreendente!*

*São cânticos de sonho e de harmonia,  
Entoados com ternura e suavidade;  
São voos doces do olhar em estesia,  
Descendo e subindo sobre a cidade!*

*(Barquitos à vela percorrem o rio,  
Na majestade do dia...  
Nas grades, debruçados,  
Os noivos, os namorados,  
Instintivamente falam de poesia!...)”*

(“Miradouros” de António Baptista Borges)

**Ana Patrícia Amador de Oliveira**

Mestrado Integrado em Arquitectura com especialização em Gestão Urbanística. Maio  
2012

“Nas cidades de colina, apesar de a maior parte das formas de relacionamento directo com o rio ser de difícil concretização, é possível estabelecer ou valorizar outro tipo de relações igualmente desejáveis, com base principalmente na articulação do sistema de vistas para o rio e sua integração com a rede de espaços públicos” (Silva, Jorge Batista e, Pinto, Pedro Janela in *Cidades e Rios. Perspectivas para uma relação sustentável*, coordenação de Saraiva, Maria da Graça, 2010:62).

Como já foi referenciado, Lisboa evoluiu a partir de uma povoação situada na colina, sobranceira ao rio Tejo (a actual colina do Castelo). As colinas, enquanto entidades geomorfológicas, topográficas, terão sido locais privilegiados para fixação dos povos por serem pontos elevados. Daí era possível controlar as movimentações de quem ali habitava e de quem por ali passava. Eram pois pontos estratégicos, mais fáceis de proteger de eventuais ataques e era aqui que, conseqüentemente, se erguiam os edifícios mais importantes das cidades antigas: era aqui o centro da cidade. A colina como centro gerador do tecido urbano que compõe a cidade de Lisboa.

Outrora muito importantes nas questões estratégicas e de defesa da cidade, as colinas foram também locais privilegiados de contemplação do cenário natural proporcionado pelo Estuário do Tejo. E é neste contexto que hoje em dia se abordam as intervenções nas colinas: a possibilidade de criar espaços ou edificações que tirem partido dessa mais-valia natural.

#### **2.3.4. AJUDA E BELÉM NO CONTEXTO DA LISBOA FLUVIAL: O BAIRRO E A ÁREA MONUMENTAL DA CIDADE**

“Ao fundo é o Mosteiro  
 De Santa Maria dos Jerónimos,  
 Que El-Rei Dom Manuel Primeiro  
 Mandou erigir  
 Por Portugueses Anónimos,  
 Para ficar a constituir  
 Junto ao rio esplendoroso,  
 E em adequado cenário,  
 Um marco milenário  
 A Portugal Glorioso!...

**Ana Patrícia Amador de Oliveira**

Mestrado Integrado em Arquitectura com especialização em Gestão Urbanística. Maio  
2012

À frente é o Tejo,  
O rio do Triunfo, o porto da Glória!  
O Tejo embevecido,  
Cantado e enaltecido  
Pela nossa própria História;  
O Tejo risonho, sem manha,  
O Tejo grave, quase sério:  
O Tejo que banha  
A Praça do Império.

Daqui partiram  
Há quase quinhentos anos,  
Para o mar das procelas,  
As pequenas caravelas  
Que levaram os Primeiros  
(De olhar austero e profundo,  
De corações esperançados!)  
Que foram descobrir o Mundo,  
Por mares altaneiros  
«Nunca dantes navegados»...

(Presos à amurada do cais,  
Pequenos «yachts» de recreio  
São como uma legenda, uma dedicatória...  
Às vezes fazem-se ao mar,  
E brincam de reviver a História!...)”  
(“Praça do Império” de António Baptista Borges)

De todas as freguesias da cidade de Lisboa, existem duas com uma particular história: Ajuda e Belém (ou Santa Maria de Belém). A história destes sítios confunde-se com a história da cidade por estar relacionada com aquilo que se falou anteriormente: a importância do rio para o sítio e a fixação da população numa colina, virada para o rio, a contemplá-lo.

“A zona da Ajuda é consequência de um processo histórico que resulta da expansão portuguesa além-mar, local de assento das ‘taracenas’ ou estaleiros navais, da actividade piscatória, da construção do Mosteiro dos Jerónimos e da posterior localização da corte em torno da ‘Real Barraca’ após o fatídico terramoto de 1755, processo esse que se traduziu numa estrutura de edificado notável construído ao longo dos séculos XVI a XIX” (Rosa, Isabel, in *Artitextos 02*, 2006:129).

Os registos cartográficos mais antigos referentes à cidade de Lisboa (séculos XVII a XVIII) terminam, a Ocidente, na zona de Alcântara (Rosa, Isabel,

**Ana Patrícia Amador de Oliveira**

Mestrado Integrado em Arquitectura com especialização em Gestão Urbanística. Maio  
2012

in *Artitextos 02*, 2006:129). 1587 é o ano em que oficialmente se considera a existência da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda. “No século XVI a freguesia, com sede na pequena ermida, abrangia as terras de reguengos compreendidas entre as ribeiras de Alcântara e de Algés” (Santana, 1994:46). Com o aumento de população verificado nos tempos que se seguiram, deu-se a necessidade de a dividir: no século XVIII foi criada a freguesia de Alcântara; em 1883 cria-se a Paróquia de Santa Maria de Belém; em 1835 a de Nossa Senhora da Ajuda; e, finalmente, em 1959 criou-se a freguesia de São Francisco Xavier (Santana, 1994:46).

Local de visitação e de estadia sazonal da Corte, a Ajuda terá sido um dos locais preferidos das romarias da rainha D. Catarina à ermida da Nossa Senhora da Ajuda.

Aqui se começam a instalar alguns nobres, construindo casas com grandes quintas em redor, trazendo com eles os ‘serviçais da lavoura’ que também aqui se começam a instalar.

“Um sistema orográfico complexo, coberto de vegetação e percorrido por um significativo número de cursos de água que deslizavam de Monsanto até ao Tejo, alternando com terraços que possibilitavam aprazíveis zonas de estadia com amplas vistas sobre o rio, constituía o ambiente natural apetecível e requerido pela Corte” (Rosa, Isabel, in *Artitextos 02*, 2006:130).

A autora supõe que “data do reinado de D. João IV a edificação das primeiras instalações militares na zona”, dado o seu papel de grande reformador do sistema defensivo nacional e dado que esta era uma entrada vulnerável da cidade e, sobretudo, a sua importância geo-estratégica na defesa da cidade de Lisboa (Rosa, Isabel, in *Artitextos 02*, 2006:130). Assim se inicia prontamente uma série de acções com vista a conseguir controlar o território da zona da Ajuda, a primeira das quais passa pela sua posse da Coroa. Isso possibilita-lhe adquirir a maioria das quintas da zona, com os seus palácios e jardins, manda construir um cais de embarque para passeios fluviais, rectifica o traçado da Calçada da Ajuda e manda igualmente construir um aquartelamento para a guarda numa plataforma altaneira, de onde se conseguia controlar todas as entradas e saídas da cidade (Rosa, Isabel, in *Artitextos 02*, 2006:131). Estas



reformas resultam numa ocupação cada vez mais densa do sítio, que se traduz num “novo edificado que gradualmente vai acompanhando os terrenos devolutos na envolvente próxima das Quintas de Recreio e da recém rectificada Calçada da Ajuda” (Rosa, Isabel, in *Artitextos 02*, 2006:131).

O terramoto sentido na cidade de Lisboa influenciou a ocupação da zona da Ajuda, no sentido em que é para aqui que vem a Corte, uma vez que este local poucos danos sofreu com a catástrofe. Urbanizam-se os terrenos adjacentes à então denominada ‘Real Barraca’, construída onde mais tarde de erguerá o Palácio da Ajuda, recorrendo a quarteirões e arruamentos ao estilo pombalino (Rosa, Isabel, in *Artitextos 02*, 2006:132). “ (...) novos Bairros que vieram preencher os vazios, espaços livres, em redor dos quartéis”, com uma arquitectura em tudo relacionada com os novos tempos da arquitectura portuguesa (Rosa, Isabel, IN *Artitextos 02*, 2006:132).

No que respeita ao outro ‘sítio’, “ (...) identificamos o embrião de Belém na existência, na margem direita do Tejo, a cerca de cinco quilómetros do centro de Lisboa, de um ancoradouro abrigado dos ventos, que deu origem a um porto de mar e a uma povoação: era o *Restelo*” (Santana, 1994:153). As suas terras de Reguengo eram habitadas e cultivadas por mouros – era o Reguengo de Algés, inserido numa extensa faixa delimitada pelo Monsanto a Norte, pela Ribeira de Alcântara a Este e pelo Rio Jamor a Oeste (Santana, 1994:153).

A aldeia nasce do referido ancoradouro, estabelecendo-se na margem e recebe o nome de Restello. É daqui que anos mais tarde saíria (em 1415) a expedição naval que foi conquistar Ceuta. É igualmente neste local que, em 1493, Cristóvão Colombo ancorou, no retorno da viagem da Descoberta da América. Mais tarde, em 1497, a expedição de Vasco da Gama parte também deste ancoradouro para realizar a Descoberta do Caminho Marítimo para a Índia. Em 1500 parte daqui a expedição de Pedro Álvares Cabral, que faria a Descoberta oficial do Brasil. “E tantos outros acontecimentos celebrizaram o Restelo...” (Santana, 1994:154).

De referir ainda que a povoação do Restelo era delimitada fisicamente pela Ribeira dos Gafos, actual Calçada da Ajuda a Este, pela Ribeira dos Pocinhos, actual Rua dos Jerónimos a Oeste e era atravessada pelo caminho que conduzia a Lisboa e a Cascais (Santana, 1994:154).

Atribui-se, no entanto, ao Rei D. Manuel I a fundação de Belém, pois terá sido ele a estabelecer a mudança do topónimo do sítio, de Restelo para Belém. É ele quem manda erigir “um mosteiro da Ordem de São Jerónimo no sítio da ermida henriquina de Santa Maria de Belém”, no início da centúria de 1500 (Santana, 1994:154), mais tarde denominado Mosteiro dos Jerónimos, tal como ainda é designado nos dias de hoje. É ainda no seu reinado que é mandada construir a Torre de Belém (1515).

“Durante o século XVI e (sobretudo) o século XVII, Belém começou a ser o sítio preferido por várias famílias titulares para passar a estação calmosa do ano. As moradias de aspecto nobre surgiram desde a encosta até à praia do Restelo; os terrenos (...) eram retalhados e aforados, e diversos fidalgos ali construíram as suas casas de campo” (Santana, 1994:154).

D. João V compra uma série de quintas e respectivos palácios à nobreza e denomina-os de: Quinta de Baixo (com o Real Palácio de Belém, hoje Palácio de Belém que alberga a Presidência da República Portuguesa); Quinta do Meio (mais para Norte da anterior, com o Palácio do Pátio das Vacas; e, ainda mais a Norte a Quinta de Cima, com o Palácio que pertenceu ao 2º Conde de Óbidos (Santana, 1994:155).

Na segunda metade do século XVIII, Belém “era um bairro urbano, dos mais característicos dos arredores de Lisboa e enobrecido pelos dois mais belos monumentos nacionais, a Torre de São Vicente e o Mosteiro dos Jerónimos” (Santana, 1994:155). É nesta época que Lisboa sofre com o maior terramoto da sua história – o terramoto de 1755 – que, como anteriormente referido, poupa toda esta zona de Belém (e Ajuda) da destruição (contrariamente ao que terá acontecido na zona da Baixa e do Castelo). Dado este cenário, a população desloca-se massivamente para esta zona, nomeadamente a Casa Real. “De certo modo, Belém tornou-se o epicentro da vida política, e isso marcou profundamente aquele sítio” (Santana, 1994:155).

“Em 1780, foi construída a Bateria do Bom Sucesso, mais tarde ligada à Torre de Belém. Em 1768 foi mandado plantar o Jardim Botânico da Ajuda, na Quinta de Cima” (Santana, 1994:155).

É do embarcadouro atrás referido, do Cais de Belém, que parte a família Real para o Brasil, fugindo das Invasões Francesas e dos perigos que elas representavam.

O século XIX e até metade do século XX vai ver o sítio de Belém desenvolver-se económica, industrial e culturalmente, atraindo para aqui a população da cidade de Lisboa, sobretudo aos domingos e feriados (Santana, 1994:156). São as famosas «casas de pasto», a ainda hoje mundialmente famosa Casa dos Pastéis de Belém, as feiras, os teatros; a inauguração da linha férrea americana de tracção animal entre o Rossio e Belém; a edificação da Central Tejo; a inauguração em 1901 do serviço eléctrico desde o Cais do Sodré até Algés (feita pela Companhia *Carris de Ferro de Lisboa*); a vinda do Museu Etnológico para Belém em 1903; a inauguração do Museu dos Coches em 1905, no sítio do Picadeiro do Paço Real de Belém; a criação do Museu Agrícola Colonial em 1906; o brilho dado a Belém pela partida, em 1922, de Gago Coutinho e Sacadura Cabral para efectuarem a primeira travessia aérea do Atlântico Sul (Santana, 1994:156-157).

O ano de 1940 vai ser importantíssimo para Belém, pois esta zona da cidade é escolhida para receber a Exposição do Mundo Português, inaugurada em Junho. É uma exposição de projecção internacional para comemorar o duplo centenário da independência de Portugal e da Restauração, visando glorificar a “imagem do país através da evocação histórica da presença portuguesa no mundo” (Santana, 1994:157). A partir deste mesmo ano, Belém sofre uma transformação urbanística profunda, através da construção do Bairro das Casas Económicas de Belém, facto que alterou a fisionomia do sítio, que se destinava a substituir os bairros de barracas ali instalados (Santana, 1994:157). Cria-se ainda o Bairro da Encosta da Ajuda e o Bairro Social do Restelo; constrói-se em 1952 o Estádio Municipal do Restelo; inaugura-se em 1940 o Padrão dos Descobrimentos e o Museu da Marinha, em 1962. Em 1963, inaugura-se o Planetário Calouste Gulbenkian e conclui-se a remodelação da Praça do Império e a Fonte Luminosa. 1993 é o ano da inauguração do Centro Cultural de Belém.

É de todo perceptível que a história dos sítios é indissociável. Embora com características diferentes, Ajuda e Belém tendem a ser vistas em conjunto, como um complemento uma da outra. Terá sido sempre assim.

A dada altura Belém ‘recebe’ a designação de ‘Área Monumental da cidade de Lisboa’, por nela se concentrarem os edifícios e monumentos mais representativos do nosso país e da nossa história. Belém é monumental do edificado e a Ajuda é o seu bairro, o Bairro da cidade monumental, monumental do sítio (pela implantação na colina, a ver o Tejo).

#### **2.4. IDEIAS E ESTRATÉGIAS PARA A ÁREA MONUMENTAL DE AJUDA – BELÉM (DE 1992 A 2024)**

De um modo geral “o sistema do planeamento urbano está directamente ligado aos efeitos das transformações urbanas, que foram surgindo com o crescimento das cidades, e aos conflitos que a aglomeração e as deslocações originaram” (Amado, 2005:13). Em Portugal, a evolução do planeamento urbano “está muito ligada ao processo de revolução industrial do século XIX e às novas valências que essa revolução introduziu nas nossas ‘áreas’ urbanas, existentes à época” (Amado, 2005:17). “A aceleração das transformações urbanas e das mutações sociais, nas grandes metrópoles e cidades, veio questionar, profundamente, os métodos e os processos de planeamento utilizados ao longo das décadas de 40/70” do século passado (Plano Estratégico de Lisboa – PEL – 1992).

“As mudanças dos anos mais recentes possibilitaram que Lisboa passasse a incluir o rio Tejo na sua estratégia de desenvolvimento, que as referidas transformações têm vindo a permitir; simultaneamente, constituem-se em elementos de um processo de ‘reapropriação’ de uma extensa área que, até recentemente, era sinónimo de degradação e de abandono. À semelhança de outras cidades, Lisboa tem vindo a descobrir a necessidade – ou seja, a criar a disposição – para uma relação mais próxima entre a cidade, a população e o rio” (Ferreira, 1997:219).

Apesar desta inclusão do rio nas estratégias para o desenvolvimento da cidade, muito está ainda por fazer. Parte da frente ribeirinha da cidade começou a ser revitalizada, mas essa acção não se estendeu ainda à totalidade da mesma... e passam já vinte anos desde o início do processo que deu origem ao primeiro Plano Estratégico de Lisboa (1992).

#### **2.4.1. PLANO ESTRATÉGICO DE LISBOA 1992**

Dado o contexto descrito no ponto anterior, a Câmara Municipal de Lisboa (CML) aprova, em 1990, as bases para a elaboração do primeiro Plano Estratégico (PEL) e do Plano Director Municipal (PDM) da cidade. O primeiro PEL constituiu um importante instrumento de planeamento a longo prazo, no apoio à tomada de decisão por parte do município, dado que ‘duraria’ pelos próximos dez anos, no qual se definiram os princípios orientadores do processo de planeamento e os objectivos prioritários para a cidade de Lisboa.

A partir do estudo da cidade de Lisboa, e através do cruzamento das potencialidades e fraquezas encontradas nesta, foram estabelecidos como grandes objectivos do PEL:

- . Fazer de Lisboa uma cidade atractiva para viver e trabalhar.
- . Tornar Lisboa competitiva nos sistemas das cidades europeias.
- . Reafirmar Lisboa como capital metrópole.
- . Criar uma administração moderna, eficiente e participada.

(IN Plano Estratégico de Lisboa 1992)

Segundo o próprio PEL 1992, “o objectivo central foi tornar Lisboa uma cidade do século XXI, isto é, uma cidade mais humana e mais moderna”. Nele foram estabelecidas quatro áreas ou unidades territoriais com alguma homogeneidade, no que respeita à reestruturação da cidade. O denominado ‘Arco Ribeirinho’ da cidade foi uma dessas áreas estratégicas, compreendendo uma faixa que se estende de Belém a Beirolas (Ferreira, 1997:154).

A estratégia, “no âmbito da configuração dos instrumentos de planeamento” passava pela “necessidade da ‘devolução do rio à cidade, a bem

da qualidade de vida dos cidadãos, a bem da afirmação e da projecção internacional desta Capital Atlântica da Europa’ ”, notando assim, e desde logo, uma “destacada importância atribuída (...) à zona ribeirinha, quando se estabelece como objectivo a ligação da cidade ao rio, compatibilizando-se os usos portuários, industriais, lúdicos, culturais, turísticos e habitacionais ao longo daquela frente ribeirinha”. (Ferreira, 1997:153-154).

Do referido ‘Arco Ribeirinho’ faz parte a área designada de Belém-Alcântara, que tinha como objectivos:

- . Promover a salvaguarda dos valores patrimoniais;
- . Preservar e melhorar a vivência da população residente;
- . Reabilitar o tecido urbano e o parque habitacional das encostas;
- . Vocacionar os espaços livres;
- . Qualificar os espaços livres, defender a imagem histórica e criar novos espaços verdes.

(Fonte: Câmara Municipal de Lisboa, Plano Estratégico, Plano Director Municipal. Objectivos, Bases, Metodologia e Calendários, Agosto 1990.)

Como pequeno apontamento, referir apenas que o documento do PDM de Lisboa, datado de 1994, que deriva deste PEL de 1992 aponta a “zona ribeirinha de Alcântara-Belém como uma das ‘oportunidades mais significativas de articular a cidade ao rio’, privilegiando-se os espaços públicos e o património” (Ferreira, 1997:159, tendo por base o documento do PDM de Lisboa). Ainda neste documento as áreas de Belém e Ajuda são referenciadas como áreas de valor patrimonial, onde deverá existir uma valorização de um “Conjunto Urbano Monumental” e o “tratamento de um conjunto de espaços públicos ribeirinhos” (Ferreira, 1997:158)

Maria Eduarda Napoleão (2009:33) considera mesmo que o primeiro PEL da cidade, que tinha como orientação/objectivo principal uma “Lisboa, Capital Atlântica da Europa”, foi “bastante ambicioso” e que este Plano que “pretendia trazer mais população para Lisboa, (...) não foi consentâneo em termos de implementação, e até 2002 não foi actualizado tendo sido apenas parcialmente levado à prática”.

#### 2.4.2. VISÃO ESTRATÉGICA – LISBOA 2012

“Em 2001, Lisboa em termos de competitividade, estava a perder terreno sobretudo relativamente a Madrid e Barcelona. No *ranking* europeu das melhores cidades para investir, ‘*European Cities Monitor*’ de 2001, Lisboa aparecia, em 1990, em 16.º lugar e tinha mantido a mesma posição em 2001. Barcelona estava no 11.º lugar em 1990, tinha passado para 6.º em 2001. E Madrid, que em 1990, estava em 17.º e portanto um ponto abaixo de Lisboa, tinha passado para 8.º em 2001” (Napoleão, 2009:33).

No período de tempo que decorreu de 1990 a 2005, a dinâmica da cidade de Lisboa, no que respeita ao planeamento estratégico, ficou muito aquém das expectativas criadas com o I Plano Estratégico da cidade (PEL 1992). Embora considerado um documento ambicioso, Lisboa ficou “muito aquém do que deveria ter sido feito” (Napoleão, 2009:33).

Até 2002, o I PEL não foi actualizado e apenas parcialmente tinha sido posto em prática. As estratégias pensadas tornaram-se desajustadas, deixando de responder aos princípios segundo os quais foram elaboradas, surgindo cada vez mais a necessidade de criar um “programa de transformação da cidade de Lisboa com vista a aumentar a sua competitividade no contexto europeu” (Napoleão, 2009:33-34).

Após uma série de *Workshops* temáticos, nos quais participaram especialistas, agentes e entidades que operam na cidade, e dada a impossibilidade ‘burocrática’ de realizar um II Plano Estratégico para Lisboa, os agentes de planeamento da cidade optaram pela elaboração do que designaram de Visão Estratégica – Lisboa 2012, decorria o ano de 2005.

A Visão Estratégica – Lisboa 2012 tem como missão “reposicionar Lisboa, simultaneamente, como Capital Atlântica da Europa e como porta Europeia do Mediterrâneo, retirando partido de um conjunto de factores de inegável valia, nomeadamente, a posição geoestratégica, o património natural, construído e cultural, o dinamismo económico e a distinção no contexto europeu” (Visão Estratégica – Lisboa 2012:3). Este documento estabelece a base do II Plano Estratégico de Lisboa e assenta em quatro Eixos de Desenvolvimento Urbano. A saber:

1. Lisboa, Cidade de Bairros;
2. Lisboa, Cidade de Empreendedores;
3. Lisboa, Cidade de Culturas;
4. Lisboa, Cidade de Modernidade e Inovação.

Estes eixos visam uma “ projecção de Lisboa para posições mais elevadas no ranking das melhores cidades para investir e, sobretudo, para viver” (Napoleão, 2009:35).

No eixo ‘Lisboa, Cidade de Bairros’, um dos principais objectivos é a “requalificação urbanística e ordenamento territorial da cidade de Lisboa, concretizada através dos instrumentos de planeamento e de gestão urbana” (Visão Estratégica Lisboa 2002/2012:67). Este documento refere que é importante “dinamizar os Planos de Urbanização e Pormenor em curso e promover a elaboração de outros cada vez mais pormenorizados” (Visão Estratégica Lisboa 2002/2012:67). Uma das acções proposta é o Plano de Pormenor da Envolvente do **Palácio da Ajuda**.

O documento estabelece indicações para a “dotação de equipamentos desportivos de proximidade e outros” (Visão Estratégica Lisboa 2002/2012:69), fazendo referência à criação de instalações para actividades náuticas, nomeadamente para vela, motonáutica e canoagem (no qual a zona de **Belém** revela grande importância).

Quanto ao segundo eixo, ‘Lisboa, Cidade de Empreendedores’, o documento refere, para a área de Ajuda-Belém, um investimento na zona do Pólo Universitário da Ajuda, através da construção de espaço para a instalação de empresas de serviços avançados e ateliers, em articulação com a Universidade e Centros de Investigação (Visão Estratégica Lisboa 2002/2012:124).

No eixo ‘Lisboa, Cidade de Culturas’, propõem a ampliação e melhoramento da rede municipal de bibliotecas, o reforço do programa de exposições, animação cultural e pedagógica dos Museus da Cidade e, concretamente para a Área Monumental de Belém, uma intervenção ao nível da



Praça do Império; a construção de um jardim japonês na zona do Museu de Arte Popular.

Dado que, como já foi referido, este documento não foi submetido a aprovação por parte da Câmara, a sua formalização e implementação foi incompleta. Permitiu, no entanto, um melhor conhecimento da cidade, conducente à preparação dos trabalhos de Revisão do PDM de Lisboa.

#### **2.4.3. CARTA ESTRATÉGICA DE LISBOA 2010/2024 – UM COMPROMISSO PARA O FUTURO DA CIDADE**

O documento da Carta Estratégica de Lisboa 2010/2024 assenta na necessidade actual de planear o futuro da cidade para o século XXI e de “criar um novo referencial estratégico global, que permita ao município fazer a condução do desenvolvimento urbano sustentável da cidade, definindo os objectivos estratégicos prioritários para Lisboa e alcançando os objectivos da coesão territorial” (Carta Estratégica de Lisboa 2010/2024 – mensagem do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, António Costa:1).

O documento síntese da proposta desta Carta Estratégica define quatro orientações principais, que partem da definição de Lisboa como Capital da República e da Cidadania. As orientações são:

- I. Uma nova prática: CUMULATIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE LISBOA;
- II. Uma centralidade reassumida: LISBOA, CAPITAL DA REPÚBLICA E DA CIDADANIA ABERTA AO TEJO E AO MUNDO;
- III. Uma nova divisão administrativa para multiplicar escolhas: LISBOA, CIDADE DE BAIRROS, COSMOPOLITA;
- IV. Novos percursos e geração de oportunidade: LISBOA, CIDADE DA DESCOBERTA.

Sem definir acções concretas para áreas e locais concretos, tal como foi feito nos documentos anteriores, esta Carta Estratégica, no que à Área Monumental de Ajuda-Belém diz respeito, vem focar com grande ênfase a importância e influência do Tejo e do seu Estuário na cidade. “Lisboa, e toda a região circundante, devem a sua força ao rio. A sua identidade repousa sobre o

Estuário do Tejo, monumento natural que urge reconhecer e requalificar como tal no período de 2010-2024. A cidade tem de olhar para o Estuário como para um espelho e pensá-lo como um símbolo da vida material, intelectual e política que nela prospera. O Estuário tem de voltar a encher-se de barcos e de velas. Temos de nos transportar, de novo, ao longo das suas margens e abraça-lo de ângulos inesperados, não apenas atravessá-lo monotonamente tratando-o como um obstáculo. (...) inverter este processo de recusa colectiva é uma condição para que a cidade rompa com inibições arcaicas e, assim, volte a reassumir a sua beleza monumental e se redescubra no Estuário: único, inimitável, como uma obra de arte” (Carta Estratégica de Lisboa 2010/2024:2-3).

Há também uma referência a que Lisboa “deve proporcionar aos seus habitantes e visitantes a descoberta de novas perspectivas e recantos novos bem como o desfrute de um valorizado património, de uma cultura cosmopolita, plena de alegria de viver. (...) O património natural e construído, razão e pretexto da criação de riqueza e de cultura, é uma plataforma para o surgimento de oportunidade, de criatividade” (Carta Estratégica de Lisboa 2010/2024:4).

Por fim, a Carta Estratégica diz que o passeio ribeirinho deverá ser dedicado à descoberta, ao desafio, à contemplação. Passeio que deveria ser pontuado por oficinas, laboratórios, residências, espaços para artes dramáticas” (Carta Estratégica de Lisboa 2010/2024:5).

### **3. A ÁREA MONUMENTAL DE AJUDA – BELÉM: O CASO DE ESTUDO**

Para uma correcta abordagem ao caso de estudo é importante, senão mesmo fundamental, relacioná-lo com a restante cidade onde se insere e ver que relações e comparações podem ser feitas.

Consideram-se nesta análise as áreas monumentais da Baixa – Chiado/Castelo, a área monumental de Ajuda/Belém e a área monumental emergente do Parque das Nações tendo por base as variáveis de função e qualidade na representatividade cultural do país e da cidade.

A área monumental da Baixa – Chiado/Castelo está directamente relacionada com a destruição provocada pelo terramoto de 1755. Decorria então o reinado de D. José e Marquês de Pombal encomenda um plano que vai

revitalizar o centro da cidade, destruído pela catástrofe. A sua monumentalidade deve-se a valores históricos e simbólicos, associados à geografia do espaço, mais do que à sua função (que é actualmente de serviços, comércio e habitação).

A emergente área monumental do Parque das Nações é também aqui considerada. Ela surge da decisão de realizar em Portugal uma exposição internacional: a Expo 98. A sua localização na cidade oscilou entre a zona ocidental de Lisboa, ou seja a zona de Belém, pelo seu carácter cultural, e a zona oriental, marcadamente industrial. A última foi a escolhida, pela possibilidade de regenerar essa parte do tecido urbano, criando um novo ponto de atracção cultural na cidade. Tornou-se muito mais que isso, tornou-se uma importante parte da cidade com funções culturais, económicas e habitacionais e com valores arquitectónicos e estéticos.

A área monumental de Ajuda/Belém acaba por ser um misto das duas áreas monumentais que foram referidas, pelo seu valor histórico simbólico (como a primeira) e pelas funções culturais, pelos valores arquitectónicos (como a segunda). A sua formação pode associar-se à realização da Exposição do Mundo Português, em 1940. Zona desde sempre nobre e importante na e para a cidade de Lisboa, a área monumental de Ajuda/Belém caracteriza-se fundamentalmente por ser um centro urbano muito importante para o funcionamento desta, pelo conjunto de edifícios e de espaços com qualidade arquitectónica e plástica que engloba. Dela pode ainda dizer-se que é a área da cidade onde se verifica uma forte concentração de edifícios representativos, patrimoniais e relacionados com actividades culturais. Caracteriza-se pela fragmentação espacial (ou sejam espaços que necessitam de definição e funções que necessitam ser ordenadas e introduzidas na zona monumental, ajudando à sua coesão); pela desconexão desta com a frente ribeirinha (perda sucessiva da sua antes forte relação com o rio Tejo, elemento natural de grande valor cénico e paisagístico), em resultado da fragmentação espacial referida anteriormente; e pela forte barreira física e visual materializada pela linha do comboio e pelas vias de tráfego automóvel, que provoca a referida desconexão entre os dois lados da frente ribeirinha e entre esta e a zona monumental. No entanto, esta área monumental revela variadíssimos atributos. Os seus valores são **históricos** (remetem para a exibição do ponto alto da História da Nação – a

época dos Descobrimentos); **patrimoniais** (pelo conjunto de edifícios que são património histórico e monumentos nacionais); **culturais** (pela concentração nesta zona da cidade de museus e espaços dedicados à cultura); **comerciais** (dada a existência de espaços de comércio únicos na cidade e até no país e que contribuem para a identidade da zona monumental – o exemplo da casa dos Pastéis de Belém); **geográficos** (a sua localização privilegiada na cidade – junto ao Tejo e no fundo da encosta da Ajuda); **naturais** (o rio Tejo como cenário e como eixo natural e a existência de inúmeros jardins únicos na cidade); e ainda valores relacionados com a **escala** (dos edifícios e do próprio espaço, única na cidade).

As qualidades encontram-se ao nível do **edificado** (pela multiplicidade de edifícios representativos); da **frente ribeirinha** (não aproveitada/potenciada na sua totalidade); das boas conexões com o resto da cidade. São ainda qualidades **plásticas** (ao nível dos edifícios representativos de diversos estilos arquitectónicos que conferem riqueza plástica a este conjunto monumental); **cénicas** (da zona monumental, entendida como um cenário onde sobressaem as qualidades plásticas); **perspécticas** (relativamente aos pontos de vista sobre o rio e sobre a própria zona monumental) e o facto de existir uma **forte actividade turística** nesta zona da cidade, em qualquer altura do ano.

Estes valores e qualidades surgem da análise ou estudo dos elementos que compõem a área monumental. Estes elementos distribuem-se no espaço de forma distinta. Grande parte deles compõe o que eu designei por núcleo monumental, junto ao rio: a Cordoaria Nacional, a Central Tejo (Museu da Electricidade), o Palácio de Belém, o Museu dos Coches, a Praça Afonso de Albuquerque, a Praça de Honra, o quarteirão Vieira Portuense, o Mosteiro dos Jerónimos, a Praça do Império, o Centro Cultural de Belém, o Convento do Bom Sucesso, o Padrão dos Descobrimentos, o espelho de água, o Museu Etnológico, o Monumento do Ultramar e a Torre de Belém. Fora deste núcleo estão outros elementos, como a Ermida de São Jerónimo, o Jardim Tropical, o Jardim Botânico, o Palácio Nacional da Ajuda, a Igreja da Memória e a Calçada da Ajuda.

O Palácio Nacional da Ajuda, apesar de segregado da área monumental, é um elemento simbólico deste, tal como a Calçada da Ajuda, pelo que foram considerados no projecto a desenvolver.

Pode afirmar-se que a área monumental de Ajuda/Belém, pejada de simbolismo e de elementos com uma forte carga simbólica e que se caracteriza pela excepcional dimensão dos edifícios, dos espaços públicos, com uma considerável extensão de rio, está expectante, como que adormecida, com tudo para dar e com uma enorme fonte de elementos capazes e que, ordenados e a funcionar, poderão fazer desta zona ocidental da cidade um novo centro urbano, moderno e simbólico, carregado de memórias e capaz de proporcionar uma diversidade de experiências e vivências únicas na cidade.

### **3.1. AJUDA/BELÉM E A CIDADE DE LISBOA**

Dos diversos factores que influenciam a cidade de Lisboa, os que mais directamente influenciam o conceito de monumentalidade e que foram seleccionados para a analisar são os seus usos gerais, os pontos de interesse/ligação ao rio, os usos culturais da cidade, a sua morfologia, os miradouros e os monumentos/imóveis com interesse, classificados ou em vias de classificação.

Tal como foi anteriormente referido, a cidade de Lisboa e o rio Tejo estão historicamente relacionados, daí que toda a sua frente ribeirinha faça parte integrante da sua identidade. Actualmente metade da sua extensão é ocupada por funções portuárias e a restante metade por zonas e estruturas de aproximação indirecta à água, isto é, a fruição deste elemento é feita através de um simples passeio à beira rio, sem que haja contacto directo com este. Excepção feita à Torre de Belém e ao seu espaço envolvente, por se situar dentro de água; ao Cais das Colunas, elemento histórico, onde é também possível um contacto directo com o elemento natural e à zona do Parque das Nações, com os passadiços sobre a água e as zonas de estadia junto ao rio. Em termos dos usos gerais, na zona de Belém concentram-se sobretudo grandes equipamentos e verdes urbanos e, em termos culturais, são museus e edifícios polivalentes.

No que respeita aos miradouros e à morfologia, na área de estudo, estes relacionam-se com a colina da Ajuda e a Monsanto, sendo que a zona ribeirinha de Belém é aqui identificada como miradouro, pelo facto de dispor de amplos

espaços com vista directa para o Tejo e alguns pontos de estadia igualmente com vista sobre este.

No que respeita à análise dos monumentos nacionais e imóveis classificados ou com interesse público, a grande concentração faz-se na zona monumental da Baixa – Chiado. No entanto, a zona monumental de Ajuda/Belém destaca-se pela concentração superior de monumentos nacionais, pela maior área de zona especial de protecção. É aqui que estão concentrados a maioria dos grandes equipamentos ligados à cultural que se apresentam como conjuntos edificados históricos, com vários séculos, com funções essencialmente culturais e simbólicas. São exemplo disso o Mosteiro dos Jerónimos (do qual faz parte o Museu Nacional de Arqueologia e o Museu da Marinha), o Padrão dos Descobrimentos, o Museu de Arte Popular, o Museu dos Coches, o Museu Etnológico, o Centro Cultural de Belém e a Torre de Belém. As salas polivalentes do Centro Cultural de Belém dão lugar a outras funções culturais, como teatro, cinema e salas de espectáculo.

Ainda dentro dos usos na zona de Ajuda/Belém, de referir que os usos habitacionais, de comércio e serviços são uma minoria na freguesia de Belém, com 9.752 habitantes e 17.961 habitantes na freguesia da Ajuda. O comércio associa-se às principais artérias desta zona, ou seja, Rua da Junqueira, Calçada da Ajuda e Rua de Belém e a restauração concentra-se sobretudo nos edifícios que compõem o quarteirão Vieira Portuense.

Perceber a acessibilidade e a mobilidade da área monumental é também importante, no contexto da cidade de Lisboa. A acessibilidade à área monumental é feita sobretudo pela rodovia que liga a cidade, desde a zona oriental a Cascais e pela via ferroviária que liga a zona do Cais do Sodré a Cascais e que é paralela ao rio e à rodovia. Por ser uma das principais artérias da cidade, confere à zona monumental elevado grau de acessibilidade. O problema é que esta artéria é sobretudo de atravessamento, uma vez que liga a cidade aos arredores, o que provoca um elevado fluxo cujo destino principal não é a área monumental. Esta situação provoca constrangimentos no normal fluir de pessoas e veículos nesta zona, uma vez que este conjunto rodo ferroviário forma uma barreira enorme e de difícil transposição entre Belém e a frente ribeirinha.

#### **4. O NOVO MODELO DE ORDENAMENTO PARA A ÁREA MONUMENTAL DE AJUDA – BELÉM**

##### **4.1. PLANO DE ESTRUTURA PARA A ÁREA MONUMENTAL**

Com base nos aspectos e características relativas à área monumental de Ajuda/Belém, mencionados no ponto anterior, foi necessário pensar na reestruturação desta parte da cidade, tanto física como funcional. Desde o redesenho de alguns espaços públicos até à introdução de novos edifícios e de novas funcionalidades, a parte ocidental de Lisboa vê com esta proposta um reforço urbano que se quer traduzido numa maior fruição tanto por parte de quem aqui habita como por parte de quem por aqui passa ou de quem aqui se desloca em lazer.

##### **4.1.1. PRINCÍPIOS DE INTERVENÇÃO**

Tal como já foi referido anteriormente neste documento, a intervenção assenta na premissa da devolução do rio à cidade e às pessoas, locais ou visitantes. Considero que as características desta área da cidade devem ser fortemente potenciadas, contrariamente ao que tem sido feito, sobretudo no que diz respeito à relação com o rio Tejo.

Pretende-se com esta proposta a obtenção de espaços de relação entre zona monumental da cidade e rio Tejo, que dinamizem toda uma área e que sejam capazes de atrair pessoas das mais variadas faixas etárias e com os mais variados propósitos.

##### **Re-introdução do rio na linguagem da área monumental de Ajuda/Belém.**

A proposta foi pensada tendo como objectivo fulcral a existência de uma forte relação entre espaço público e rio, havendo até como que uma fusão entre ambos. A área de intervenção divide-se em dois núcleos relacionados entre si por um eixo: a Calçada da Ajuda. No núcleo monumental, o mais importante, foram pensadas três estruturas principais que ligam directamente Belém e o rio.

São três “línguas”, situadas em pontos estratégicos: a Praça Afonso de Albuquerque/Palácio de Belém, o quarteirão Vieira Portuense e a Praça do Império/Mosteiro dos Jerónimos. No núcleo secundário, o Palácio Nacional da Ajuda, essa relação com o rio é feita através da criação de pontos de vista privilegiados sobre o rio: são uma sequência de diferentes tipos de espaços públicos, que aproveitam o declive do local para assim criar espaços de estar ao ar livre de onde se pode observar o rio.

**Tornar coeso o conjunto monumental, reforçando a sua centralidade e a sua importância cultural na cidade de Lisboa.** Ajuda/Belém concentra uma grande quantidade de edifícios históricos, patrimoniais, de uso cultural. A intenção é, através da implementação neste lugar de mais alguns elementos museológicos, conseguir reforçar a sua importância cultural na cidade, enquanto expoente máximo de cultura, nas suas diversas componentes. O projecto para o novo edifício do Museu dos Coches dá o mote para o reforço desta centralidade. Além disto, e como forma de contrariar a tendência de monofuncionalidade deste espaço, projecta-se a introdução de mais edifícios habitacionais para Ajuda e Belém, bem como algum comércio de apoio à actividade museológica.

Tendo como objectivos do projecto os pontos acima referidos, desenvolveram-se as seguintes hipóteses de trabalho:

**Ligar os dois lados da frente ribeirinha e a área monumental com o rio.** O núcleo da área monumental de Ajuda/Belém é actualmente um espaço fragmentado, pelo atravessamento do conjunto formado pela via automóvel e linha de caminho-de-ferro (Avenida da Índia e a linha férrea que liga Lisboa a Cascais). A frente ribeirinha da cidade está resumida a um longo passeio com alguns pontos de estadia (edifícios associados a lazer e alguns espaços) que são pontos de contacto indirecto com a água, segregando-se da zona mais histórica, onde estão os edifícios mais simbólicos desta área monumental, como é o caso do Mosteiro dos Jerónimos e do Palácio de Belém. Esta proposta vem dotar este espaço de estruturas de atravessamento e penetração na água: são grandes “línguas” que ligam edifícios, espaços públicos e água, desde o núcleo urbano à frente ribeirinha. Nestes elementos haverá actividades culturais e momentos de estadia e fruição da paisagem. Além destes elementos



construídos, é proposto o rebaixamento ligeiro da linha férrea, de modo a conseguir minorar o impacto deste elemento na relação visual com o rio, mas também de modo a proporcionar a quem viaja de comboio toda uma nova visão sobre a Belém monumental.

**Dinamizar a linha de costa.** Ao olhar para uma qualquer planta da cidade de Lisboa pode verificar-se que em qualquer ponto da extensa faixa ribeirinha a relação com a água não é directa. O espaço público não é mais que uma simples faixa percorrível, sem reentrâncias no espaço água. A proposta é quebrar essa linha criando pontos de contacto directo com a água. Parte desses pontos serão as referidas “línguas”, que relacionam o espaço água com o espaço térreo da área monumental, parte serão um conjunto de plataformas desniveladas, submergíveis, que proporcionarão uma espécie de praia urbana neste pedaço de cidade. No fundo pretende-se a criação de um conjunto de avanços e recuos sobre a água, que além de serem elementos dinamizadores da paisagem, serão novos espaços públicos da cidade.

**Reforçar a localização dos elementos culturais na faixa ribeirinha.** A par do que é pretendido no ponto anterior, e como reforço dessa monumentalidade que se quer intimamente ligada ao elemento água, o projecto vai trazer para a faixa ribeirinha alguns museus, como o novo Museu dos Coches, fortalecendo a importância deste espaço no conjunto monumental.

**Reestruturar a distribuição do poder político na zona monumental.** Os usos na área monumental estão muitíssimo associados à cultura. Para além de reforçar o uso habitacional e comercial (específico) nesta zona, o poder político será também reorganizado. Assim propõe-se a transferência do uso presidencial do Palácio de Belém para o Palácio Nacional da Ajuda, que verá a sua área ampliada, inspirado no projecto inicial do mesmo.

#### 4.1.2. ESTRUTURA FUNCIONAL DA PROPOSTA

A proposta está estruturada em dois grandes núcleos, tal como já foi referido, o principal na zona de Belém, junto ao rio, o secundário na encosta da Ajuda, na zona do Palácio Nacional da Ajuda.

O núcleo principal estrutura-se em elementos de ligação entre espaços públicos-chave e o rio. Estes elementos de ligação serão de dois tipos: os principais e os secundários. Os principais são três e relacionam o coração da área monumental com a zona ribeirinha, isto é, o Mosteiro dos Jerónimos e a Praça do Império com o Padrão dos Descobrimentos, o quarteirão Vieira Portuense com o rio e a Praça Afonso Albuquerque/Palácio de Belém com o rio. Os elementos secundários relacionam de igual modo a zona monumental com o rio, na zona do jardim da Torre de Belém, Centro Cultural de Belém, Estação fluvial de Belém e Cordoaria Nacional, não tendo no entanto a dimensão e função dos principais.

O núcleo secundário é constituído pelo Palácio Nacional da Ajuda e toda a sua envolvente.

A proposta é feita através de uma intervenção nos seguintes pontos.

##### **Torre de Belém**

Este espaço é redesenhado a pensar numa utilização do tipo anfiteatro, virado ao rio. É um espaço maioritariamente relvado, com alguns caminhos que definem diferentes zonas de estar, com diferentes cotas altimétricas. Nestes caminhos, pontualmente, encontram-se bancos associados a zonas de ensombramento. Este espaço é “quebrado” por um caminho, que dá acesso directo à Torre de Belém e que permite uma relação visual com a Ermida de São Jerónimo. O edifício do Clube Náutico de Belém é redesenhado e nele é integrado uma “língua” (ligação do tipo secundária) que liga esta parte da frente ribeirinha à zona do Convento do Bom Sucesso, onde é proposto um edifício onde funcionará um *atelier*/oficina de arte.

##### **Centro Cultural de Belém (CCB)**

Nesta proposta, o CCB ganha mais um volume, um “novo” edifício, tal como a proposta inicial deste projecto, aquando da sua construção. Este é composto por dois volumes que se cruzam perpendicularmente, sobre um embasamento à

altura do existente, mantendo uma leitura de conjunto. Terá funções complementares às actuais funções do CCB, ou seja, funções culturais.

No volume já existente do CCB é proposta a criação de uma “língua” que vai fazer a ligação (do tipo secundária) deste conjunto com o Museu Etnológico e com o rio.

### **Quarteirão Vieira Portuense**

Este local vê o seu espaço público redesenhado, no seguimento do redesenho do dois espaços públicos principais que o ladeiam: as Praças Afonso de Albuquerque e a nova Praça de Honra, antiga Praça do Império. Este espaço adjacente ao quarteirão Vieira Portuense será um espaço de estadia, de apoio ao comércio que já aqui se encontra, que se materializa essencialmente em espelhos de água com zonas de estadia (bancos) e ensombramento natural (arborização). Este espaço é delimitado pelos novos edifícios do Museu da Cidade e da Biblioteca Municipal, que vão separar fisicamente este espaço da Praça de Honra.

### **Cordoaria Nacional**

A Cordoaria Nacional é também alvo de intervenção neste projecto. Nela passará a funcionar uma Escola de Belas-Artes. Agregado a esta utilização está o espaço posterior a este edifício, na faixa ribeirinha, no qual surgem duas “línguas” que serão utilizadas como espaço de recreio, lazer e exposições ao ar livre. Estes elementos são em betão armado e têm em sua volta uma escadaria também ela em betão armado, que serve de espaço de estadia junto do rio e que, quando a maré sobe acaba mesmo por ficar em parte submersa. Evoca a ideia de praia.

### **Palácio Nacional da Ajuda**

Não só o Palácio da Ajuda é intervencionado nesta proposta, como toda a zona envolvente a este. Para além de ser proposta a conclusão deste elemento arquitectónico marcante no local e na própria cidade de Lisboa, através da criação de um novo corpo de área semelhante à do actual existente, é proposto também o arranjo do espaço público imediatamente envolvente e a criação de alguma habitação.

Assim, entre os dois volumes arquitectónicos do Palácio, existente e proposto, é proposta a criação de uma pala em betão, que simbolizará a sua união. Nascerá uma praça no topo oeste do Palácio, igual, em termos de desenho, à existente no topo este. São espaços marcados pela existência de espelhos de água, sem elementos de estadia. À volta destas praças existirão espaços verdes. São desenhados em função do declive acentuado deste local, pelo que são espaços com plataformas, rampas de acesso, que vão funcionar em conjunto como um grande miradouro. Um destes espaços surge no enfiamento do Jardim Botânico. Estes espaços destinam-se a acolher actividades temáticas, associadas às vivências da zona, sejam de cariz cultural, desportivo, ou de outro tipo. A norte do Palácio surge um jardim de aromas, que não é mais que o continuar do desenho já existente, proporcionando um espaço para se vivenciarem novas experiências.

A habitação proposta para este local destina-se a ser utilizada pela população estudantil que povoa a freguesia da Ajuda, por estar perto do Pólo Universitário e, uma vez que não existem na área residências para estudantes. São blocos habitacionais desenhados perpendicularmente ao rio, que acompanham o declive do terreno.

### **Calçada da Ajuda**

Este elemento é o elo de ligação entre os dois núcleos monumentais, o principal e o secundário. Funcionando como um eixo de relação visual e física entre a colina da Ajuda e a zona de Belém e o Tejo, a calçada recebe nesta proposta a introdução de um meio de transporte do tipo do monocril. Fará a ligação entre o Palácio da Ajuda e a Praça Afonso de Albuquerque. A localização do edifício do novo Museu dos Coches no enfiamento visual desta pretende como que coroar este eixo, valorizando-o e permitindo à mesma a fruição do elemento natural que é o Tejo.

### **Praça Afonso de Albuquerque e Praça de Honra (antiga Praça do Império)**

Ambos os espaços serão detalhados no próximo ponto deste capítulo, uma vez que em termos projectuais, ambos os espaços foram alvo de maior nível de detalhe.

### **Faixa Ribeirinha**

A extensão da frente ribeirinha de Lisboa compreendida entre a Torre de Belém e a Cordoaria Nacional é aqui intervencionada. Pretende-se dinamizar esta “linha de costa”, através da criação de elementos de dois tipos: elementos de ligação e elementos de estadia. Os elementos de ligação são “línguas” que relacionam o rio com Belém, ligando-os em pontos específicos: jardim da Torre de Belém, CCB, Praça de Honra e Mosteiro dos Jerónimos, Praça Afonso de Albuquerque e estação fluvial. Destas, as principais são três: as situadas na Praça de Honra e na Praça Afonso de Albuquerque. As restantes são secundárias. Estas estruturas são em betão armado revestido a madeira. Os elementos de estadia situam-se em dois pontos: na frente do conjunto Praça de Honra/quarteirão Vieira Portuense/Praça Afonso de Albuquerque e na frente da Cordoaria Nacional. São elementos em betão armado, desnivelados, com degraus, que quando a maré sobe ficam em parte submersos, recriando a ideia da praia outrora existente neste local.

## **4.2. DETALHES DA PROPOSTA**

No modelo de ordenamento proposto foi essencial detalhar dois espaços chave da proposta. A saber a Praça Afonso de Albuquerque e a Praça do Império e as respectivas envolventes imediatas.

### **4.2.1. PLANO DE DETALHE DA PRAÇA AFONSO DE ALBUQUERQUE**

Nesta proposta a Praça Afonso de Albuquerque ganha um novo desenho.

A história desta praça está íntima e directamente relacionada com o Palácio de Belém, sobretudo com o desenho dos seus jardins, pois surge da extensão destes. A monarquia, que habitava o Palácio de Belém, manda construir o Picadeiro Real que mais tarde se torna nas instalações do actual Museu dos Coches, e esta praça surge com a necessidade de chegar ao Cais Real, tornando-se no elemento de ligação entre Palácio e Cais. Foi inicialmente denominada Praça Real de Belém, mais tarde Praça Dom Fernando e posteriormente (e até à actualidade) Praça Afonso de Albuquerque.

Data do século XX (1902), é uma praça com desenho regular, clássico (128m x 128m) e apresenta uma área de 16.380 m<sup>2</sup>.

O espaço da praça embora seja redesenhado, continuará a estar como que dividido e quatro partes iguais, que são atravessadas no sentido Palácio de Belém – rio por uma das três estruturas principais de relação com a água. Essa estrutura vai abraçar e incluir no seu desenho a estátua da praça, sem que esta deixe de fazer parte do seu espaço. A praça passa a dispor de elementos de estadia associados aos elementos vegetais de ensombramento – são caldeiras/bancos que surgem em pontos específicos, dos quais se pode ficar a contemplar a paisagem urbana e o rio. Ladeando estes espaços de estadia surgem espaços relvados onde se pode usufruir livremente do espaço. Nesta praça há lugar para exposições e eventos culturais ao ar livre, pensados para este espaço e para os espaços adjacentes. No fundo funcionarão em rede, em complemento uns dos outros e em complemento do que se passa nos edifícios culturais propostos para esta parte da cidade.

O pavimento principal da praça será em calcário moleanos. Em redor utilizar-se-á calçada de vidro.

#### **4.2.2. PLANO DE DETALHE DA ANTIGA PRAÇA DO IMPÉRIO (NOVA PRAÇA DE HONRA)**

De autoria do Arquitecto Cottinelli Telmo, a Praça do Império data de 1940. Construída por ocasião da Exposição do Mundo Português, este espaço de forma quadrangular (175m x 175m) e com uma área de 3 ha (sendo que metade desta área corresponde a espaço verde) foi pensado com o objectivo de evocar a vertente patriótica e imperial da história portuguesa e exaltar os valores do Estado Novo: o corporativismo, o ruralismo e a inspiração Cristã.

A Praça é um elemento de enquadramento de vários conjuntos monumentais, como o Centro Cultural de Belém, o Mosteiro dos Jerónimos, o Padrão dos Descobrimentos, o Museu da Marinha e o Planetário. Ocupa um espaço que, no século XVII, era praia – a “praia do Restelo”.

Gomes Amorim foi o responsável pelos espaços verdes deste espaço. O jardim foi plantado segundo uma organização greco-romana. A vegetação destaca-se pelos motivos de mosaico-cultura inspirados nos ornamentos

manuelinos do Mosteiro dos Jerónimos. Os alinhamentos de ciprestes e oliveiras evocam a paisagem portuguesa.

O centro da praça é marcado pela fonte monumental de Belém que tem 32 brasões, simbolizando as antigas províncias do Império. De igual modo o pavimento em calçada portuguesa é muito rico em evocações de um passado áureo.

Em termos estruturais, o desenho da praça assenta num eixo de simetria e esta assume-se claramente como uma grande praça aberta ao rio.

Mantendo essa premissa de ser um grande espaço aberto ao rio, a praça é totalmente redesenhada. Passa a denominar-se Praça de Honra pois nesta proposta a actual praça de honra dará lugar à zona de “praia”, a principal zona de estadia dentro de água. Assim sendo, este será um espaço aberto, para poder acolher as funções inerentes a este espaço. O seu desenho incorpora duas das três “línguas” principais de ligação com o rio. Uma surge no enfiamento do Mosteiro dos Jerónimos com o Padrão dos Descobrimentos, integrando-o no seu desenho, a outra surge novamente do Mosteiro, integra os novos edifícios do Museu da Cidade e da Biblioteca Municipal, ligando-os com o rio. Nestes espaços haverá espelhos de água que materializam a relação Belém/rio, o avanço e recuo de ambos os elementos. Estes espelhos de água terão um rebordo que servirá de elemento de estadia, revestido a madeira. Haverá uma zona arborizada, que enfatiza esses eixos de relação e que cria ensombramento para parte das zonas de estadia. O pavimento principal da praça será em calcário moleanos.

## **5. PROJECTO INTEGRADO DE ESPAÇO PÚBLICO E EDIFÍCIO DO NOVO MUSEU DOS COCHES**

### **5.1. O ACTUAL MUSEU NACIONAL DOS COCHES**

Inaugurado no dia 23 de Maio de 1905, o então denominado Museu dos Coches Reaes foi criado pela Rainha D. Amélia de Orleães e Bragança, mulher do Rei D. Carlos I. A Rainha era dotada de grande cultura e, a dada altura, “toma

consciência do valor patrimonial das viaturas de gala da Casa Real” (in [www.museudoscoches.com](http://www.museudoscoches.com)), propondo-se a reunir, salvaguardar e apresentar ao público tal ‘coleecção’ de viaturas.

É escolhido o Picadeiro Real de Belém para se instalar a coleecção, que na altura era já utilizado para armazenar algumas das principais viaturas da corte e para onde vão convergir os antigos carros nobres da Casa Real Portuguesa e respectivos acessórios. “Da primitiva coleecção faziam parte 29 viaturas, fardamentos de gala, arreios e acessórios de cavalaria utilizados pela Família Real” (in [www.museudoscoches.com](http://www.museudoscoches.com)).

Em 1910, após a Implantação da República, o Museu passa a denominar-se Museu Nacional dos Coches. O seu espólio foi então enriquecido com outros veículos da Coroa, do Patriarcado de Lisboa e de algumas casas nobres. Actualmente, o Museu “reúne uma coleecção que é considerada única no mundo devido à variedade artística das magníficas viaturas de aparato dos séculos XVII, XVIII e XIX e ao número de exemplares que integra” (in [www.museudoscoches.com](http://www.museudoscoches.com)). Destacam-se, de entre os veículos expostos, os coches, as berlindas, as carruagens, as seges, os carrinhos de passeio, as liteiras, cadeirinhas e carrinhos de criança, que formam um conjunto interessante, permitindo ao visitante uma compreensão da “evolução técnica e artística dos meios de transporte utilizados pelas cortes europeias até ao aparecimento do automóvel. Completam a coleecção um núcleo de arreios de tiro, arreios de cavalaria, selas, fardamentos de gala, de armaria e acessórios de cortejo setecentistas de que se destaca um conjunto de trombetas da Charamela Real bem como uma galeria de retratos a óleo dos monarcas da Dinastia de Bragança” (in [www.museudoscoches.com](http://www.museudoscoches.com)).

O edifício do actual Museu Nacional dos Coches foi mandado erigir pelo Infante D. João, futuro Rei D. João VI. De estilo neoclássico e de autoria do arquitecto italiano Giacomo Azzolini, “é de salientar o amplo salão com 50 metros de comprimento por 17 metros de largo, com dois pisos, apresentando, nos topos do andar superior, tribunas ligadas por duas estreitas galerias com colunata, destinadas a permitir à Família Real e à Corte assistirem aos jogos equestres” (in [www.museudoscoches.com](http://www.museudoscoches.com)).

A sua construção iniciou-se em 1787, ficou pronta um ano depois, mas as decorações exteriores estenderam-se até cerca de 1828.



O Museu Nacional dos Coches tem um ‘anexo’ que funciona no Paço Ducal de Vila Viçosa, desde 1984, no qual se expõem ao público “viaturas pertencentes na sua maioria à colecção do Museu a que se juntaram algumas do Palácio Nacional da Ajuda, do Museu de Évora, do Museu Machado de Castro, de depósitos privados e as do próprio Paço Ducal” (in [www.museudoscoces.com](http://www.museudoscoces.com)). A colecção aqui exposta alberga 73 viaturas, das quais se destacam alguns coches e berlindas do século XVIII (pertencentes à Família Real) e também uma grande variedade de viaturas de Gala do século XIX e início do século XX: carruagens, landaus, caleças, fétones, milordes, clarences, bourghans, vitórias, uma aranha e uma mala-posta.

## 5.2. O NOVO MUSEU NACIONAL DOS COCHES – PROPOSTA

Integrado na temática das Áreas Monumentais, que é o fio condutor deste trabalho final de mestrado, foi proposta a elaboração de um projecto integrado de um equipamento museológico: o novo edifício do Museu Nacional dos Coches.

A escolha do local de implantação do edifício não foi determinada previamente, tendo unicamente a condicionante de se localizar na Área Monumental de Ajuda – Belém, claro. Para mim, e de acordo com os aspectos descritos no capítulo anterior, foi natural a decisão da localização do edifício. Era importante que este ganhasse, através do seu local de implantação, um lugar de destaque na frente ribeirinha da cidade, que se tornasse um símbolo da cidade Monumental e de Lisboa, tal como são a Torre de Belém ou o Padrão dos Descobrimentos. Tinha de implantar-se no Tejo, em frente do actual Museu Nacional dos Coches, de modo a criar uma forte relação visual entre ambos os objectos arquitectónicos, e de acordo com o tipo de intervenção pretendido para a frente de água.

O edifício não é mais do que uma caixa, um rectângulo suspenso sobre o Tejo, agarrado por uma estrutura em betão, de grande porte que, para além de estruturar todo o interior do edifício, confere a este uma imagem marcante no

local. Uma identidade que já existe e que se pretende reforçada, em comunhão com uma forte ligação com o Tejo.

### **5.3. O CONCEITO EXPOSITIVO E ARQUITECTÓNICO DO NOVO MUSEU DOS COCHES**

Nesta minha intervenção utilizei o conceito de edifício “chave”, com sinergias urbanas, utilizado para chamar a atenção para um processo de reestruturação na frente ribeirinha, através da inserção de uma “peça” singular. Busquets (2007:43) descreve esta associação entre rios e edifícios importantes/emblemáticos (como em Londres, Paris) e instalações culturais: “we likely associate a key building with the idea of a ‘monument’ or monumentality. We likely view a key building as a form of collective expression that seeks to define spatial and/or sculptural pieces that are of significance to a large percentage of the population.”

As influências para este projecto foram encontradas no projecto do Museu de Arte de São Paulo (MASP), da autoria da Arquitecta Lina Bo Bardi; no projecto de um bar na zona de Belém, da autoria do Arquitecto Pedro Falcão de Campos; na imagem dos contentores de mercadorias do terminal portuário de Alcântara e ainda na imagem do pórtico das antigas instalações navais da LISNAVE, na Cova da Piedade/Almada. São sobretudo influências ao nível da imagem e da estrutura pretendidas para o novo edifício do Museu dos Coches.

O conceito arquitectónico do novo Museu baseia-se na própria definição de coche: uma caixa suspensa, à qual se acede por um ponto, um desnível. A partir desta ideia de corpo suspenso, e com base nas influências recolhidas e na intenção de ter um novo edifício símbolo desta parte da cidade, nasce o projecto do novo Museu dos Coches, um edifício pesado (quer pelo material escolhido, quer pela volumetria do mesmo) mas ao mesmo tempo leve, pelo simples facto de estar despegado do chão, assente sobre o rio Tejo.

O edifício é todo ele em betão armado, sendo o volume da “caixa” em betão branco e a estrutura que o suporta e agarra em betão armado pigmentado.

Relativamente ao conceito expositivo do museu, referir que assenta na ideia do cortejo e na vontade de possibilitar ao visitante uma vista do coche não só ao nível do chão, mas também a outros níveis, dando assim a conhecer todo o objecto exposto. Para tal, foram pensados vários espaços para exposição destas peças, com diferentes características, para proporcionar diferentes experiências de visita.

De um modo geral, os coches expostos estão organizados nas várias salas de exposição, em cima de plataformas que distam 0.50m do chão, alinhadas com os elementos estruturais do edifício. Haverá também uma plataforma que percorrerá todas as salas de exposição do piso térreo, à qual se acede por meio de escadarias presentes em todas as salas de exposição, e que permitirão ter uma vista diferente sobre os coches e sobre a forma como estão expostos, recriando a tal ideia do cortejo. Nesta plataforma que se localiza ao nível do piso 1 estarão expostas telas que fazem parte do espólio do Museu – será a zona da exposição de pintura. Para quem tem dificuldade de locomoção, esta zona pode ser acedida por meio de elevador.

Em termos de salas e temas de exposição a ideia é ter na sala de exposição permanente os coches da Embaixada ao Papa Clemente. As restantes três salas de exposições temporárias são organizadas por temas, sendo que cada uma destas salas tem um tempo de exposição diferente das restantes, fazendo com que a altura da mudança da exposição não coincida entre elas. Assim há sempre uma nova exposição no Museu dos Coches.

#### **5.4. PROGRAMA E ORGANIZAÇÃO FUNCIONAL DO NOVO MUSEU DOS COCHES**

O edifício do novo Museu Nacional dos Coches está organizado em dois pisos. O piso inferior organiza-se tendo por 'base' um átrio que dá acesso à recepção, à bilheteira e ao bengaleiro, aos acessos verticais e às instalações sanitárias, à cafetaria, à livraria/loja do museu, à zona pedagógica, à sala de exposição permanente e dá ainda acesso às reservas não visitáveis. As reservas visitáveis dão acesso, por sua vez, à oficina de restauro e esta dá acesso à zona de exposição de pintura, localizada já no piso superior.

Já no piso superior, o átrio dá acesso à cafeteria, que se organiza em mezzanine, dá também acesso ao auditório, às galerias técnicas, à zona de exposição de pintura e à zona administrativa, de acesso restrito, que por sua vez se subdivide em gabinetes, uma sala de arquivo, uma sala de reunião.

Para a exposição permanente, e como já foi mencionado, foram escolhidos os três Coches da Embaixada ao Papa Clemente, recorrendo a manequins para a representação dos cavalos. Para além desta sala de exposição permanente existem mais três salas de exposições temporárias.

Quer a sala da exposição permanente, quer as salas das exposições temporárias se situam no piso térreo, permitindo uma maior acessibilidade a todo o tipo de visitantes. A primeira sala de exposição temporária começa com a mostra dos Coches Reais; a segunda sala com exposição dos veículos do século XVIII; e a terceira sala de exposição temporária expõe tudo o que respeita a arreios, fardamentos, medalhística, no fundo tudo o que se refere a acessórios. Existe ainda, no piso superior uma galeria de exposição de telas, pinturas, quadros, gravuras e todo este tipo de objectos de arte pertencentes ao espólio do Museu.

Em termos organizacionais, a disposição e desenho dos espaços expositivos foram organizados de modo a permitir a realização de diversos percursos possíveis, de acordo com o tipo de visitantes:

1. Visita por Grupos: exposição permanente + exposições temporárias + exposição de pintura e oficinas de restauro;
2. Visita Escolar: exposição permanente + exposições temporárias + zona pedagógica;
3. Visita Individual: exposição permanente + exposições temporárias + exposição de pintura e/ou oficinas de restauro;
4. Visita Temática: exposição permanente e/ou exposições temporárias e/ou exposição de pintura.

Esta proposta contempla a utilização do actual edifício do Museu dos Coches como reserva para algumas das peças do espólio do Museu, bem como para centro de documentação aberto ao público.

## 6. CONCLUSÃO

A proposta de intervenção aqui apresentada cumpre o objectivo inicialmente proposto de intervir na área monumental, reintroduzindo o Tejo na sua vivência. Essa reintrodução é conseguida através de uma leitura cuidada do local, contextualizando-o na cidade de Lisboa e na sua história, percebendo a relação intrínseca existente entre cidade e rio, entre Ajuda/Belém e o Tejo, mas também através do reforço da actividade cultural fortemente presente na área de intervenção, resolvendo fraquezas e aproveitando potencialidades existentes. Estabelecem-se ligações entre os elementos marcantes da área monumental e o rio.

O novo edifício do Museu dos Coches é uma peça chave da intervenção. É pensado tendo em conta o objectivo inicial, daí que se implante no rio, reforçando a importância deste elemento natural. É pensado para ser um elemento identificador do local, tal como é actualmente o Padrão dos Descobrimentos e a Torre de Belém.

O projecto é desenvolvido coerentemente nas suas diversas escalas. Criam-se novos espaços públicos de qualidade, quer para os habitantes de Belém e de Lisboa, quer para os seus visitantes, reabilitam-se áreas devolutas, espaços expectantes numa perspectiva de reforço quer da actividade cultural e comercial, quer também da função habitacional, minorando a dependência do turismo e o risco de monofuncionalidade. A área de intervenção torna-se assim num conjunto urbano coeso e estruturado.

**TOTAL DE PALAVRAS: 18.621**

**Ana Patrícia Amador de Oliveira**

Mestrado Integrado em Arquitectura com especialização em Gestão Urbanística. Maio  
2012

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Livros e Revistas

. ALLEN, Stan – **Point + Lines: diagrams and projects for the city**. New York: Princeton Architectural Press, 1999.

. AMADO, Miguel Pires – **Planeamento Urbano Sustentável**. Edição Caleidoscópio – colecção 'Pensar Arquitectura', 2005.

. BORGES, António Baptista – **Cântico das Sete Colinas**. Lisboa: Gama, 1947.

. BREEN, Ann; RIGBY, Dick – **The New Waterfront. A Worldwide Urban Success Story**. Thames and Hudson, 1996.

. BUSQUETS, Joan; CORREA, Filipe – **Cities X Lines: a new lens for the urbanistic project**. Harvard University – Graduate School of Design: Nicolodi Editore, 2007.

. CHOAY, Françoise – **L'Allegorie du Patrimoine**. Paris: Éditions du Seuil, 1982.

. FERREIRA, Vítor Matias – **Lisboa, a Metrópole e o Rio. Centralidade e Requalificação das Frentes de Água**. Lisboa: Editorial Bizâncio, 1997.

. FIGUEIREDO, José de; RAMALHO, Robélia de Sousa Lobo, ed. lit. – **Lisboa. O Tejo, Lisboa antiga, Lisboa contemporânea e miradouros**. Guia de Portugal Artístico – 1, Lisboa: M. Costa Ramalho, 1933.

. FRANÇA, José-Augusto – **Lisboa – História Física e Moral**. Livros Horizonte, 2008.

. FRAMPTON, Kenneth – **História Crítica da Arquitectura Moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

- . GASPAR, Jorge – **O sítio, ocupação e organização do território**. 1994.
- . GOITIA, Fernando Chueca – **Breve História do Urbanismo**. Lisboa: Editorial Presença, 1982.
- . GROPIUS, Walter – Sobre a Ideia de Monumentalidade. **Revista Arquitectura**, Lisboa. II série, Nº 30, Abril e Maio (1949) p. 14.
- . LISBOA, Arquivo Municipal – **Bellem/Belém: Reguengo da Cidade**. Edições ASA, 1998.
- . LYNCH, Kevin – **A Imagem da Cidade**. Massachusetts Institute of Technology and the President and the Fellows of Harvard College. Edições 70, 1960.
- . MARTINS, Miguel; [et al.], colab. – **Lisboa Ribeirinha**. Arquivo Municipal de Lisboa: Livros Horizonte, 1994.
- . MARTINS, Rocha – **Lisboa de Ontem e de Hoje: as Colinas da Cidade**. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1945.
- . MOITA, Irisalva (coordenação) – **O Livro de Lisboa**. Livros Horizonte, Dezembro 1994.
- . MONTANER, Josep Maria – **Arquitectura e Crítica**. Barcelona: Gustavo Gili, 1999.
- . NAPOLEÃO, Maria Eduarda – **Lisboa, Urbanismo e Política**. Lisboa: bnomics, 2009.
- . PORTUGAL, Associação dos Arquitectos Portugueses – **Lisboa a Cidade e o Rio – Resumo de ideias para a renovação da zona ribeirinha de Lisboa**. 1998.
- . RODRIGUES, Paulo Simões – **Lisboa. A Construção da Memória da Cidade**. Centro de História da Arte da Universidade de Évora: Casa do Sul Editora, 2005.

. SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo – **Dicionário da História de Lisboa**. Lisboa: 1994.

. SARAIVA, Maria da Graça (coordenação) – **Cidades e Rios. Perspectivas para uma relação sustentável**. Colecção Expoentes 09. Lisboa: PARQUEXPO, 2010.

. SERT, J. L.; LEGER, F.; GIEDION, S., *Nine Points on Monumentality*, Harvard Architecture Review 4, Spring 1984, 62-63.

. *Sociedade e Território – Revista de Estudos Urbanos e Regionais*; 10-11 – Lx, que futuro? Ano 4, Dezembro. Porto. 1989.

. UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA, Faculdade de Arquitectura, Reprografia da FAUTL, **Arquitextos 02**. Lisboa: CEFA – Linha Editorial Arquitectos, Setembro 2006.

. UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA, Faculdade de Arquitectura, Reprografia da FAUTL, **Arquitextos 02**. Lisboa: CEFA – Linha Editorial Arquitectos, 2007.

. UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA, Faculdade de Arquitectura, Reprografia da FAUTL, **Arquitextos 05**. Lisboa: CEFA – Linha Editorial Arquitectos, 2007.

. UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA, Faculdade de Arquitectura, Reprografia da FAUTL, **Arquitextos 07**. Lisboa: CEFA – Linha Editorial Arquitectos, 2008.



### Endereços Electrónicos

. Site Oficial da Câmara Municipal de Lisboa (CML): [www.cm-lisboa.pt](http://www.cm-lisboa.pt) (consultado em Julho 2010)

. Site Oficial do Museu dos Coches: [www.museudoscoches.pt](http://www.museudoscoches.pt) (consultado em Junho de 2011)

. Site Oficial da Sociedade Frente Tejo: [www.frentetejo.pt](http://www.frentetejo.pt) (consultado em Junho de 2010)

. Site Oficial da Carta Estratégica de Lisboa (CML): <http://cartaestrategica.cm-lisboa.pt/> (consultado em Junho 2010)

. Site da Infopédia: <http://infopedia.pt/pesquisa-global/patrimonio> (consultado em Junho 2010)

. Site da Infopédia: <http://www.infopedia.pt/pesquisa-global/monumento> (consultado em Junho 2010)

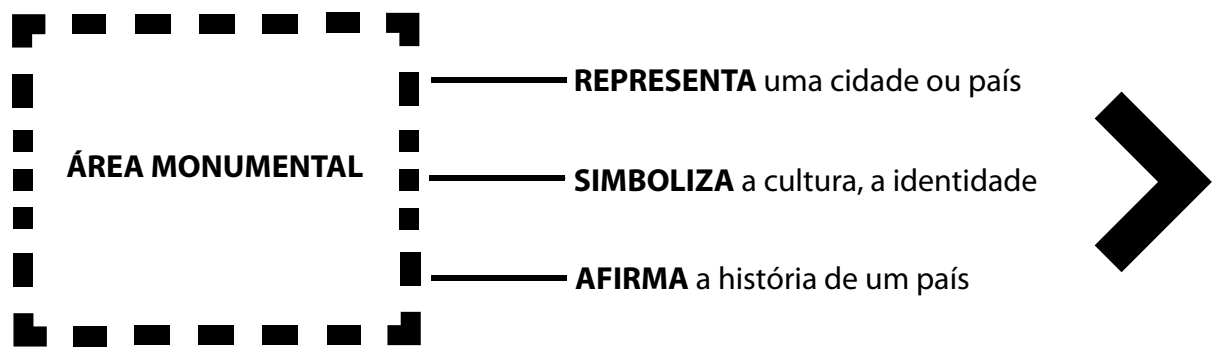
### Artigos na Internet

. ABREU, José Guilherme – **A problemática do monumento moderno**. Disponível em: <http://www.apha.pt/boletim/boletim1/pdf/Aproblematicadomonumento.pdf> (consultado em Julho 2010)

. OCHOA, Rita – **Espaço Público e Frente de Água [Repensar o Limite]**. Universidade de Barcelona / Universidade da Beira Interior. Disponível em: <http://seu2007.saau.iscte.pt/> (consultado em Junho 2011)

## ANEXOS

ÁREA MONUMENTAL | CONCEITO



- COM QUALIDADES

. ESPACIAIS

. ARQUITECTÓNICAS

. PLÁSTICAS

. FUNCIONAIS
- COM VALORES

. NACIONAIS

. IDENTITÁRIOS

. PATRIMONIAIS

. CULTURAIS

. CÉNICOS

. GEOGRÁFICOS

. ESCALA
- COM FUNÇÕES

. CULTURAIS

. POLÍTICAS

. ECONÓMICAS

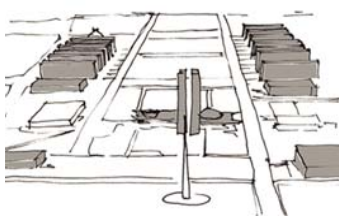
. SIMBÓLICAS



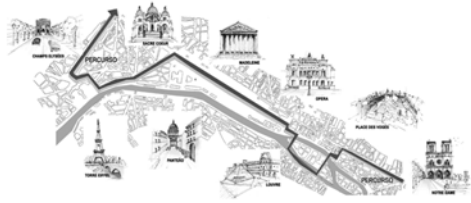
**SIMBOLISMO | MEMÓRIA**  
**BERLIM** | Potsdamer Platz | local símbolo da nova capital alemã e monumental pela sua carga simbólica, nostalgia. Dotada de arquitectura moderna, parece desfasada da realidade do resto da cidade. Palco de destruição num passado recente.



**ARQUITECTURA | GEOGRAFIA**  
**BILBAU** | conjunto monumental formado pelos edifícios e localização geográfica junto ao rio.



**PODER**  
**BRASÍLIA** | eixo monumental onde se situam todos os edifícios associados ao poder. Símbolo de desenvolvimento, de poder político nacional e de modernidade. Geometria.



**CULTURA | ARTE**  
**PARIS** | o conjunto monumental desenvolveu-se a partir do rio. É-lhe conferida monumentalidade pela sua identidade, história e pela importância patrimonial, cultural e artística dos edifícios que compõem esta zona.



**valor CÉNICO**  
**FEZ** | elementos arquitectónicos que se destacam na paisagem urbana, criando um valor cénico relevante pelo contraste com a envolvente.



**ESCALA**  
**BARCELONA** | monumentalidade conferida pelas dimensões implementadas em todos os edifícios e ruas (malha urbana).

ÁREA MONUMENTAL DE AJUDA/BELÉM



- COM QUALIDADES

. ESPACIAIS

. ARQUITECTÓNICAS

. FUNCIONAIS
- COM VALORES

. NACIONAIS

. IDENTITÁRIOS

. PATRIMONIAIS

. CULTURAIS

. CÉNICOS

. GEOGRÁFICOS
- COM FUNÇÕES

. CULTURAIS

. POLÍTICAS

. ECONÓMICAS

. SIMBÓLICAS



**PALÁCIO DE BELÉM**



**MOSTEIRO DOS JERÓNIMOS**



**CORDOARIA NACIONAL**



**TORRE DE BELÉM**



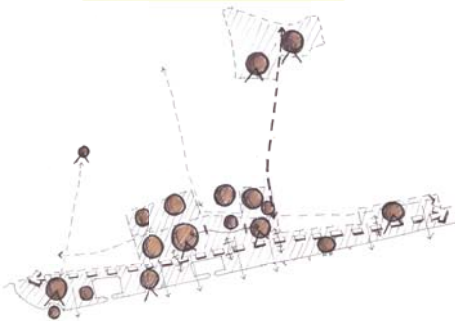
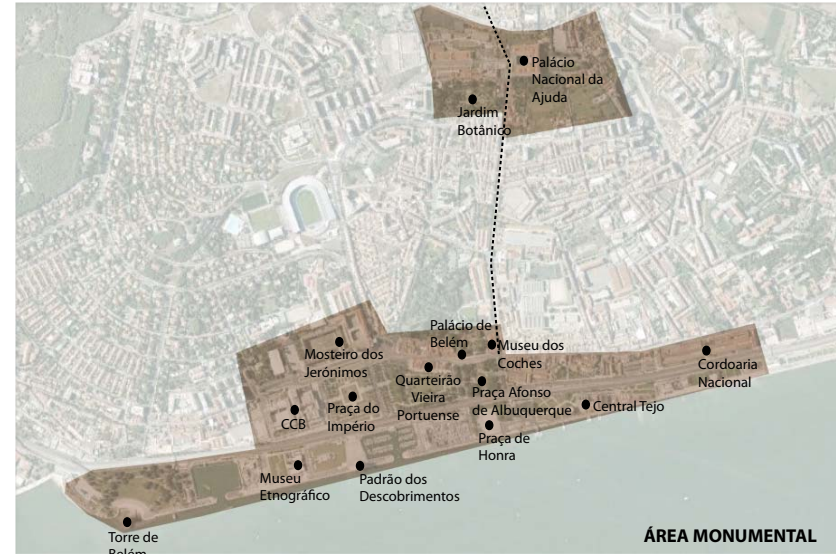
**PADRÃO DOS DESCOBRIMENTOS**



**JARDIM BOTÂNICO**



**PALÁCIO NACIONAL DA AJUDA**



**RELAÇÃO ENTRE ELEMENTOS IMPORTANTES DA ÁREA MONUMENTAL + “ÁREAS MONUMENTAIS” + SISTEMAS DE VISTAS + EIXOS**



**OS DOIS NÚCLEOS MONUMENTAIS: BELÉM MONUMENTAL DO EDIFICADO, AJUDA BAIRRO DA ÁREA MONUMENTAL**



**CENTRO CULTURAL DE BELÉM**



**CENTRAL TEJO**



**MUSEU ETNOLÓGICO**

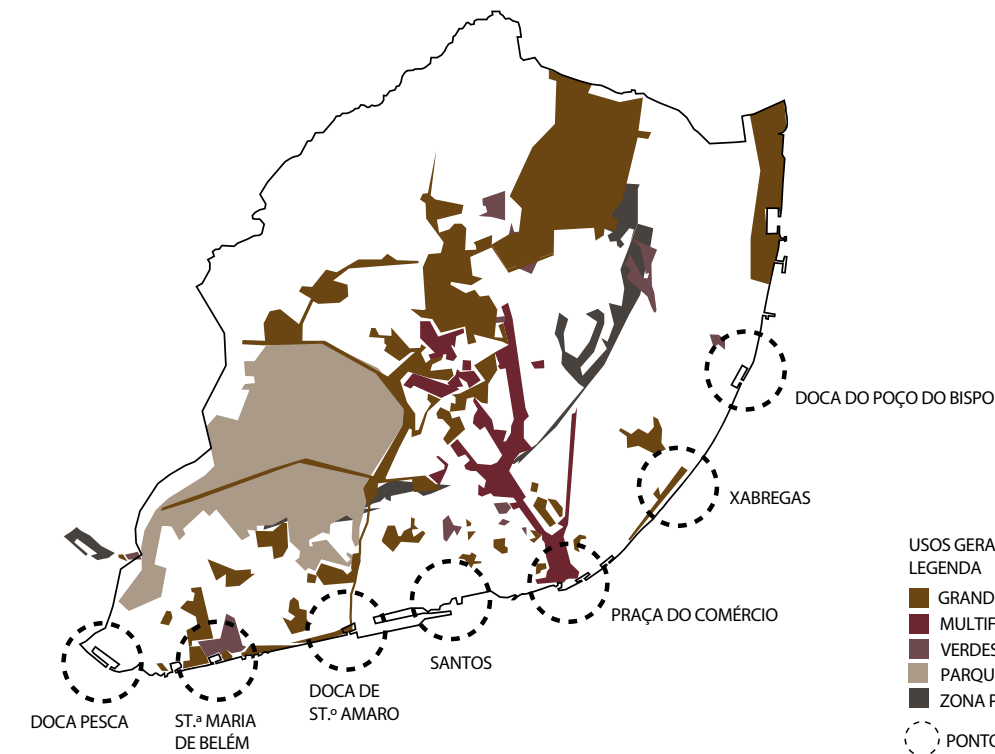


**MUSEU DOS COCHES**

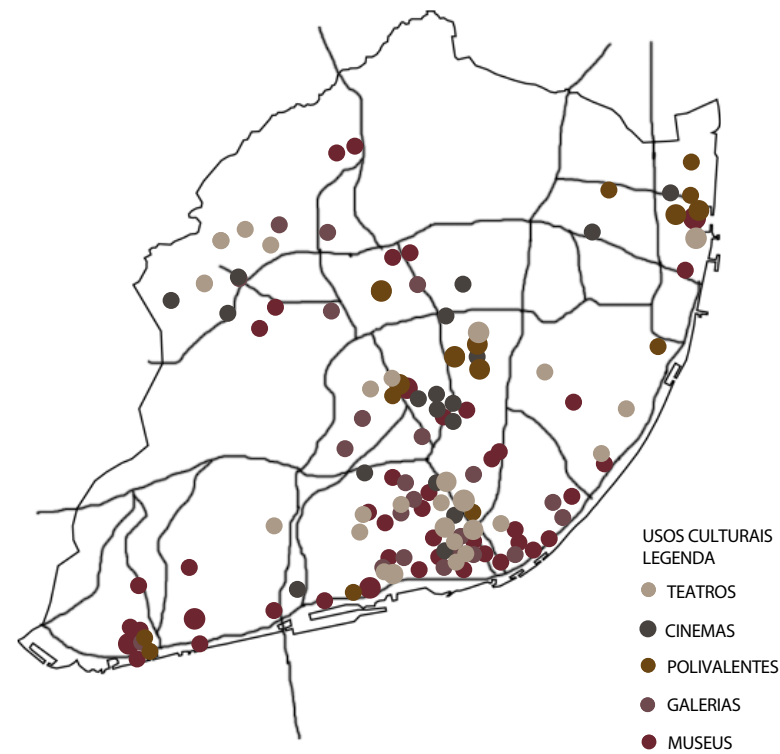
A ÁREA MONUMENTAL DE AJUDA/BELÉM RELACIONA-SE DIRECTAMENTE COM A ÉPOCA DOS DESCOBRIMENTOS. NELA SE DESTACAM DOIS NÚCLEOS MONUMENTAIS: O PRINCIPAL, JUNTO DA FAIXA RIBEIRINHA, O SECUNDÁRIO NA ZONA DO PALÁCIO NACIONAL DA AJUDA E SUA ENVOLVENTE. AMBOS ESTÃO LIGADOS PELA CALÇADA DA AJUDA, QUE FUNCIONA COMO QUE UM EIXO DE RELAÇÃO. O NÚCLEO PRINCIPAL É UMA ÁREA ESPACIALMENTE FRAGMENTADA, DESCONECTADA DA FRENTE RIBEIRINHA E QUE ENCERRA EM SI UM POTENCIAL PARA SE AFIRMAR COMO ESPAÇO DE EXCELÊNCIA NA CIDADE DE LISBOA. APRESENTA RISCO DE MONOFUNCIONALIDADE AO OFERECER POUCAS FUNÇÕES DE HABITAÇÃO E COMÉRCIO OU SERVIÇOS.

INTERVIR NA CIDADE MONUMENTAL . o encontro com o tejo

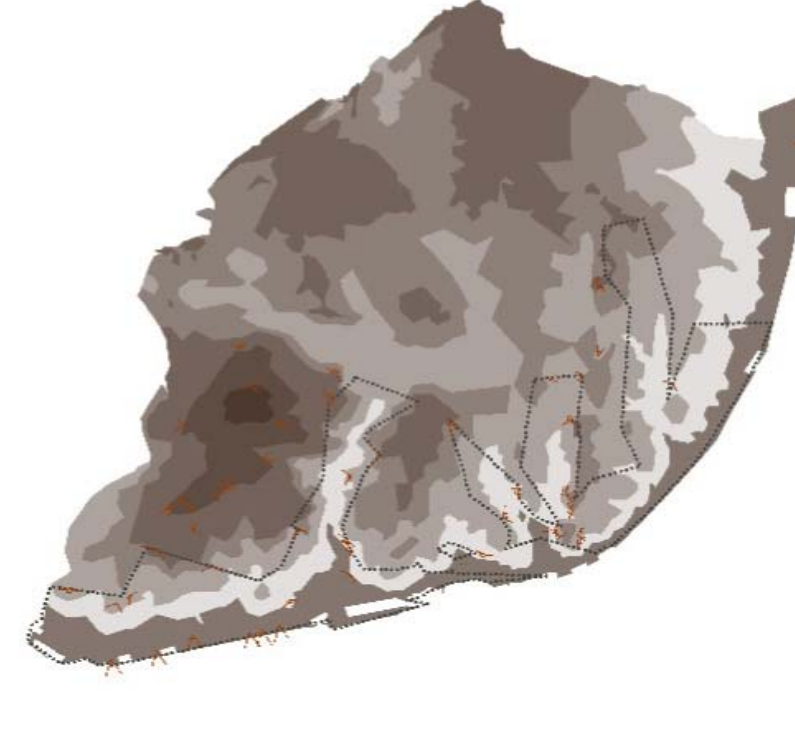




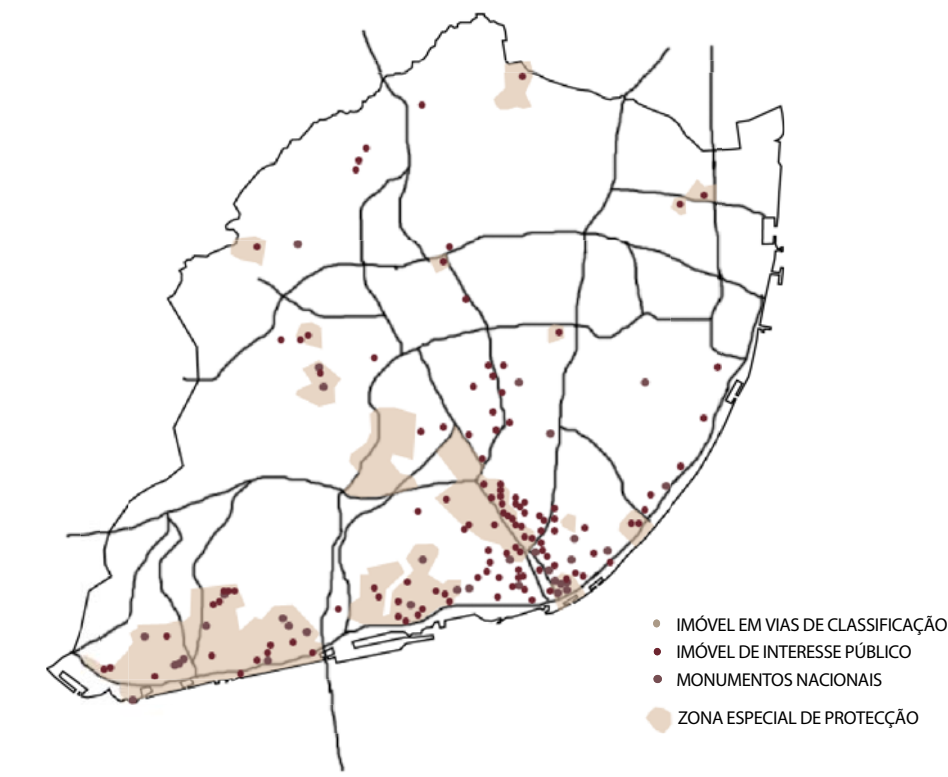
SÍNTESE DOS USOS GERAIS DA CIDADE DE LISBOA COM OS PONTOS DE INTERESSE DA FAIXA RIBEIRINHA | SEM ESCALA



SÍNTESE DOS USOS CULTURAIS DA CIDADE DE LISBOA | SEM ESCALA



SÍNTESE DA MORFOLOGIA DA CIDADE DE LISBOA E DOS MIRADOUROS NELA EXISTENTES | SEM ESCALA



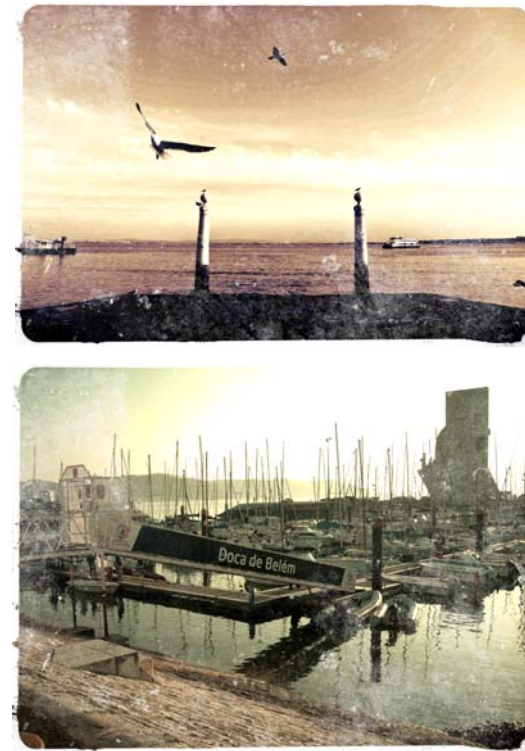
SÍNTESE DOS MONUMENTOS NACIONAIS E DOS IMÓVEIS CLASSIFICADOS OU EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO | SEM ESCALA

EM TERMOS DE USOS GERAIS, NA ZONA DE BELÉM CONCENTRAM-SE SOBRETUDO GRANDES EQUIPAMENTOS E VERDES URBANOS E, EM TERMOS CULTURAIS, SÃO MUSEUS E EDIFÍCIOS POLIVALENTES.

NO QUE RESPEITA AOS MIRADOUROS E À MORFOLOGIA, NA ÁREA DE ESTUDO, ESTES ELEMENTOS RELACIONAM-SE À COLINA DA AJUDA E A MONSANTO, SENDO QUE A ZONA RIBEIRINHA DE BELÉM É AQUI IDENTIFICADA COMO MIRADOURO, PELO FACTO DE DISPOR DE AMPLOS ESPAÇOS COM VISTA DIRECTA PARA O TEJO E ALGUNS PONTOS DE ESTADIA IGUALMENTE COM VISTA SOBRE ESTE.

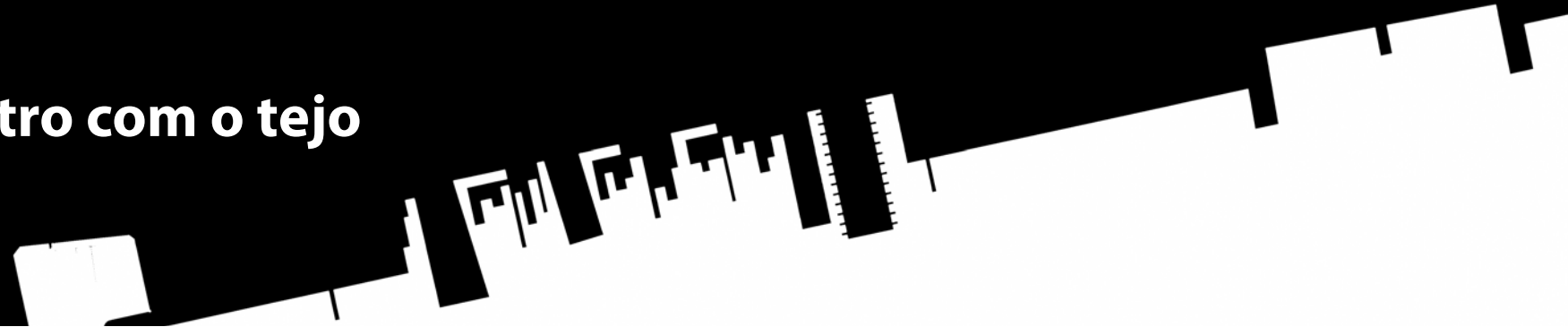
EM RELAÇÃO AOS MONUMENTOS NACIONAIS E IMÓVEIS CLASSIFICADOS OU COM INTERESSE PÚBLICO, A GRANDE CONCENTRAÇÃO FAZ-SE NA ZONA MONUMENTAL DA BAIXA-CHIADO. NO ENTANTO, A ZONA MONUMENTAL DE AJUDA/BELÉM DESTACA-SE PELA CONCENTRAÇÃO SUPERIOR DE MONUMENTOS NACIONAIS, PELA MAIOR ÁREA DE ZONA ESPECIAL DE PROTECÇÃO. É AQUI QUE SE LOCALIZA A MAIORIA DOS GRANDES EQUIPAMENTOS LIGADOS À CULTURA QUE SE APRESENTAM COMO CONJUNTOS EDIFICADOS HISTÓRICOS, COM VÁRIOS SÉCULOS, COM FUNÇÕES ESSENCIALMENTE CULTURAIS E SIMBÓLICAS. SÃO EXEMPLO DISSO O MOSTEIRO DOS JERÓNIMOS (DO QUAL FAZ PARTE O MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA E O MUSEU DA MARINHA), O PADRÃO DOS DESCOBRIMENTOS, O MUSEU DE ARTE POPULAR, MUSEU DOS COCHES, MUSEU ETNOLÓGICO, CENTRO CULTURAL DE BELÉM E A TORRE DE BELÉM. AS SALAS POLIVALENTES DO CENTRO CULTURAL DE BELÉM DÃO LUGAR A OUTRAS FUNÇÕES CULTURAIS, COMO TEATRO, CINEMAS E SALAS DE ESPECTÁCULO.

AINDA DENTRO DOS USOS NA ZONA MONUMENTAL DE AJUDA/BELÉM, DE REFERIR QUE OS USOS HABITACIONAIS, DE COMÉRCIO E SERVIÇOS SÃO UMA MINORIA NA FREGUESIA DE BELÉM, COM 9.752 HABITANTES E 17.961 HABITANTES NA FREGUESIA DA AJUDA. O COMÉRCIO ASSOCIA-SE ÀS PRINCIPAIS ARTÉRIAS DESTA ZONA, OU SEJA, RUA DA JUNQUEIRA, CALÇADA DA AJUDA E RUA DE BELÉM E A RESTAURAÇÃO CONCENTRA-SE SOBRETUDO NOS EDIFÍCIOS QUE COMPÕE O QUARTÉIRÃO VIEIRA PORTUENSE.



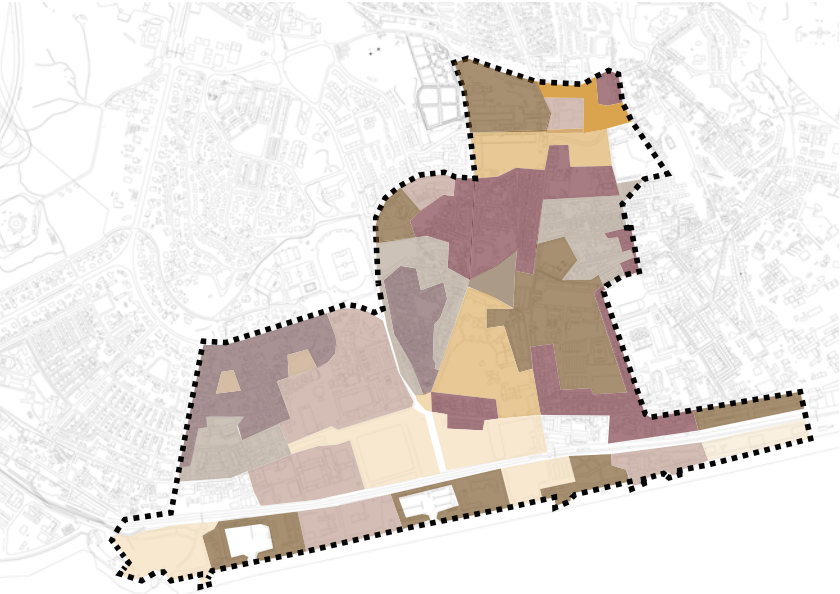
IMAGENS DOS VÁRIOS EXEMPLOS DAS ESTRUTURAS DE APROXIMAÇÃO À ÁGUA EXISTENTES NA CIDADE DE LISBOA | SEM ESCALA

# INTERVIR NA CIDADE MONUMENTAL . o encontro com o tejo





# ENQUADRAMENTO EM AJUDA/BELÉM | ANÁLISE



MAPA DOS USOS DE SOLO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO | SEM ESCALA

- ÁREA DE USOS ESPECIAIS
- ÁREA HISTÓRICA HABITACIONAL
- ÁREA CONSOLIDADA DE MORADIAS
- ÁREA CONSOLIDADA DE EDIFÍCIOS DE UTILIZAÇÃO HABITACIONAL
- QUINTAS E JARDINS HISTÓRICOS
- ÁREA VERDE DE RECREIO
- ÁREA DE EQUIPAMENTO E SERVIÇOS

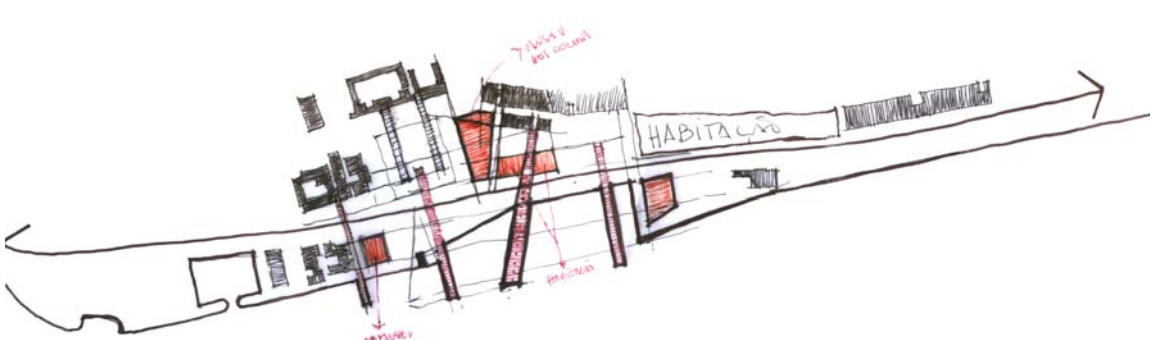


ESQUEMA DA EVOLUÇÃO DA LINHA DE COSTA | SEM ESCALA

1856 | PLANTA DE FILIPE FOLQUE

1904 - 1911 | PLANTA DE SILVA PINTO

2012 | MINHA PROPOSTA



ESQUEMA IICIAL DA PROPOSTA PARA A ÁREA MONUMENTAL | SEM ESCALA

A ÁREA MONUMENTAL DE AJUDA/BELÉM ESTEVE SEMPRE FORTEMENTE RELACIONADA COM O RIO. INICIALMENTE A LINHA DE COSTA SITUAVA-SE PRÓXIMA DE EDIFÍCIOS COMO O MOSTEIRO DOS JERÓNIMOS, DO CONVENTO DO BOM SUCESSO DO QUARTEIRÃO VIEIRA PORTUENSE, DA CORDOARIA NACIONAL, DO CAIS DE BELÉM. LISBOA TINHA AQUI UMA ZONA DE PRAIA, A "PRAIA DO RESTELO". O PASSAR DOS ANOS FEZ COM QUE A CIDADE GANHASSE TERRENO SOBRE O RIO, AVANÇANDO ESTA LINHA ATÉ ONDE HOJE ELA EXISTE. A FAIXA RIBEIRINHA TORNOU-SE NUM PEDAÇO DA CIDADE FORMALMENTE ESTATÍCO, ISTO É, PERDEU-SE O RITMO QUE A PRESENÇA DA PRAIA DEU À LINHA COSTEIRA. PERDEU-SE TAMBÉM A PROXIMIDADE DAS PESSOAS COM O RIO NA MEDIDA EM QUE ESTE FOI FICANDO CADA VEZ MAIS DISTANTE. UM DOS PROPÓSITOS DESTA INTERVENÇÃO É DEVOLVER O RIO À CIDADE E ISSO PODERÁ SER CONSEGUIDO ATRAVÉS DA DINAMIZAÇÃO DESSA MESMA LINHA DE COSTA, CRIANDO SITUAÇÕES DE AVANÇOS E RECUOS DOS DOIS ELEMENTOS: TERRA E ÁGUA, BELÉM E RIO.

## MODELO DE ORDENAMENTO | CONCEITO



01 E 02 | PARQUE DO MONDEGO



03 | OLYMPIC SCULPTURE PARK, SEATTLE

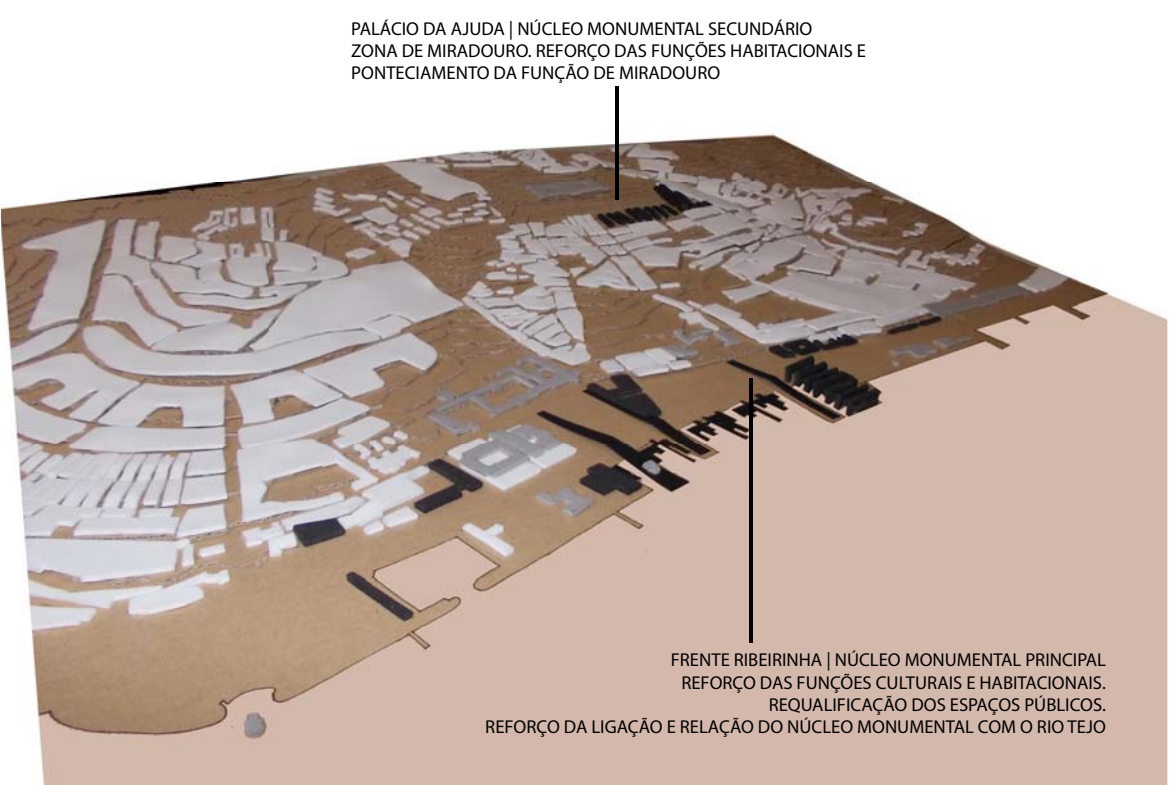
O CONCEITO DA INTERVENÇÃO É A DA DEVLUÇÃO DO RIO À VIVÊNCIA DA ÁREA MONUMENTAL, A AJUDA/BELÉM. PRETENDE-SE CONSEGUIR ISSO ATRAVÉS DE UM CONJUNTO DE ELEMENTOS QUE, ALÉM DE DEVOLVEREM O TEJO A ESTA PARTE DA CIDADE, VEM FACILITAR O ACESSO A ESTE ELEMENTO NATURAL. É UM CONJUNTO DE AVANÇOS E RECUOS SOBRE A ÁGUA E SOBRE BELÉM. ORA ENTRA ÁGUA POR BELÉM, ORA BELÉM AVANÇA ÁGUA ADENTRO.

- OS OBJECTIVOS SÃO:
- RE-INTRODUÇÃO DO RIO NA LINGUAGEM DA ÁREA MONUMENTAL DE AJUDA/BELÉM.
  - TORNAR COESO O CONJUNTO MONUMENTAL, REFORÇANDO A SUA CENTRALIDADE E A SUA IMPORTÂNCIA CULTURAL NA CIDADE DE LISBOA
  - LIGAR OS DOIS LADOS DA FRENTE RIBEIRINHA E A ÁREA MONUMENTAL COM O RIO
  - DINAMIZAR A LINHA DE COSTA
  - REFORÇAR A LOCALIZAÇÃO DOS ELEMENTOS CULTURAIS NA FAIXA RIBEIRINHA
  - REESTRUTURAR A DISTRIBUIÇÃO DO PODE POLÍTICO NA ZONA MONUMENTAL

SERÃO INTERVENCIIONADOS OS DOIS NÚCLEOS IDENTIFICADOS TENDO EM VISTA A RELAÇÃO DESTES ESPAÇOS COM O TEJO, SEJA FISICAMENTE E/OU VISUALMENTE. PRETENDE-SE TAMBÉM O REFORÇO DA ACTIVIDADE CULTURAL NESTA PARTE DA CIDADE, SEJA ATRAVÉS DA CRIAÇÃO DE NOVOS EDIFÍCIOS RELACIONADOS COM A ULTURA, SEJA ATRAVÉS DA PROMOÇÃO DE ACTIVIDADES CULTURAIS NOS ESPAÇOS EXISTENTES E PROPOSTOS.



ESQUÍÇOS EVOLUTIVOS DA SOLUÇÃO PARA A ZONA DA TORRE DE BELÉM | SEM ESCALA



PALÁCIO DA AJUDA | NÚCLEO MONUMENTAL SECUNDÁRIO  
ZONA DE MIRADOURO. REFORÇO DAS FUNÇÕES HABITACIONAIS E PONTECIAMENTO DA FUNÇÃO DE MIRADOURO

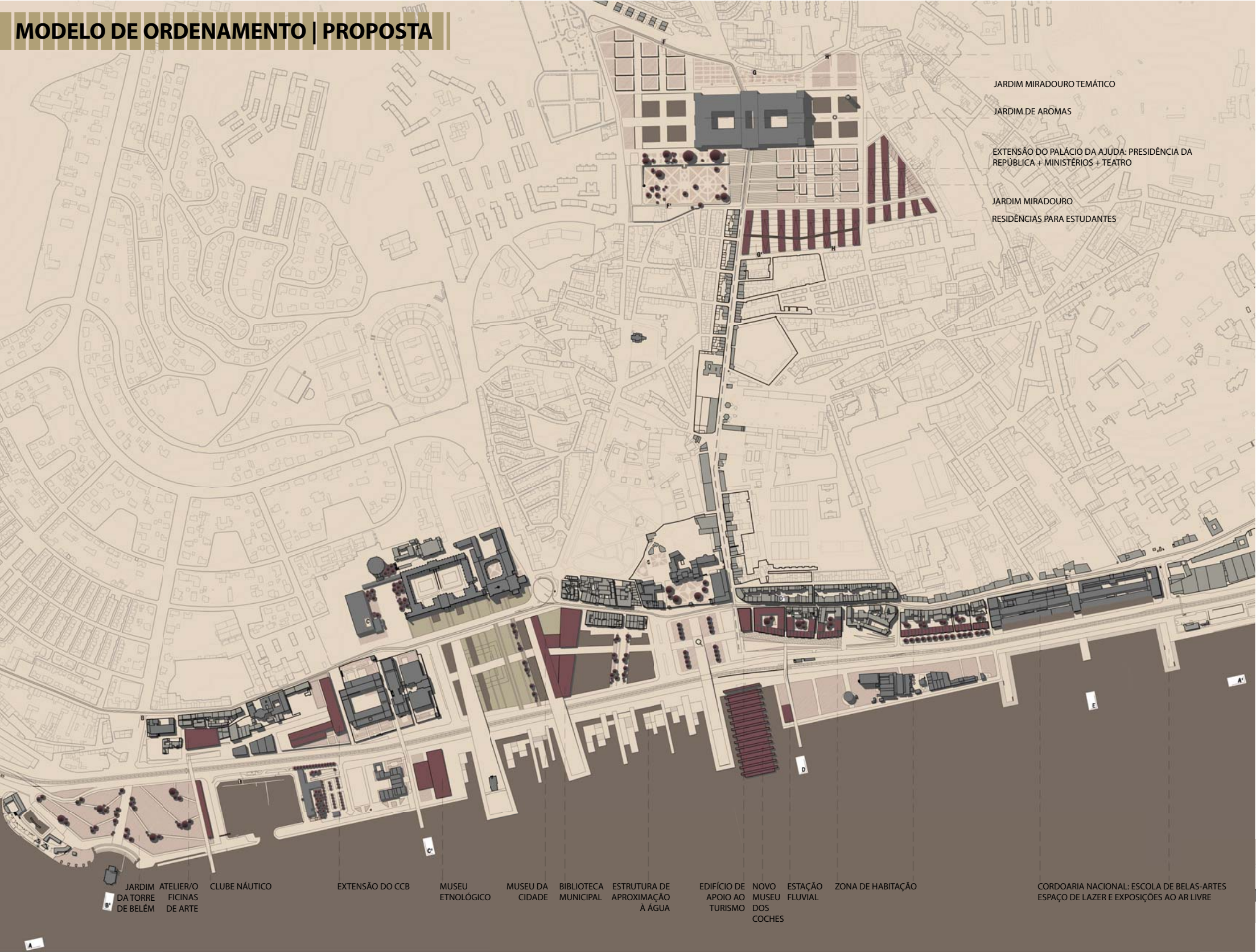
FRENTE RIBEIRINHA | NÚCLEO MONUMENTAL PRINCIPAL  
REFORÇO DAS FUNÇÕES CULTURAIS E HABITACIONAIS.  
REQUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS.  
REFORÇO DA LIGAÇÃO E RELAÇÃO DO NÚCLEO MONUMENTAL COM O RIO TEJO

## INTERVIR NA CIDADE MONUMENTAL . o encontro com o tejo

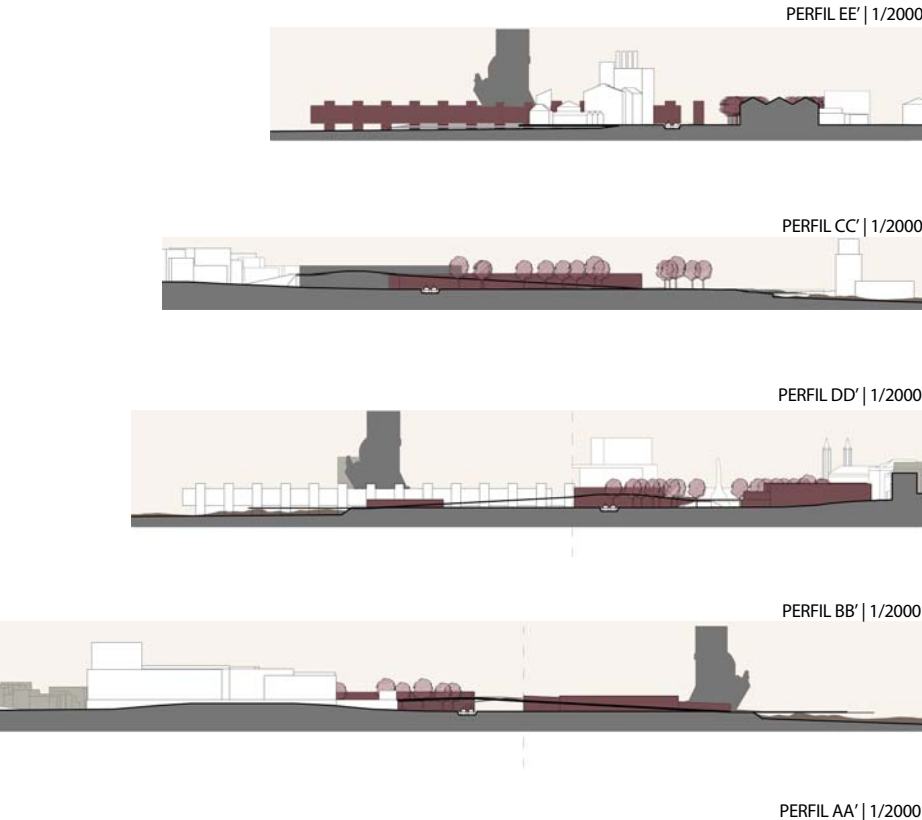
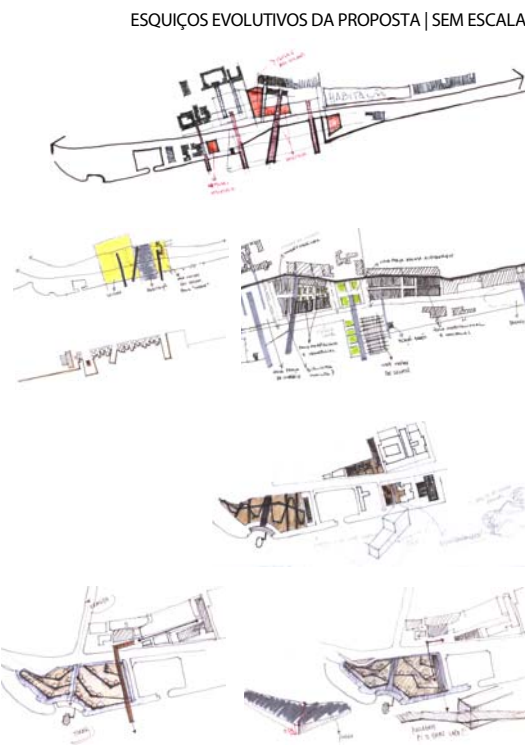
03

Projecto para a obtenção do grau de Mestre em Arquitectura Especialização em Gestão Urbanística  
Mestranda Ana Patrícia Oliveira | 5330  
Orientador Científico Prof. Doutor Carlos Dias Coelho

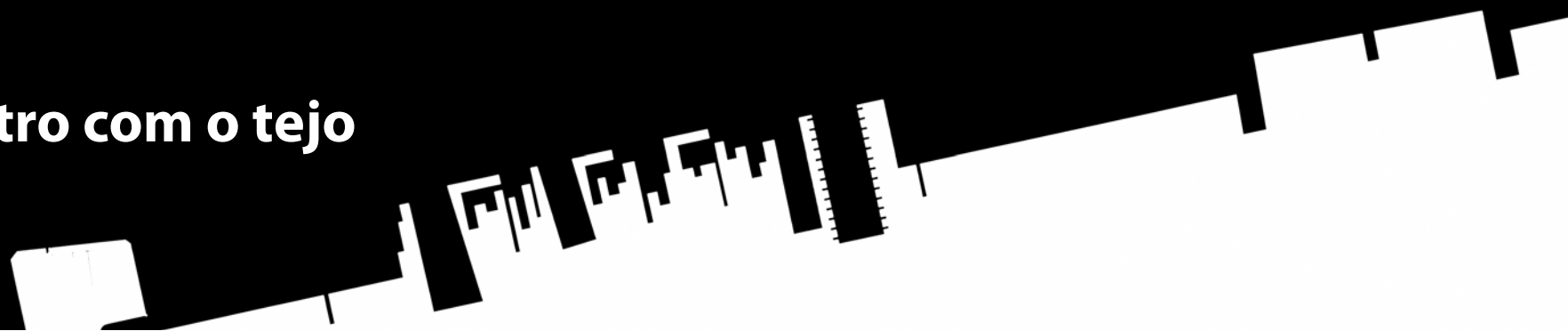




NOS DOIS NÚCLEOS DE INTERVENÇÃO PRIVILEGIU-SE O CONTACTO COM O RIO. NO NÚCLEO PRINCIPAL, OU SEJA, NA FAIXA RIBEIRINHA SURGEM ELEMENTOS DE CONTACTO DIRECTO COM A ÁGUA, MATERIALIZADO EM TRÊS GRANDES "LÍNGUAS" QUE LIGAM O ESPAÇO MONUMENTAL COM A ÁGUA, ULTRAPASSANDO A BARREIRA QUE É A LINHA DO COMBOIO E A VIA AUTOMÓVEL, MAS TAMBÉM EM PLATAFORMAS E ESPAÇOS DE ESTADIA SOBRE ESTA. NESTE NÚCLEO A PRAÇA DO IMPÉRIO E A PRAÇA AFONSO ALBUQUERQUE SOFREM UMA MUDANÇA AO NÍVEL DO DESENHO E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO, BEM COMO O JARDIM SITUADO ENTRE AMBAS E SURGEM NOVOS EDIFÍCIOS COM FUNÇÕES MAIORITARIAMENTE CULTURAIS, COMO É O CASO DO NOVO MUSEU DOS COCHES. NO NÚCLEO SECUNDÁRIO, OU SEJA, O PALÁCIO NACIONAL DA AJUDA E SUA ENVOLVENTE, O ESPAÇO É INTERVENCIONADO DE MODO A TODO ELE FUNCIONAR COMO UM ESPAÇO MIRADOURO SOBRE O TEJO, QUER A NÍVEL DO EDIFICADO, QUER A NÍVEL DO ESPAÇO PÚBLICO.



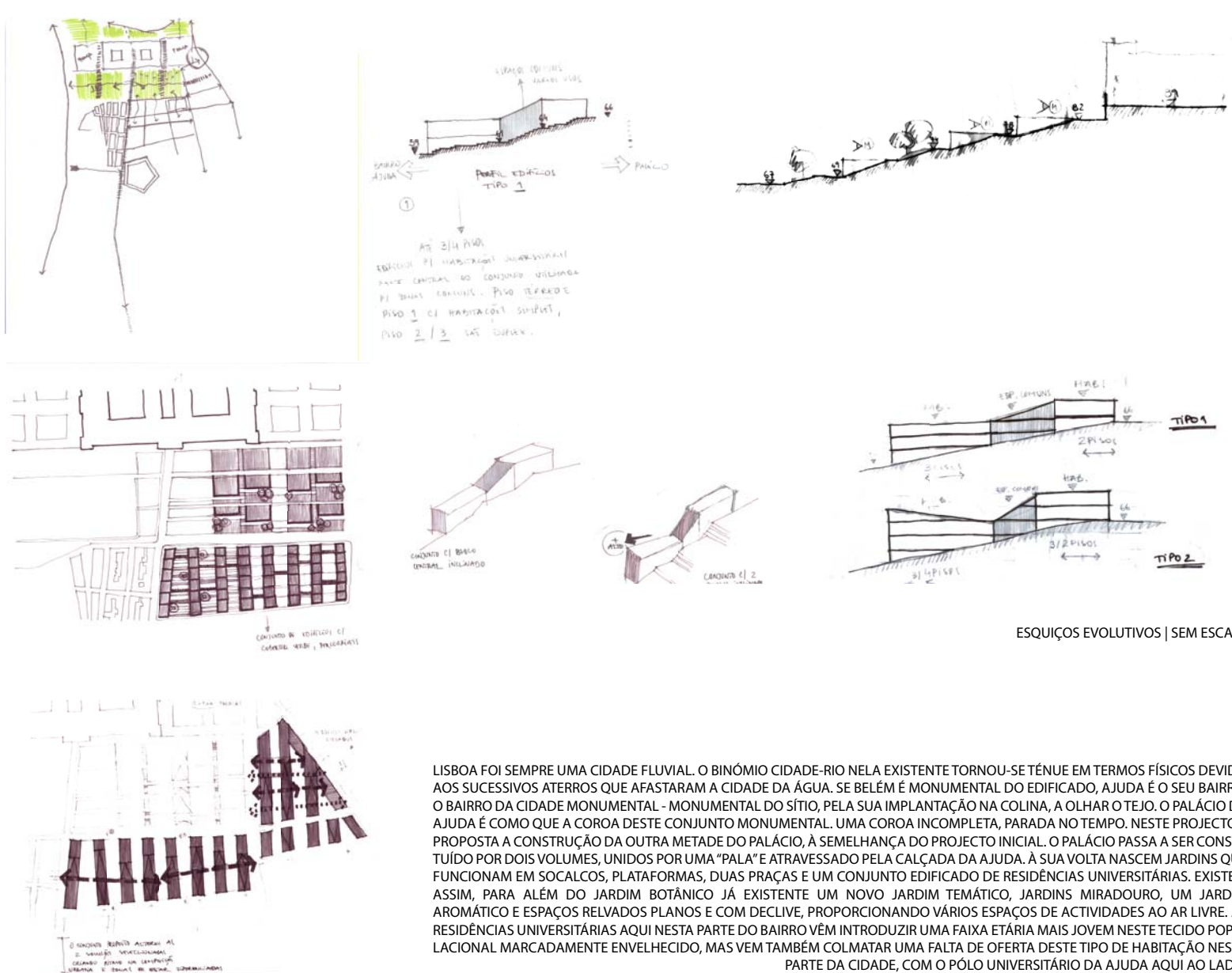
# INTERVIR NA CIDADE MONUMENTAL . o encontro com o tejo





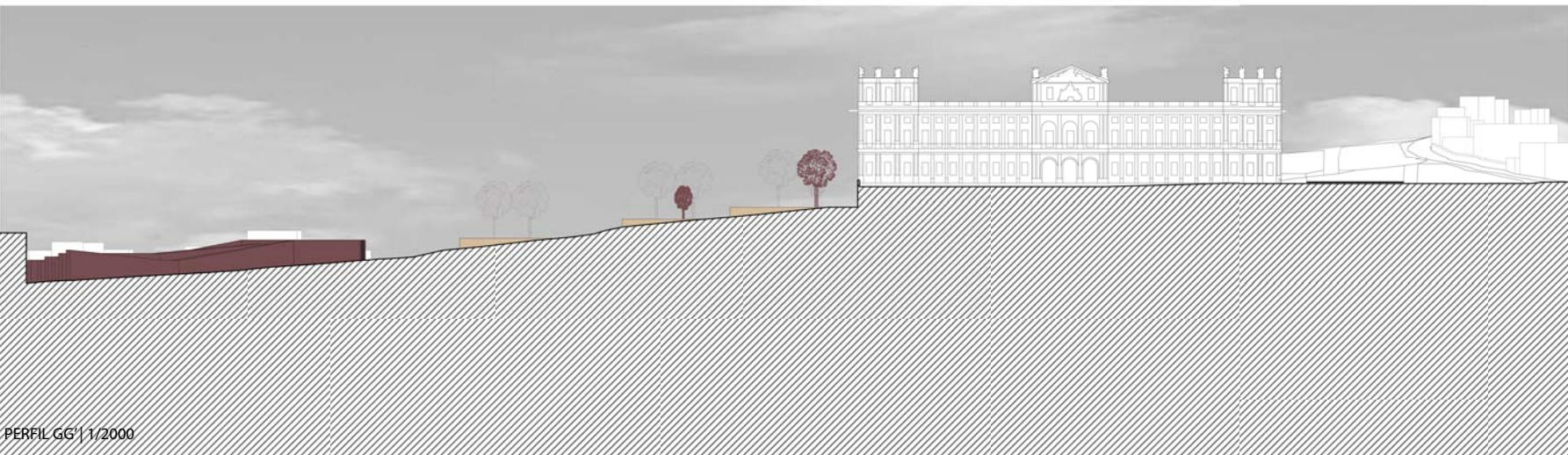


PLANTA DA PROPOSTA PARA A ZONA DO PALÁCIO NACIONAL DA AJUDA E SUA ENVOLVENTE | 1/2000

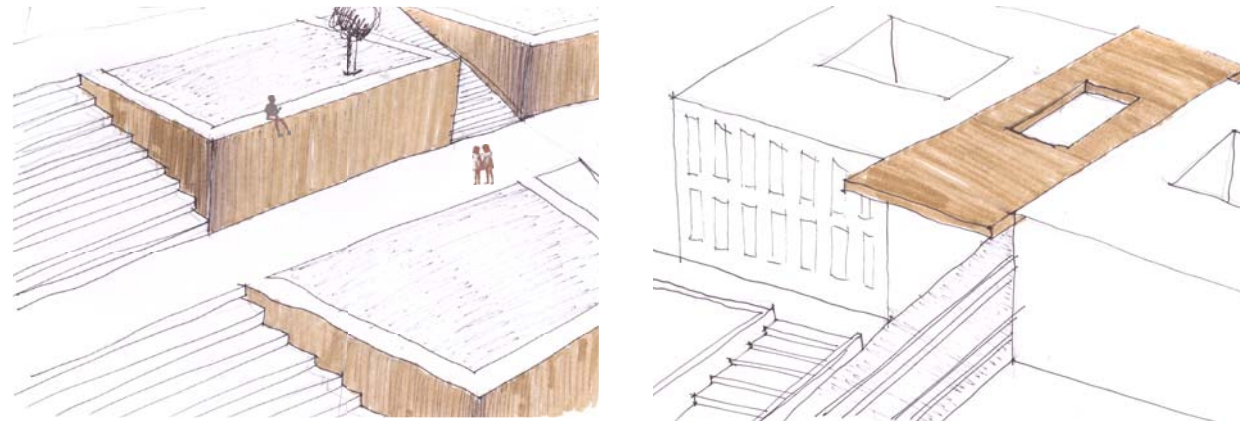


ESQUIÇOS EVOLUTIVOS | SEM ESCALA

LISBOA FOI SEMPRE UMA CIDADE FLUVIAL. O BINÓMIO CIDADE-RIO NELA EXISTENTE TORNOU-SE TÊNUE EM TERMOS FÍSICOS DEVIDO AOS SUCESSIVOS ATERROS QUE AFASTARAM A CIDADE DA ÁGUA. SE BELÉM É MONUMENTAL DO EDIFICADO, AJUDA É O SEU BAIRRO, O BAIRRO DA CIDADE MONUMENTAL - MONUMENTAL DO SÍTIO, PELA SUA IMPLANTAÇÃO NA COLINA, A OLHAR O TEJO. O PALÁCIO DA AJUDA É COMO QUE A COROA DESTE CONJUNTO MONUMENTAL. UMA COROA INCOMPLETA, PARADA NO TEMPO. NESTE PROJECTO É PROPOSTA A CONSTRUÇÃO DA OUTRA METADE DO PALÁCIO, À SEMELHANÇA DO PROJECTO INICIAL. O PALÁCIO PASSA A SER CONSTITUÍDO POR DOIS VOLUMES, UNIDOS POR UMA "PALA" E ATRAVESSADO PELA CALÇADA DA AJUDA. À SUA VOLTA NASCEM JARDINS QUE FUNCIONAM EM SOCALCOS, PLATAFORMAS, DUAS PRAÇAS E UM CONJUNTO EDIFICADO DE RESIDÊNCIAS UNIVERSITÁRIAS. EXISTEM ASSIM, PARA ALÉM DO JARDIM BOTÂNICO JÁ EXISTENTE UM NOVO JARDIM TEMÁTICO, JARDINS MIRADOURO, UM JARDIM AROMÁTICO E ESPAÇOS RELVADOS PLANOS E COM DECLIVE, PROPORCIONANDO VÁRIOS ESPAÇOS DE ACTIVIDADES AO AR LIVRE. AS RESIDÊNCIAS UNIVERSITÁRIAS AQUI NESTA PARTE DO BAIRRO VÊM INTRODUIR UMA FAIXA ETÁRIA MAIS JOVEM NESTE TECIDO POPULACIONAL MARCADAMENTE ENVELHECIDO, MAS VEM TAMBÉM COLMATAR UMA FALTA DE OFERTA DESTE TIPO DE HABITAÇÃO NESTA PARTE DA CIDADE, COM O PÓLO UNIVERSITÁRIO DA AJUDA AQUI AO LADO.



PERFIL GG' | 1/2000



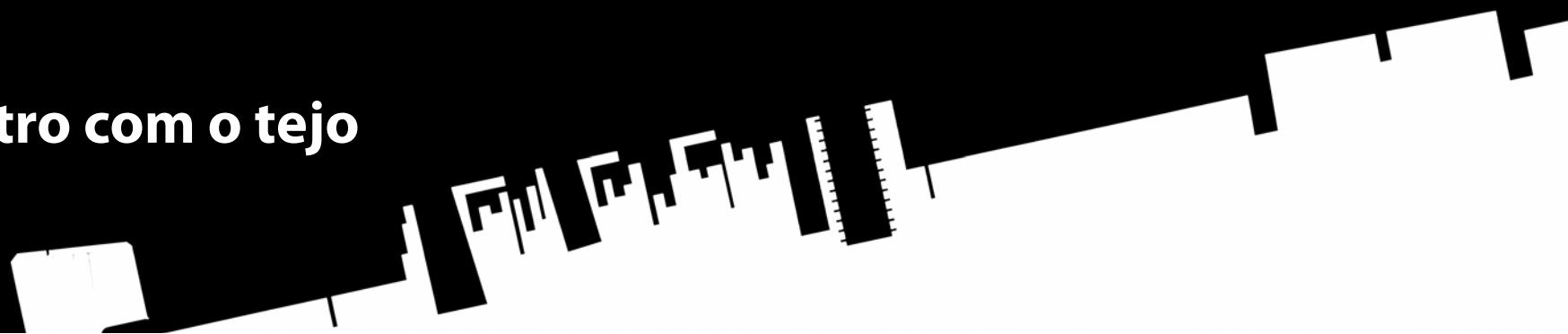
PERSPECTIVAS SOBRE A PROPOSTA | SEM ESCALA

# INTERVIR NA CIDADE MONUMENTAL . o encontro com o tejo





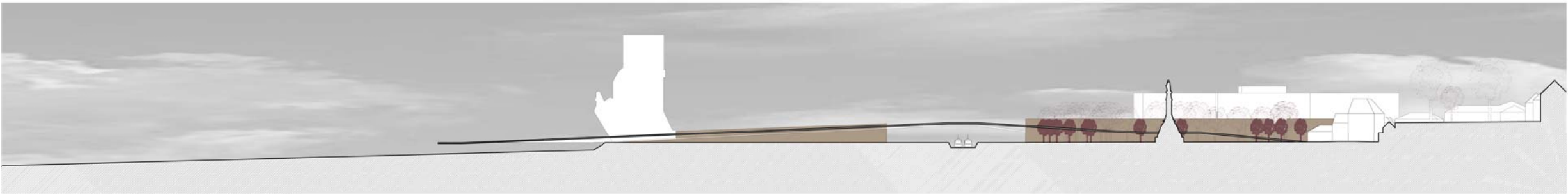
# INTERVIR NA CIDADE MONUMENTAL . o encontro com o tejo







PERFIL AA' | 1/1000

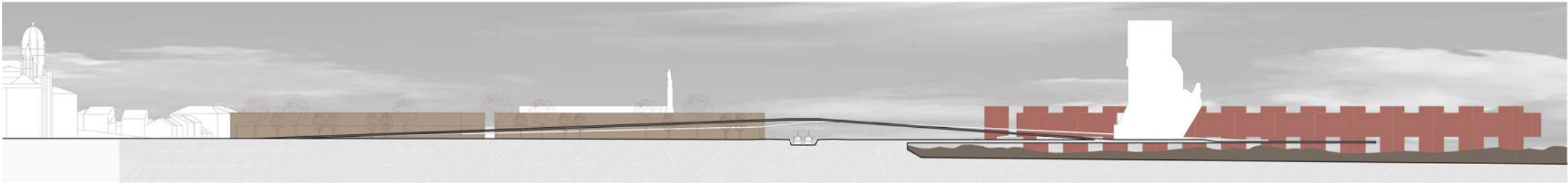


PERFIL BB' | 1/1000

CONSIDERADO O “CORACÃO” DA ÁREA MONUMENTAL DE AJUDA-BELÉM, ESTE CONJUNTO DE ESPAÇOS E EDIFÍCIOS É NESTA PROPOSTA REDESENHADO A PENSAR NUMA REAPROXIMAÇÃO AO TEJO, TENDO ESTE COMO ELEMENTO ORGANIZADOR DO ESPAÇO. NA PROPOSTA, SÃO PRIVILEGIADOS MOMENTOS DE CONTACTO ENTRE TERRA E RIO, TAL COMO NO PASSADO, ATRAVÉS DE ELEMENTOS DESNIVELADOS: SÃO PLATAFORMAS DE DOIS TIPOS, UMAS QUE FAZEM A LIGAÇÃO ENTRE AS PRAÇAS E A FRENTE RIBEIRINHA E OUTRAS NA PRÓPRIA FRENTE RIBEIRINHA, REINTERPRETANDO A IDEIA DE “PRAIA”, ATRAVÉS DA CRIAÇÃO DE DIVERSOS PONTOS DE ESTADIA E DE FRUIÇÃO NO ELEMENTO DE GRANDE VALOR NATURAL E ESTÉTICO - O TEJO.



ESQUIÇO EVOLUTIVO DO DESENHO DAS PLATAFORMAS



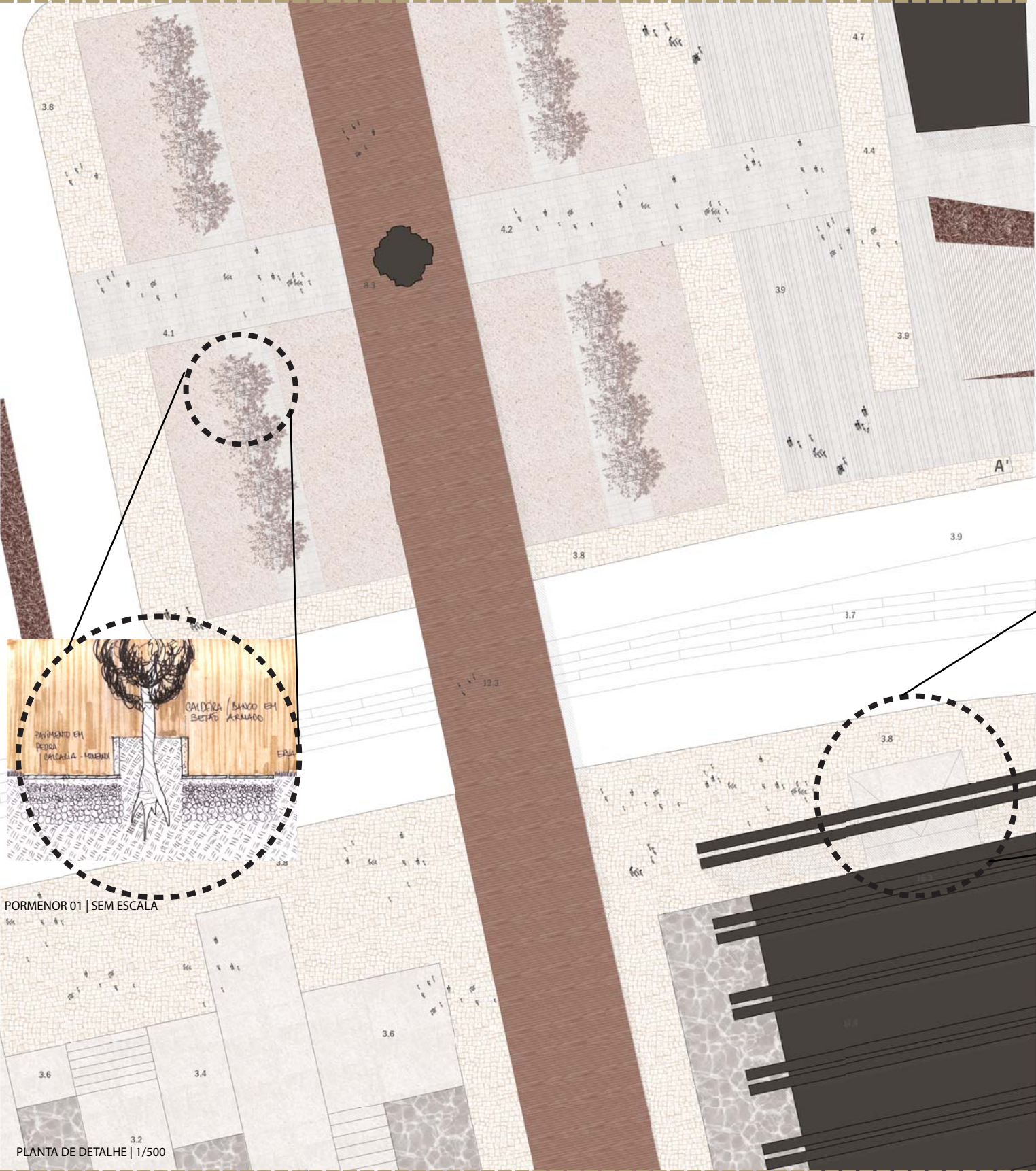
PERFIL CC' | 1/1000



PROJECTO DE REFERÊNCIA PARA AS PLATAFORMAS:  
PORTO DE VIGO - JEAN NOUVEL ATELIER

# INTERVIR NA CIDADE MONUMENTAL . o encontro com o tejo

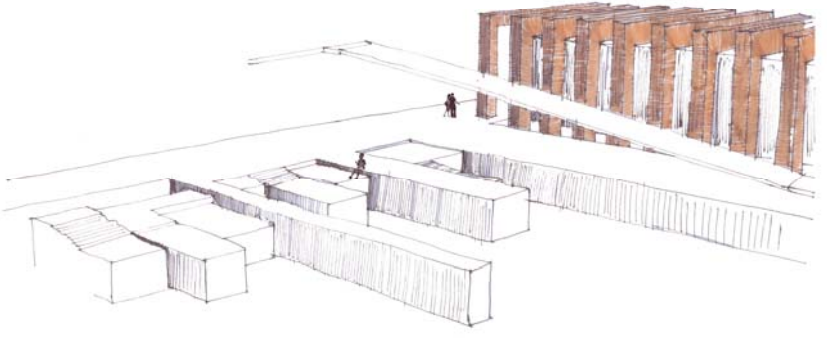




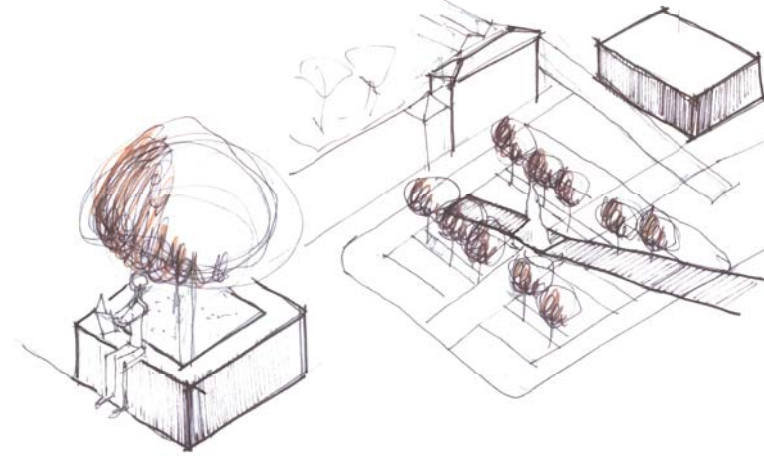
A PRAÇA AFONSO DE ALBUQUERQUE É UM ESPAÇO PÚBLICO IMPORTANTE NA ÁREA MONUMENTAL DE AJUDA-BELÉM. A SUA HISTÓRIA ESTÁ ÍNTIMA E DIRECTAMENTE RELACIONADA COM O PALÁCIO DE BELÉM, SOBRETUDO COM O DESENHO DOS SEUS JARDINS POIS ELA SURGE NA EXTENSÃO DESTES. A MONARQUIA HABITAVA O PALÁCIO DE BELÉM E A PRAÇA SURGE COM A NECESSIDADE DE CHEGAR AO CAIS REAL, TORNANDO-SE ESTA NO ELEMENTO DE LIGAÇÃO ENTRE PALÁCIO E CAIS. INICIALMENTE FOI DENOMINADA PRAÇA REAL DE BELÉM, MAIS TARDE PRAÇA DE D. FERNANDO E POSTERIORMENTE (E ATÉ À ACTUALIDADE) PRAÇA AFONSO DE ALBUQUERQUE.

DATADA DO SÉCULO XX (1902), ESTA É UMA PRAÇA DE DESENHO REGULAR, CLÁSSICO (128MX128M) E APRESENTA UMA ÁREA DE 16,380 M2. NESTA PROPOSTA A PRAÇA VÊ O SEU DESENHO ALTERADO, MANTENDO NO ENTANTO A GEOMETRIA QUE LHE É INERENTE. A PRAÇA CONTINUA A ESTAR COMO QUE "DIVIDIDA" EM QUATRO PARTE IGUAIS, QUE SÃO ATRAVESSADAS NO SENTIDO PALÁCIO DE BELÉM-RIO POR UMA DAS TRÊS ESTRUTURAS PRINCIPAIS DE RELAÇÃO COM A ÁGUA. ESSA ESTRUTURA VAI ABRAÇAR E INCLUIR NO SEU DESENHO A ESTATUA DA PRAÇA, SEM QUE ESTA DEIXE DE FAZER PARTE DO SEU ESPAÇO. A PRAÇA PASSA A DISPOR DE ELEMENTOS DE ESTADIA ASSOCIADOS AOS ELEMENTOS VEGETAIS DE ENSOMBRAIMENTO - SÃO CALDEIRAS/BANCOS QUE SURGEM EM PONTOS ESPECÍFICOS, DOS QUAIS SE PODE FICAR A CONTEMPLAR A PAISAGEM URBANA E O RIO. LADEANDO ESTES ESPAÇOS DE ESTADIA SURGEM ESPAÇOS RELVADOS ONDE SE PODE USUFRUIR LIVREMENTE DO ESPAÇO.

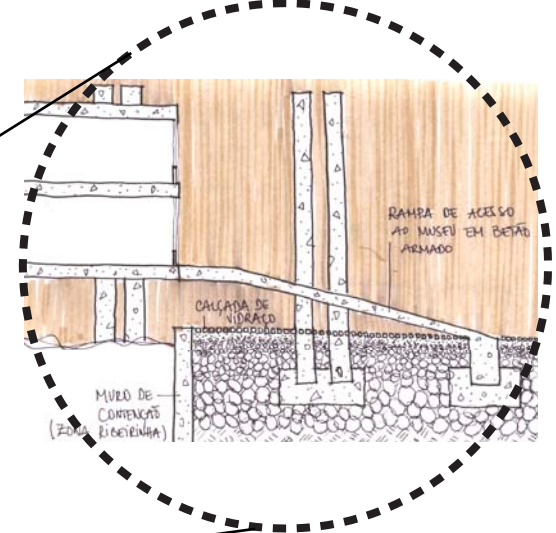
NESTA PRAÇA HÁ ESPAÇO PARA EXPOSIÇÕES E EVENTOS CULTURAIS AO AR LIVRE, PENSADOS PARA ESTE ESPAÇO E PARA OS ESPAÇOS ADJACENTES. NO FUNDO SÃO ESPAÇOS QUE FUNCIONARÃO EM REDE E EM COMPLEMENTO UNS DOS OUTROS E EM COMPLEMENTO DO QUE SE PASSA NOS EDIFÍCIOS CULTURAIS PROPOSTOS PARA ESTA PARTE DA CIDADE.



VISTA SOBRE AS PLATAFORMAS E O EDIFÍCIO DO NOVO MUSEU DOS COCHES ! SEM ESCALA



VISTA SOBRE A PRAÇA AFONSO DE ALBUQUERQUE. PORMENOR DO BANCO/CALDEIRA DA PRAÇA ! SEM ESCALA



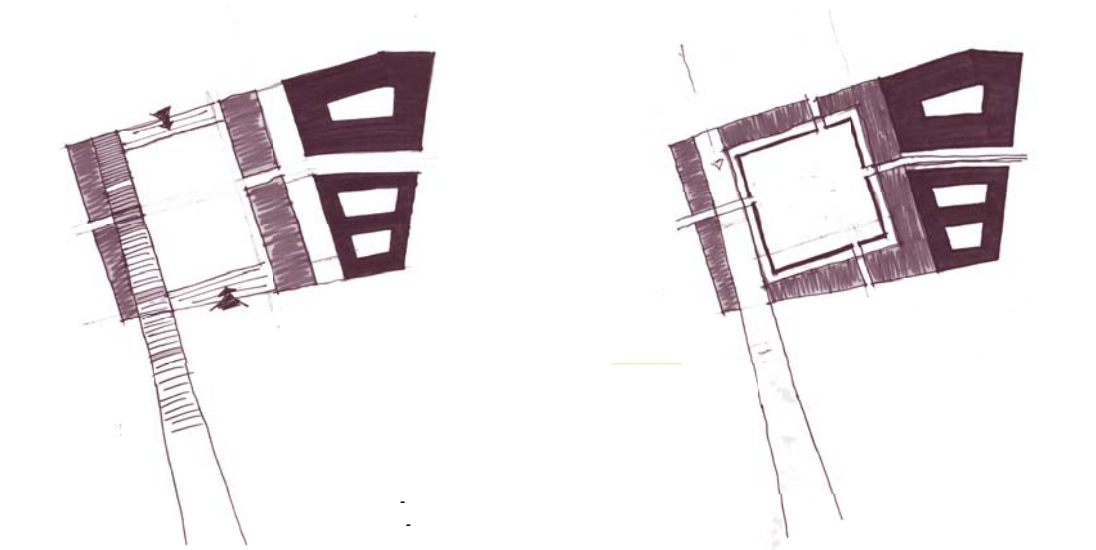
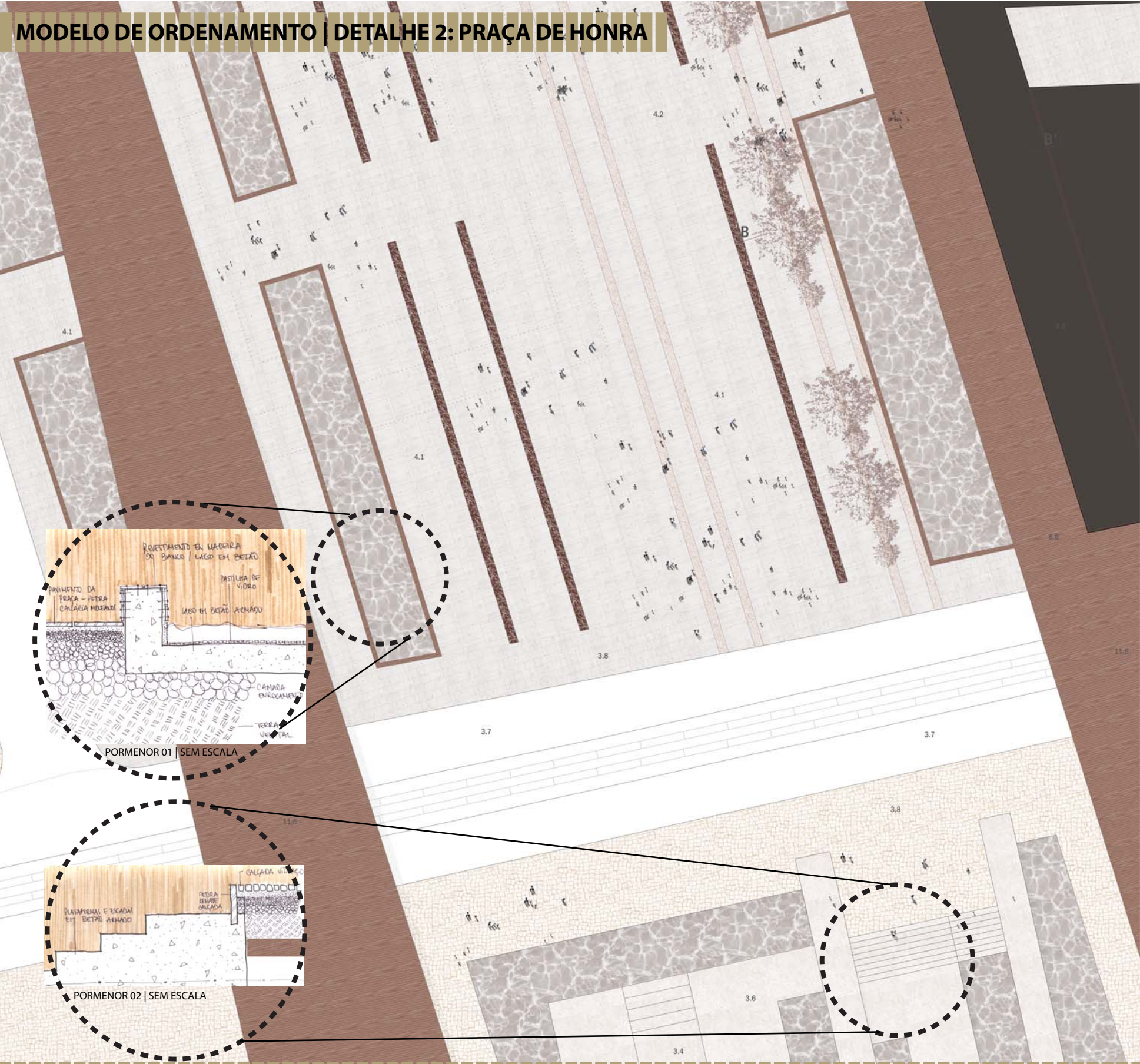
PORMENOR 02 | SEM ESCALA



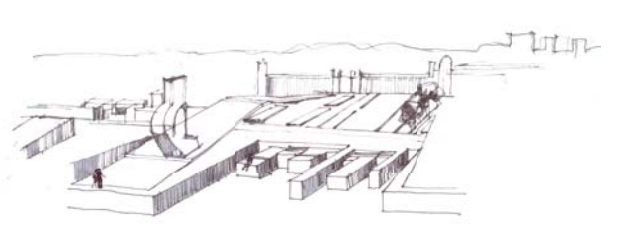
CORTE AA' | 1/500

# INTERVIR NA CIDADE MONUMENTAL . o encontro com o tejo

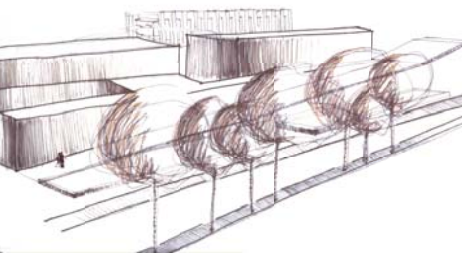




DA AUTORIA DO ARQUITECTO COTTINELLI TELMO, A PRAÇA DO IMPÉRIO DATA DE 1940. CONSTRUÍDA POR OCASIÃO DA EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS É UM ESPAÇO DE FORMA QUADRANGULAR (175m x 175m) COM 3 ha DE ÁREA. A PRAÇA É UM ELEMENTO DE ENQUADRAMENTO DE VÁRIOS CONJUNTOS MONUMENTAIS, COMO O CENTRO CULTURAL DE BELÉM, O MOSTEIRO DOS JERÓNIMOS, O PADRÃO DOS DESCOBRIMENTOS, O MUSEU DA MARINHA E O PLANETÁRIO. OCUPA UM ESPAÇO QUE NO SÉCULO XVII ERA PRAIA - A "PRAIA DO RESTELO". COM A PROPOSTA A PRAÇA VÊ O SEU DESENHO ALTERADO E AUMENTA A SUA ÁREA. É AGORA UM ESPAÇO AMPLAMENTE ABERTO AO RIO, ESSENCIALMENTE PLANO, COM DUAS "LÍNGUAS" QUE VÃO RELACIONAR ESTA ZONA COM O RIO. DO LADO OESTE VÃO SURTIR DOIS EDIFÍCIOS, O MUSEU DA CIDADE E A BIBLIOTECA MUNICIPAL, QUE VÃO AJUDAR NA CONFIGURAÇÃO DESTE ESPAÇO, DEIXANDO-O SOMENTE ABERTO AO TEJO. NA PRAÇA OS ELEMENTOS DE ESTADIA ESTÃO ASSOCIADOS AOS ESPELHOS DE ÁGUA. ESTÃO DISTRIBUÍDOS NAS LATERAIS DA PRAÇA. O CENTRO DA PRAÇA É TOTALMENTE ABERTO. POR SE TRATAR DA NOVA PRAÇA DE HONRA, ESTA DEVE TER ESPAÇO PARA ALBERGAR AS FUNÇÕES PRÓPRIAS DESTE ESPAÇO MAS NÃO SÓ. ESTE É TAMBÉM UM ESPAÇO ONDE TERÃO LUGAR EXPOSIÇÕES CULTURAIS, ASSOCIADAS AOS EDIFÍCIOS LOCALIZADOS NA ENVOLVENTE MAIS PRÓXIMA.



VISTA SOBRE AS PLATAFORMAS E O PADRÃO DOS DESCOBRIMENTOS



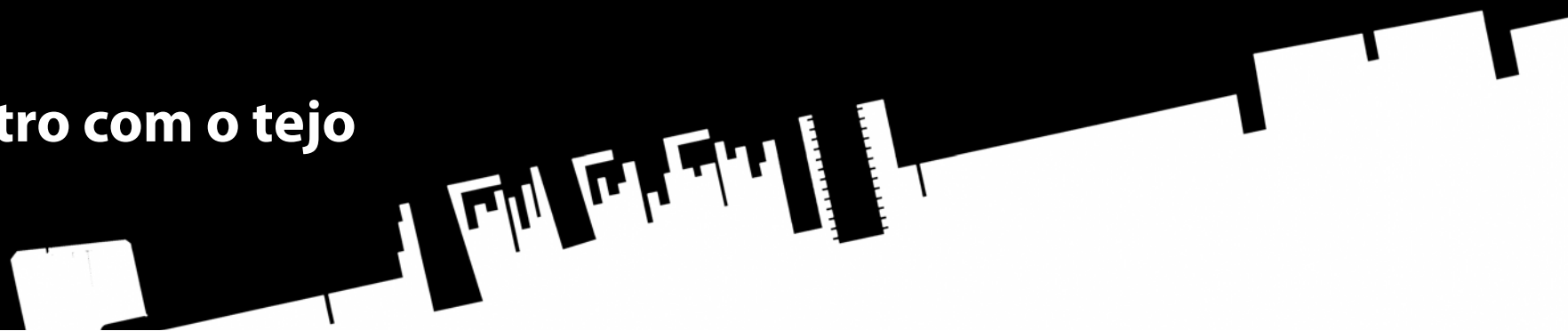
VISTA SOBRE OS NOVOS EDIFÍCIOS DO MUSEU DA CIDADE E DA BIBLIOTECA MUNICIPAL



PLANTA DA PROPOSTA | 1/500

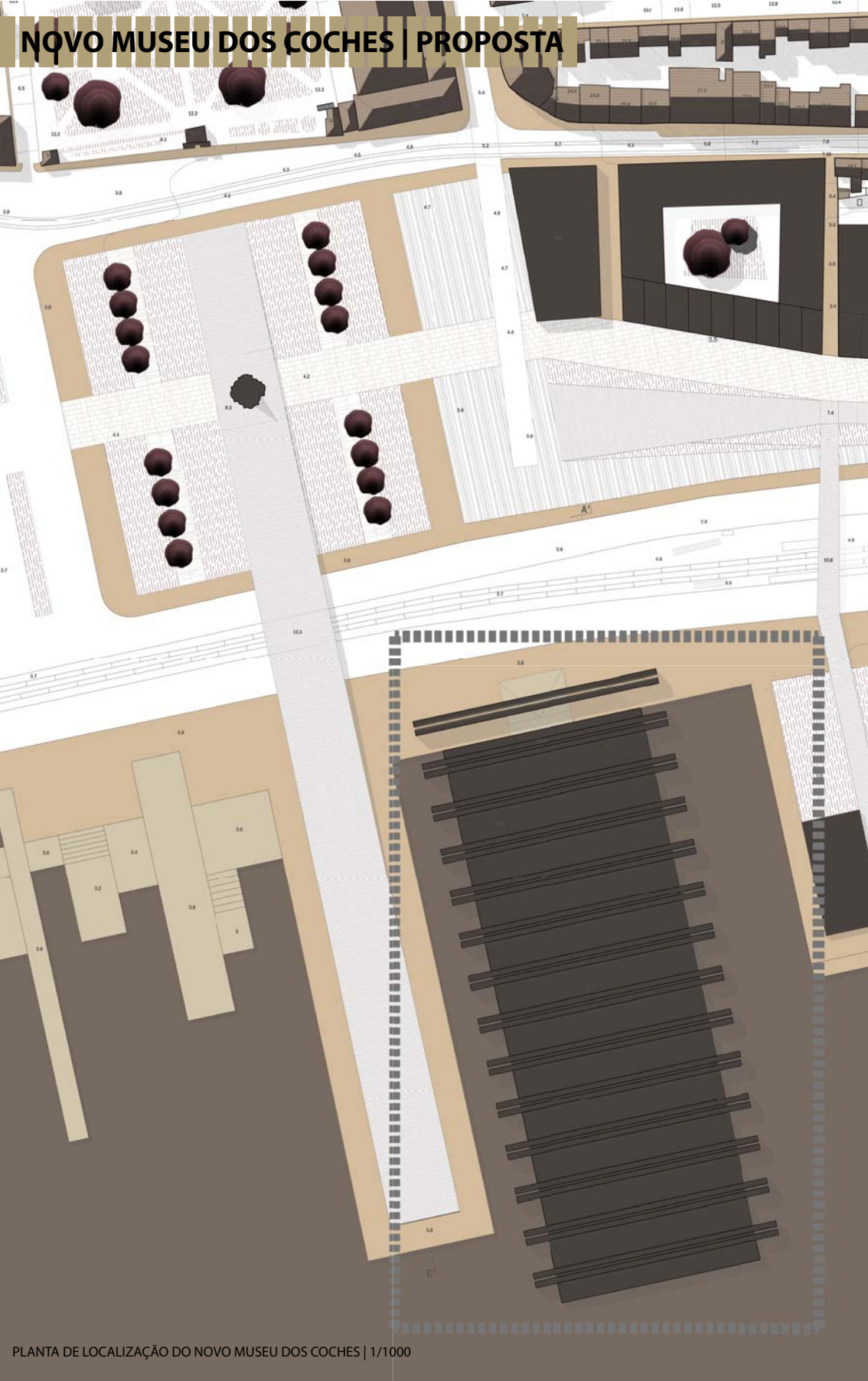
CORTE BB' | 1/500

# INTERVIR NA CIDADE MONUMENTAL . o encontro com o tejo





NOVO MUSEU DOS COCHES | PROPOSTA



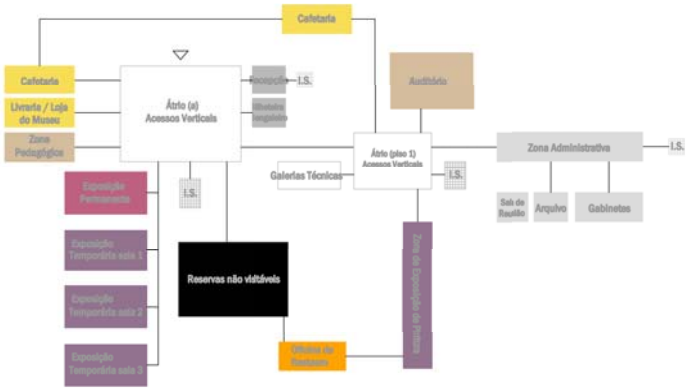
REFERÊNCIAS DE PROJECTO | ORGANIGRAMA | PLANTAS

01 | CONTENTOR DE MERCADORIAS  
02 | BAR/RESTAURANTE EM BELÉM  
(ARQ. PEDRO FALCÃO DE CAMPOS)  
03/04 | MUSEU DE ARTE DE SÃO PAULO - MASP (ARQ. LINA DO BARDI)



Visita por Grupos	Visita Escolar	Visita Individual	Visita Temática
Exposição Permanente + Exposições Temporárias + Exposição de Pintura e Oficinas de Restauro	Exposição Permanente + Exposições Temporárias + Zona Pedagógica	Exposição Permanente + Exposições Temporárias + Exposição de Pintura e/ou Oficinas de Restauro	Exposição Permanente e/ou Exposições Temporárias e/ou Exposição de Pintura

TIPOS DE VISITAS POSSÍVEIS



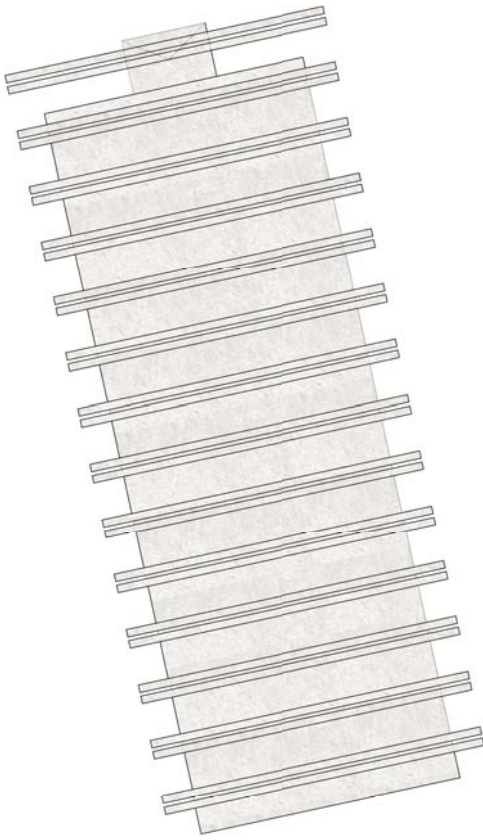
ORGANIGRAMA FUNCIONAL DO MUSEU



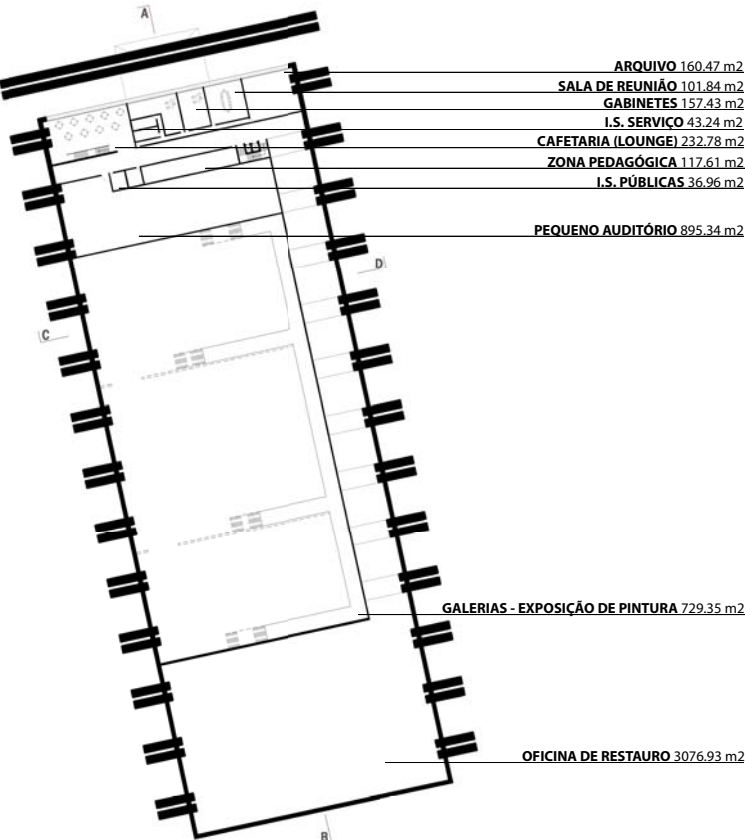
IMAGEM DO ACTUAL MUSEU DOS COCHES

O NOVO EDIFÍCIO DO MUSEU DOS COCHES BUSCA INSPIRAÇÃO NO PRÓPRIO CONCEITO DO COCHE, UMA CAIXA SUSPensa À QUAL SE ACEDI POR MEIO DE UM DESNÍVEL. É COMO UMA CAIXA ONDE SE GUARDAM JÓIAS, NESTE CASO OS COCHES. É UM ELEMENTO ARQUITECTÓNICO PESADO MAS QUE SE TORNA VISUALMENTE LEVE PELO SIMPLES FACTO DE ESTAR SUSPENSO, ASSENTE SOBRE O TEJO.

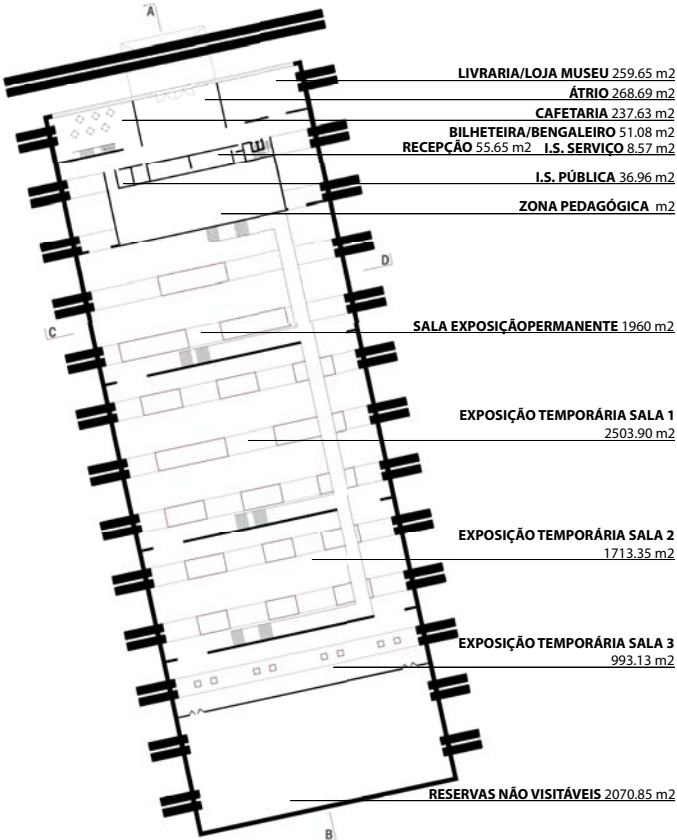
A SUA LOCALIZAÇÃO, NO PROLONGAMENTO DO ACTUAL MUSEU CRIA UMA RELAÇÃO VISUAL ENTRE AMBOS (IMPORTANTE DADO QUE O ACTUAL MUSEU CONTINUARÁ A SER UTILIZADO PARA ALBERGAR ALGUNS COCHES) E PRETENDE REFORÇAR A INTEGRAÇÃO DA FAIXA RIBEIRINHA NA ZONA MONUMENTAL. AO SER COLOCADO DENTRO DE ÁGUA, A PAR DO QUE ACONTECE COM A TORRE DE BELÉM E DO PADRÃO DOS DESCOBRIMENTOS, O NOVO MUSEU DOS COCHES PRETENDE REFORÇAR A SUA IMPORTÂNCIA COMO ELEMENTO DE MARCA DA ZONA MONUMENTAL, COMO UM DOS SÍMBOLOS DESTA PARTE DA CIDADE.



PLANTA DE COBERTURA | 1/1000



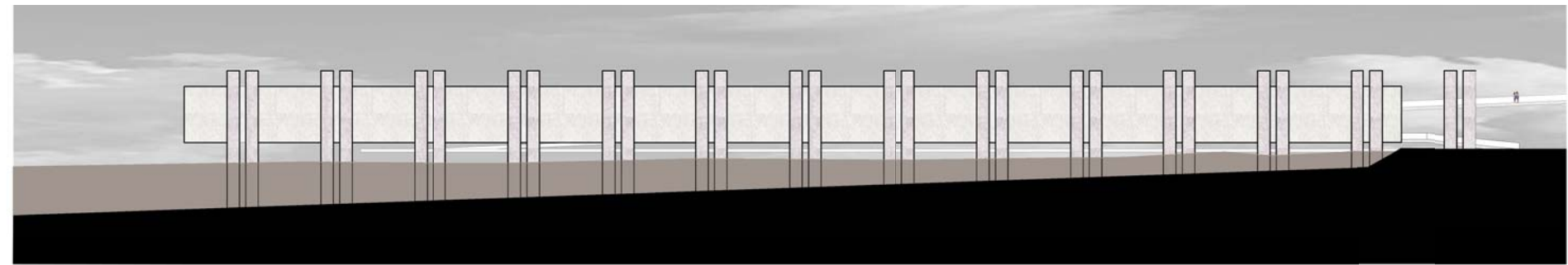
PLANTA PISO 1 | 1/1000



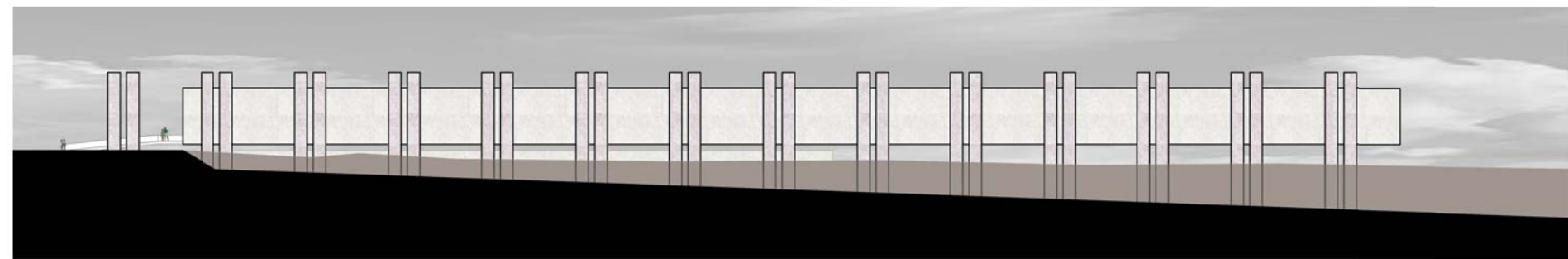
PLANTA PISO 0 | 1/1000

INTERVIR NA CIDADE MONUMENTAL . o encontro com o tejo

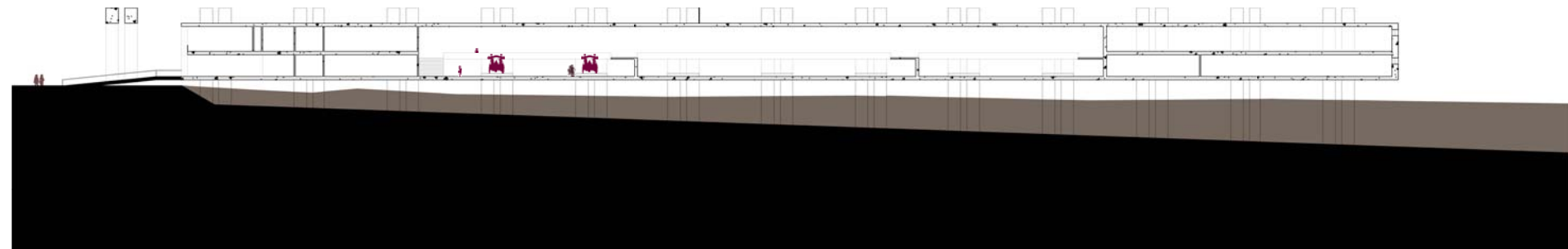




ALÇADO NASCENTE | 1/500



ALÇADO POENTE | 1/500

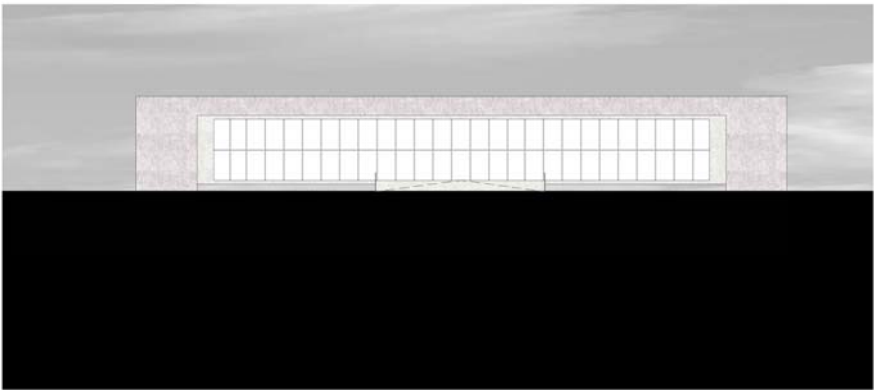


CORTE AB | 1/500

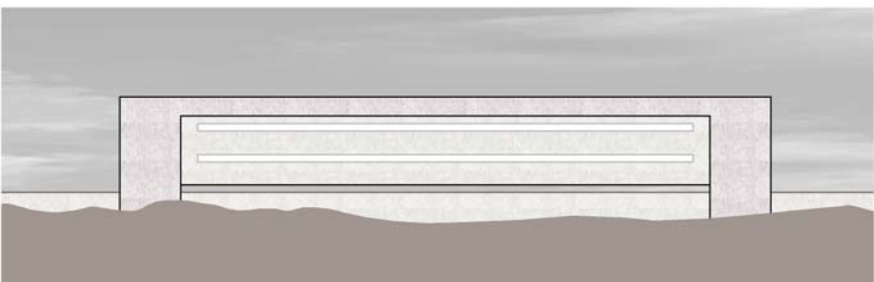
A IMAGEM DO EDIFÍCIO DO NOVO MUSEU DOS COCHES BUSCA INSPIRAÇÃO NO CONCEITO DO COCHE, OU SEJA, NO CONCEITO DE CAIXA SUSPensa. ADOPTA UM DESENHO DE “EDIFÍCIO CONTENTOR”, PELAS SUAS CARACTERÍSTICAS DIMENSIONAIS, MAS TAMBÉM PORQUE A SUA IMAGEM FAZ LEMBRAR OS CONTENTORES DE MERCADORIAS DOS TERMINAIS PORTUÁRIOS (COMO POR EXEMPLO O DE ALCÂNTARA). OS SEUS PÓRTICOS LEMBRAM O PÓRTICO DA ANTIGA LISNAVE. EM SUMA, TODO O EDIFÍCIO SE RELACIONA FORMALMENTE COM O TEMA E COM O LOCAL ONDE SE INSERE.

A SUA LOCALIZAÇÃO É PROPOSITADA: NO ENFIAMENTO DO PALÁCIO DE BELÉM, MAIS CONCRETAMENTE DO ACTUAL MUSEU DOS COCHES, CRIANDO UMA RELAÇÃO ESPACIAL E DE FUNCIONALIDADE, E NO ENFIAMENTO VISUAL DA CALÇADA DA AJUDA, PARA QUE POSSA SER VISTO DA ZONA MIRADOURO PROPOSTA PARA O PALÁCIO DA AJUDA. NO ENTANTO, COMO TEM APENAS DOIS PISOS, NÃO OBSTRUÍ A VISUALIZAÇÃO DO TEJO DESTE MESMO PONTO. ESSE ELEMENTO PRIMORDIAL CONTINUA A PODER SER CONTEMPLADO DA CALÇADA. POR SER UM EDIFÍCIO SIMBÓLICO NA ÁREA MONUMENTAL DE BELÉM, ESTE NOVO MUSEU DOS COCHES FOI PENSADO PARA ESTAR NO MESMO NÍVEL DE OUTROS ELEMENTOS NOTÁVEIS DESTE LOCAL, COMO É O CASO DO PADRÃO DOS DESCOBRIMENTOS E DA TORRE DE BELÉM. DAÍ QUE A SUA LOCALIZAÇÃO SEJA DENTRO DE ÁGUA.

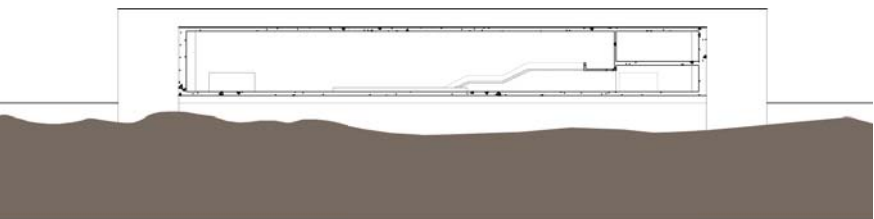
O MATERIAL ESCOLHIDO É O BETÃO ARMADO, SENDO QUE OS PÓRTICOS SÃO EM BETÃO ARMADO PIGMENTADO, O QUE CONFERE UMA IDENTIDADE PRÓPRIA A ESTE NOVO ELEMENTO ARQUITECTÓNICO NÃO SÓ NO CONTEXTO DE BELÉM, COMO TAMBÉM NO CONTEXTO DE TODA A FRENTE RIBEIRINHA (NORTE E SUL), MAS TAMBÉM NO CONTEXTO DA PRÓPRIA CIDADE DE LISBOA.



ALÇADO NORTE | 1/500



ALÇADO SUL | 1/500



CORTE CD | 1/500



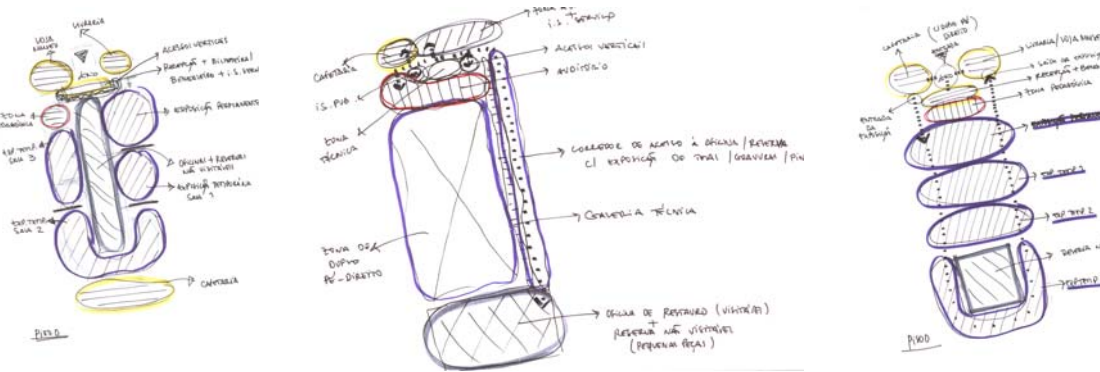
ESQUIÇOS SOBRE A VOLUMETRIA E DESENHO DO MUSEU | SEM ESCALA

# INTERVIR NA CIDADE MONUMENTAL . o encontro com o tejo

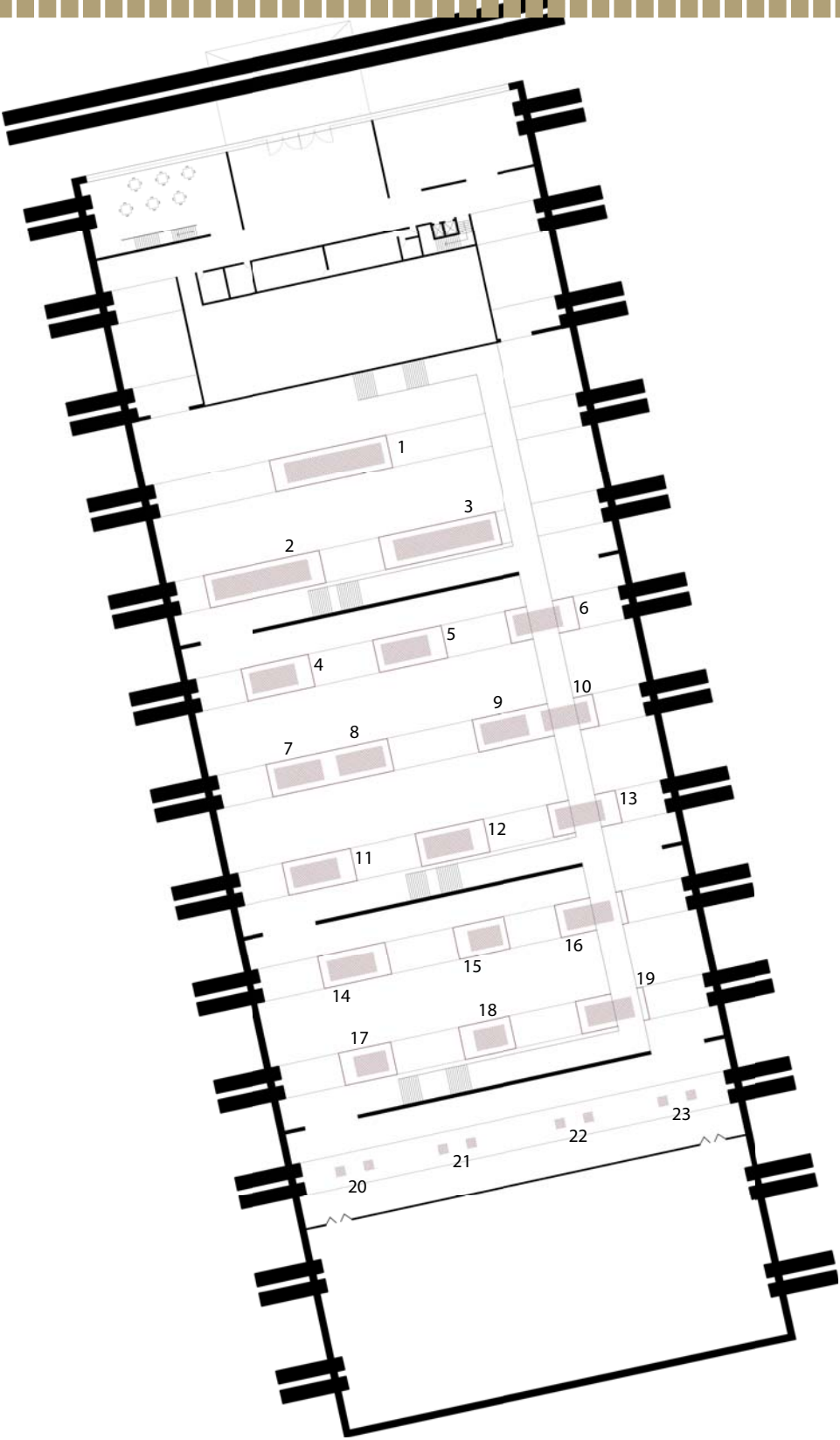
SÃO QUATRO AS SALAS DE EXPOSIÇÃO QUE PODEM SER VISITADAS NO NOVO MUSEU DOS COCHES. A SALA DE EXPOSIÇÃO PERMANENTE, QUE ALBERGA OS TRÊS COCHES DA EMBAIXADA AO PAPA CLEMENTE, E TRÊS SALAS DE EXPOSIÇÃO TEMPORÁRIA., CADA UMA COM UM TEMA QUE CICLICAMENTE VÊ O SEU CONTEÚDO ALTERADO, RESPEITADO O TEMA DE CADA UMA DELAS. O DESENHO DESTAS, A SUA CONFIGURAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO NO ESPAÇO DO MUSEU FOI PENSADO PARA QUE A SALA DA EXPOSIÇÃO PERMANENTE SEJA SEMPRE VISITADA DADO SER A PRINCIPAL SALA DE EXPOSIÇÃO, SENDO QUE AS RESTANTES SÃO ACEDIDAS OBRIGATORIAMENTE ATRAVÉS DESTA E DE UMAS PARA AS OUTRAS. OS COCHES (E OUTROS VEÍCULOS) SÃO EXPOSTOS EM PLATAFORMAS QUE SE ELEVAM 0,50 M DO CHÃO E QUE LHE DÃO DESTAQUE. SÓ AS PEQUENAS PEÇAS (TODO O TIPO DE ACESSÓRIOS E VESTUÁRIO) SÃO EXPOSTAS EM VITRINES TRANSPARENTES, ASSENTANDO ESTAS TAMBÉM EM PLATAFORMAS À MESMA DISTÂNCIA DO CHÃO QUE AS DAS RESTANTES SALAS. PARA ALÉM DESTAS QUATRO SALAS EXISTE AINDA UMA EXPOSIÇÃO DE TELAS NA GALERIA DO PISO 1, DA QUAL SE PODE VER AS REFERIDAS SALAS, SITUADAS NO PISO INFERIOR.



PERSPECTIVA PARCIAL SOBRE A SALA DE EXPOSIÇÃO PERMANENTE | SEM ESCALA



ESQUÍÇOS EVOLUTIVOS DO CONCEITO EXPOSITIVO DO MUSEU | SEM ESCALA



PLANTA DAS SALAS DE EXPOSIÇÃO DO NOVO MUSEU DOS COCHES | 1/500

SALA DA EXPOSIÇÃO PERMANENTE:  
COCHES DA EMBAIXADA AO PAPA CLEMENTE



SALA DA EXPOSIÇÃO TEMPORÁRIA 1:  
COCHES REAIS



SALA DA EXPOSIÇÃO TEMPORÁRIA 2:  
OUTROS VEÍCULOS  
EX. VEÍCULOS DO SÉC. XVIII



SALA DA EXPOSIÇÃO TEMPORÁRIA 3:  
ACESSÓRIOS (POR TEMA)



# INTERVIR NA CIDADE MONUMENTAL . o encontro com o tejo